

NOVOS EMPPOS



ARTIGOS E DOCUMENTOS

- * EXISTE UMA SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL?
— *Heinz Brandt*
- * A PROPÓSITO DE "SORTILÉGIO" — *Roland Corbisier*
- * A QUESTÃO DO ESTADO APÓS A REVOLUÇÃO
SOCIALISTA — *Nelson Lontra Costa*
- * CONSELHOS AOS SOCIALISTAS BRASILEIROS
— *Sylvio Romero*

E mais: artigos de Antônio COSTA CORREA, Vitor OROSCO,
Calvino FILHO, Moniz BANDEIRA, Elyseu MAIA e Leôncio
BASBAUM

5

NOVOS TEMPOS

Redação e Administração:

Av. Rio Branco, 185 — Sala 509
RIO DE JANEIRO, DF — BRASIL

*

Diretor: OSVALDO PERALVA

Conselho de Redação:

ARMANDO LOPES DA CUNHA,
BENITO PAPI, ERNESTO LUIZ
MAIA, EROS MARTINS TEIXEIRA,
HORACIO MACEDO, LEONCIO
BASBAUM, ROBERTO MORENA e
WILSON LOPES DOS SANTOS

*

Representantes:

CARLETO FERRER FAVALLI
Rua São Bento, 405 — 16º andar
sala 1625 — São Paulo, S. P.

*

DULPHE PINHEIRO MACHADO
FILHO

Rua Antenor Lemos, 22 — ap. 1
Pôrto Alegre, RGS

*

RAIMUNDO SCHAUN

Rua Padre Vieira — Ed. Santa Cruz,
6º andar — Sala 605
Salvador, Bahia

*

Preço de cada exemplar: Cr\$ 20,00

Assinatura anual:

Para o Brasil: Cr\$ 240,00

Para o Exterior: Cr\$ 500,00

*

NOVOS TEMPOS é uma revista marxista sem vinculação orgânica com qualquer entidade política.

Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

A transcrição de documentos não implica no endosso, por parte da revista, dos conceitos neles emitidos.

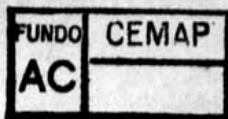
Capa de Fernando P.

*

GRAFICA EDITORA LIVRO S. A.
Rua Tapirapé, 74 - Tel.: 49-4758 - Rio

I N D I C E

	Pág.
<i>Editorial</i> — IDEOLOGIA E REATAMENTO	1
<i>Heinz Brandt</i> — EXISTE UMA SEGUNDA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL?	2
<i>Roland Corbisier</i> — A PROPÓSITO DE "SORTILÉGIO"	6
<i>Antônio Costa Corrêa</i> — O NACIONALISMO E A PARTICIPAÇÃO DOS SOCIALISTAS	9
<i>Nelson Lontra Costa</i> — A QUESTÃO DO ESTADO APÓS A REVOLUÇÃO SOCIALISTA	11
<i>Vitor Orosco</i> — PARA ONDE VAI O PARTIDO COMUNISTA AMERICANO?	15
<i>Calvino Filbo</i> — TROTSQUISMO: FANTASMA QUE QUER MATERIALIZAR-SE	18
<i>Moniz Bandeira</i> — A VERDADE SOBRE TROTSKY	23
<i>Elyseu Maia</i> — A FABULA DE CASSIANO RICARDO	26
<i>Leôncio Basbaum</i> — POR UM NOVO PARTIDO DA CLASSE OPERÁRIA	28
<i>Garcia Ramos, CF, LB, HM</i> — LIVROS DO MÊS ...	34
<i>ZC, ALC, LB, CF</i> — REVISTA DAS REVISTAS	39
<i>Sylvio Romero</i> — DOCUMENTOS BRASILEIROS ..	41
<i>B. Santana</i> — CARTAS ABERTAS	43
<i>OP e outros</i> — NOTAS E COMENTÁRIOS	45



IDEOLOGIA E REATAMENTO

As forças que se opõem ao reatamento de nossas relações comerciais e diplomáticas com os países socialistas, particularmente com a União Soviética, apresentam objeções de ordem ideológica. Assim procedem, por exemplo, a alta jerarquia católica e o Departamento Político do Itamarati.

Essas razões, existem, efetivamente, mas se externam de modo falso. O problema não está em que o reatamento possa acarretar a penetração de idéias soviéticas, isto é, socialistas, no povo brasileiro. Isso, como argumento, é pueril, já que essas idéias de há muito vêm sendo difundidas no Brasil através de diferentes meios, sobretudo desde que a nação recuperou e passou a usufruir as liberdades de pensamento e expressão.

O que está em causa, nessa prolongada, rumorosa e ainda indefinida questão, não é a ideologia dos soviéticos, mas a dos brasileiros. Entre estes há os preconizadores do desenvolvimento, da libertação econômica do país, e os partidários do entreguismo, que entoam a velha cantiga da incapacidade nacional e da minoridade política brasileira.

Os adversários do reatamento raciocinam mais ou menos assim: o Brasil é um país dependente da ajuda dos Estados Unidos; se estes deixarem de comprar-nos café, abriremos falência; se deixarem de exportar capitais para aqui, regressaremos à idade da pedra; eles podem ter relações com a URSS, porque são de maioria, sabem o que fazem, mas nós — não, é melhor ter precaução. Sobretudo é preciso não fazer nada que desagrade aos Estados Unidos, pois o único abrigo real para nós é debaixo de sua asa protetora.

Contra essa mentalidade retrógrada, contra essa ideologia do derrotismo e da alienação, cuja fonte se acha na situação material de certos grupos ligados aos monopólios americanos e aos setores mais atrasados dos círculos dominantes, ergue-se e vai-se impondo outra ideologia: a de que todos os povos subdesenvolvidos, inclusive o nosso, têm possibilidades próprias de progredir economicamente, e de que esse progresso pode e deve ser bastante acelerado através de uma política exterior de neutralidade ativa, capaz de extrair o máximo de benefícios da emulação pacífica estabelecida entre os dois grandes blocos econômicos mundiais, capitaneados respectivamente pela URSS e pelos EE.UU.

E nada, nem ninguém conseguirá impedir o triunfo desta ideologia.

Existe uma Segunda Revolução Industrial?

Heinz Brandt

O artigo seguinte foi publicado na revista de divulgação científica "Wissenschaft und Fortschritt", que se edita na República Democrática Alemã. Nele seu autor aborda um tema que, embora debatido intensamente na Europa, ainda não ganhou o merecido realce no Brasil. As idéias e problemas apresentados, no entanto, podem ter significação de particular importância na atual fase de desenvolvimento de nossa economia.

Sucedem-se, rapidamente, no mundo atual, os acontecimentos. Muitas pessoas não podem acompanhar, espiritual ou politicamente, o ritmo desse desenvolvimento. Não estará, na base desses processos surpreendentes, a revolução das ciências naturais e da técnica? A automatização — ligada ao emprêgo da energia nuclear — não constituirá uma transformação industrial semelhante à determinada pela substituição da manufatura pela maquinofatura? Existe ou não uma segunda revolução industrial? É esta uma questão muito debatida.

«Qual! — dizem alguns — uma revolução industrial? como a que ocorreu na Inglaterra no século XVIII? Isto só acontece uma vez, não se repete.»

«Muito ao contrário» — afirmam outros. «Ela já se repetiu. Começou justamente agora e ainda não foi percebida».

Naturalmente é preciso, em primeiro lugar, ter clareza sobre o significado da revolução industrial clássica da Inglaterra. Sua melhor caracterização encontra-se no primeiro volume de «O Capital», de Karl Marx, no capítulo 13, «Maquinaria e Grande Indústria».

Marx afirma que uma revolução nos meios de trabalho — portanto uma revolução técnica — constitui o fundamento da revolução industrial. Com os meios de trabalho modificam-se, essencialmente, as formas de relações sociais. Em primeiro lugar ocorre a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas que Marx denomina máquinas-ferramentas ou máquinas de trabalho. «...é da máquina ferramenta, diz, que se origina a revolução industrial no século XVIII.» (1) E sublinha a descoberta do tear e não a da máquina a vapor. Aquela, não esta, como muitos afirmam, teria desen-

cadeado a revolução industrial. Foi a criação das máquinas-ferramentas que tornou necessária a máquina a vapor aperfeiçoada (revolucionada).

Os dois tipos, máquina-ferramenta e máquina a vapor, conjugados, determinaram a revolução industrial. O processo geral da produção e sua organização transformaram-se fundamentalmente. Nenhuma esfera da economia ficou excluída. A revolução do modo de produção estendeu-se à indústria, à agricultura e aos transportes.

Do trabalhador da manufatura nasceu o operário industrial. A sociedade dividiu-se em duas classes fundamentais, burguesia e proletariado. A classe dos trabalhadores transformou-se de classe «em si» em classe «para si», isto é, tornou-se cada vez mais consciente de sua missão histórica num processo iniciado em sua vanguarda, em sua direção.

A revolução industrial transformou a manufatura capitalista em grande indústria capitalista. As forças produtivas revolucionadas estavam em concordância com as novas relações de propriedade capitalista, com as novas relações de produção. Dessa concordância nasceu o elevado ritmo da revolução industrial na Inglaterra.

Que acontece hoje? existem as premissas técnicas para uma nova, uma segunda revolução industrial? existe, principalmente, uma revolução técnica, uma revolução dos meios de trabalho? É esta a primeira pergunta que devemos colocar. Já aqui se dividem as opiniões. Muitos afirmam que na verdade nada de novo existe sob o sol. Desde a descoberta da máquina tem sido ininterrupta a corrente de inovações técnicas em desenvolvimento constante e uniforme. A automatização e o emprêgo da energia atômica seriam apenas novos marcos nesse caminho.

«Onde está o essencialmente novo — indagam — que nos permita falar de uma nova revolução técnica e, conseqüentemente, de uma revolução industrial?»

(1) Karl Marx, Das Kapital, vol. I, 390.

Creio, porém, que o avanço no desenvolvimento técnico é uma nítida transformação de qualidade que se pode demonstrar.

Quando a máquina foi introduzida na Inglaterra, substituindo as ferramentas manuais, a produtividade do trabalho elevou-se verticalmente. Por duas razões. O homem podia manejar apenas uma ferramenta, enquanto a máquina-ferramenta era um mecanismo que podia movimentar, ao mesmo tempo, várias ferramentas. Além disso o homem, ou o animal, comparado com a máquina a vapor como fonte de energia, são geradores muito imperfeitos de impulsos uniformes.

A máquina ultrapassou os limites orgânicos do homem, principalmente quanto à força muscular. E assim permaneceu até hoje. A constante modernização das máquinas, ou o emprêgo de novos geradores de energia, como turbinas ou motores, não alteravam o quadro em coisa alguma.

Em princípio eram tôdas máquinas de estilo antigo até que — sim, até que uma máquina de espécie completamente nova foi imaginada. E não há muito tempo atrás. Refiro-me aos autômatos comandados por válvulas eletrônicas e transistores.

Que existe de qualitativamente novo nessa espécie de máquina? Os limites orgânicos do homem foram superados de novo. Agora duplamente. O resultado foi uma elevação vertical da produtividade do trabalho. O autômato completo não suprime apenas, como a máquina de estilo antigo, o trabalho corporal. Não. O autômato substitui funções fisiológicas e conscientes do homem. Os tubos eletrônicos e transistores reagem aos impulsos milhões de vezes mais rapidamente do que os órgãos de sentido dos homens reagem aos estímulos fisiológicos. Uma máquina eletrônica executa em horas o trabalho que um homem levaria séculos para completar. Dessa maneira o autômato supera os limites da capacidade de reação dos homens e o ritmo humano na execução de trabalho intelectual uniforme e mecânico. O autômato, por isso, não multiplica apenas a produtividade do trabalho no terreno intelectual e fisiológico. Ele permite, também, nova e poderosa aceleração de todo processo de trabalho. Até agora estava o homem bloqueado pelo andamento e pela capacidade de execução de processos de trabalho contínuos. A técnica eletrônica de dirigir, medir e regular substitui as funções do homem na direção, manutenção e controle. A máquina passa a não ser mais construída para o homem. Sua performance quantitativa e qualitativa passa a não ser mais restringida pelos limites orgânicos do homem.

Naturalmente o autômato nem pensa nem pode executar trabalho intelectual criador. Trabalha segundo um programa determinado. A atividade criadora dos homens no processo de produção está na programação, no planejamento, na preparação e na previsão. A parte mecânica da programação, por outro lado (como, por exemplo, a passagem do sistema decimal para o sistema binário) será feita mais e mais com o auxílio das máquinas eletrônicas de calcular.

Ainda existe uma comparação a fazer com a revolução industrial na Inglaterra. Como vimos, as novas máquinas ferramentas exigem, como instrumentos novos de trabalho, novos geradores de energia, no caso as máquinas a vapor de melhores rendimentos. O instrumento de trabalho de hoje, qualitativamente novo, o autômato eletrônico, exige também uma fonte de energia qualitativamente diferente e inesgotável. Principalmente diante do rápido esgotamento dos combustíveis fósseis, carvão, petróleo, etc. Uma fonte de energia dessa nova espécie é a energia atômica. A reunião da automatização e da energia nuclear significa, também, a paralela transformação revolucionária das condições de transporte e dos meios de transporte.

Outra fase da atual revolução técnica é a aplicação da energia nuclear como energia radiante (por meio dos isótopos radioativos) na indústria e agricultura. Conjugada com a transformação industrial, ganha crescente importância a química de beneficiamento.

Pela primeira vez as perspectivas da possibilidade de utilização da energia nuclear são hoje visíveis. Ninguém pode enganar-se diante do estágio ainda embrionário das usinas atômicas. No futuro, sem dúvida, a energia será produzida através de reações nucleares, permitindo a transformação direta de energia nuclear em energia cinética ou elétrica. As atuais usinas atômicas (com seus reatores de fissão nuclear e com o aquecimento de água de baixo rendimento) parecerão antediluvianas como as primeiras máquinas a vapor ou as primeiras locomotivas.

Essa revolução técnica e científica significará uma nova revolução industrial? a segunda revolução industrial? Sou de opinião que sim, da mesma maneira como durante a primeira revolução industrial a «transformação das relações sociais de produção» foi um «produto necessário da transformação dos meios de produção». (2) Ocorre hoje, precisamente, o que Karl Marx compreendia como revolução industrial. As modificações técnicas no terreno da indústria revolucionam a indústria, e atingem constantemente novas esferas. O que hoje, por exemplo, ainda é produção agrícola de bens de consumo, através da criação de matéria orgânica com plantas e animais, amanhã poderá ser um processo industrial. Desde que se consiga fazer em laboratório a foto-síntese.

Afirmamos, portanto, que uma segunda revolução industrial começou em todos os países industrializados. A essa afirmação deve-se acrescentar, desde logo, um sinal de atenção. Deve-se evitar, daqui por diante, fazer comparações esquemáticas com a primeira revolução industrial.

Em primeiro lugar a nova revolução industrial não cria nenhuma nova classe como aconteceu com a primeira. Em todo caso, é determinada uma modificação na estrutura da classe operária no processo de produ-

(2) Karl Marx, Das Kapital, vol. I, 497

ção, que apontaremos adiante. Em segundo lugar, a nova revolução industrial nos países capitalistas não abre novas perspectivas para o capitalismo, pois hoje as relações de produção capitalistas já há muito se transformaram em cadeias para as forças produtivas. É absurdo, portanto, falar de capitalismo popular e quejandas em ligação com a segunda revolução industrial. Muito ao contrário. A automatização «velada» — forma que assume a segunda revolução industrial nos países de relações de produção capitalista — intensifica o trabalho e aguça a exploração da força humana de trabalho. O lápis do bilionário atômico comanda o lápis do técnico. A evolução técnica sujeita-se ao esforço para obtenção de lucro máximo. O grupo dos senhores dos trustes, dos impiedosos monopólios numericamente em decréscimo, mas economicamente cada vez mais poderosos, utilizam todos os melhoramentos técnicos para satisfação de seus interesses privados, contrários aos interesses da humanidade, dirigidos para a exploração e aniquilamento da humanidade. A contradição fundamental entre o crescente caráter social da produção e a apropriação capitalista privada, se aguça. Ameaça o emprego dos trabalhadores e sua existência física.

A automatização da produção em massa, a indústria atômica e os gigantes trustes concentrados verticalmente preparam, objetiva e materialmente o socialismo, e de modo cada vez mais completo. Este não virá, porém, automaticamente, por si só. É necessária a luta revolucionária dos trabalhadores para realizá-lo.

Na Alemanha Ocidental discute-se hoje, com ardor, a existência ou inexistência de uma segunda revolução industrial. Mas, evita-se ir ao fundo do problema. Não se distingue entre o início da segunda revolução industrial e suas perspectivas. Seu início é um fato. Suas perspectivas dependem das relações de propriedade, das relações de distribuição. Dependem, em outras palavras, de a revolução industrial se desenvolver sob relações de produção capitalistas ou socialistas.

Também entre nós os trabalhadores se preocupam, de maneira crescente, com os problemas da automatização e do emprego da energia nuclear. Queremos elevar nosso padrão de vida. Queremos vencer a competição econômica com o sistema mundial do capitalismo. Por isso afirmamos que uma transformação industrial é necessária entre nós. Não esclerecemos, porém, se entendemos por isto uma revolução industrial. A questão fica aberta. Alguns economistas acreditam que a última palavra ainda não foi dita. Na minha opinião não se trata de dar à última palavra os foros de infalibilidade mística. Para isso vale mais a primeira palavra e a discussão esclarecedora. A última palavra será dada, de qualquer modo, pela história. Mas podemos, talvez, contribuir para esclarecer o sentido dessa última palavra.

Trata-se de atribuir ao conceito de segunda revolução industrial seu justo conteúdo. Trata-se de reconhecer, avaliar e caracterizar com justeza os acontecimentos de significação mundial que se passam sob nos-

as vistas. Somente assim poderemos deduzir as conclusões corretas para orientar nossa ação. Não encontramos um ponto de partida positivo para o diálogo com nossos amigos social-democratas quando negamos a realidade da revolução industrial. Eliminamos, também, as possibilidades de debater realmente as falsas teorias existentes sobre a segunda revolução industrial. Será melhor, talvez, pesquisar sua evolução sob as mais diferentes condições sociais.

A primeira revolução industrial tomou impulso unicamente a partir da Inglaterra. Existe, por isso mesmo, apenas um exemplo «clássico»: a Inglaterra. As relações são mais complicadas para a segunda revolução industrial. Não se pode isolar um caso clássico e torná-lo objeto de pesquisas. É necessário considerar três casos destacados: 1) os Estados Unidos, para o sistema mundial do capitalismo. 2) a União Soviética para o sistema mundial do socialismo e 3) a Índia para os países sub-desenvolvidos, nos quais a segunda revolução industrial liga-se parcialmente com a primeira e em parte a supera.

Naturalmente não é possível encarar essas três formas de manifestação da segunda revolução industrial isoladas umas das outras. Estão em relações mútuas e agem e modificam-se entre si de maneiras diferentes.

No sistema capitalista mundial a segunda revolução industrial não substitui a revolução social. Ao contrário, coloca esta mais rapidamente na ordem do dia, se bem que com novas formas políticas e sociais. Em determinadas condições, por exemplo, o caminho da tomada do poder pelo socialismo, poderá ser a via parlamentar.

O emprego de novos e revolucionários meios de trabalho exige enormes investimentos. Atinge-se, por isso, rapidamente, um novo estágio na socialização da produção. Basta pensar nas gigantescas usinas automáticas ou nos colossais edifícios da indústria atômica automática. Esses fatos tornam cada vez mais inevitável o controle e a direção sociais. Mais do que nunca torna-se uma necessidade social a passagem ao socialismo, a socialização dos meios de produção fundamentais. Nesse processo a luta pela diminuição do tempo de trabalho, pelo controle democrático da indústria atômica e dos postos de comando da economia (através de conselhos de empresa, sindicatos, parlamento, etc.) assume uma significação particular como mobilizadora, impulsionadora e organizadora. É o livre curso da segunda revolução industrial.

Inteiramente diversa são as perspectivas da segunda revolução industrial no sistema mundial do socialismo. Existem aí premissas decisivas para ritmos diferentes na segunda revolução industrial, determinados pela propriedade social dos meios de produção e pelas relações de distribuição correspondentes. É só aí que se torna possível a realização histórica da segunda revolução industrial. Todavia é necessário esgotar realmente as possibilidades objetivas oferecidas pela superioridade do socialismo. A superioridade possível não se transforma, automaticamente, em superioridade real.

Na luta para conseguir a superioridade técnica é necessário conseguir um planejamento e direção racionais para a economia. O efeito do trabalho social empregado crescerá na medida em que as transformações técnicas se conjugarem com a planificação econômica operativa e a cooperação ativa e criadora dos trabalhadores fôr assim conquistada. Devemos reconhecer, a propósito, as grandes possibilidades que apresentam nossos comitês de trabalhadores.

O objetivo consiste, pois, em adaptar o mecanismo do plano econômico à revolução industrial que se inicia e possibilitar aos trabalhadores, além da segurança social, níveis de vida mais elevados que no capitalismo. Nesse sentido são importantes as resoluções do XX Congresso do PCUS e do Pleno ampliado de fevereiro.

As grandes vantagens das relações de produção socialistas devem também ser aproveitadas. De outra maneira os trabalhadores não reconhecerão o significado de suas conquistas. A propriedade social dos meios de produção será desacreditada.

Não nos devemos esquecer que na República Democrática Alemã estamos no limiar da revolução industrial. A mecanização das pequenas indústrias, a mecanização parcial, a mecanização total devem ainda ser assimiladas. Ao mesmo tempo nos encontramos em um processo de automatização parcial e total. A primeira usina atômica está sendo construída. Esses problemas são resolvidos passo a passo, mas não podemos solucioná-los isoladamente, mas sim simultaneamente. Não é uma tarefa fácil.

O objetivo final dessa revolução técnica e industrial é a automatização completa, com fábricas movimentadas por energia de origem atômica e com cérebros eletrônicos comandando. Essas fábricas — na verdade autômatos gigantes — exigem e possibilitam relações de produção mais avançadas. Por suas características, serão as fábricas da segunda fase da sociedade comunista.

A automatização da produção em massa em uma economia de superprodução exige não somente uma alta especialização, padronização e estandardização, como um corpo social de nova e mais alta qualidade.

A automatização total e o emprêgo da energia atômica criam as possibilidades técnicas e lançam as bases para se realizar mais rapidamente, na União Soviética, a passagem para o comunismo.

A transformação revolucionária dos meios de pro-

dução significa, também, uma transformação revolucionária das outras forças produtivas e, portanto, dos homens. O trabalhador fica cada vez mais libertado do trabalho físico e do trabalho intelectual monótono. De servente das máquinas, manobrador de alavancas, empregado de escritório, o homem transforma-se em senhor de autômatos. A automatização total significa não só a automatização dos processos de produção como do trabalho de escritório e de transportes. Desaparecerão diversos empregos na produção e na administração enquanto novos cargos, com maiores exigências, serão criados. Em toda a vida social torna-se necessário o homem que pense por si mesmo, culto, criador. Que será o sujeito e não o objeto da economia e da história. Um ser com crescentes necessidades materiais e também políticas, intelectuais e culturais. Será o homem no caminho de sua autocompreensão, de sua auto-realização, como foi classificado por Hegel, Marx e Lênin. É o novo homem, portanto, não o autômato dirigido, quem está no centro da segunda revolução industrial.

A segunda revolução industrial começou no fim da segunda guerra mundial. Começou com um tremendo estrondo, com um grande crime contra a humanidade, com o lançamento da bomba atômica sobre Hiroshima e Nagasaki.

Esse comêço alarmante coloca a humanidade diante da questão fundamental de nossa época: a proibição das experiências atômicas e da guerra atômica. A coexistência pacífica dos dois sistemas mundiais transformou-se em questão estratégica fundamental. Somente com a paz poderemos esgotar as grandiosas realizações da revolução industrial.

A segunda revolução industrial abre ilimitadas perspectivas para a demonstração da superioridade do regime socialista na competição pacífica.

O problema da essência e caráter da segunda revolução industrial tem, por tudo isso, uma grande significação. Sua solução dá a chave para a compreensão da segunda metade de nosso século.

Literatura:

- Karl Marx, Das Kapital, vol. I, cap. 13
 Prof. Otto Reinhold, Automatisierung und Gesellschaft. "Die Wirtschaft", nº 29/1956.
 Prof. Fritz Behrens, Fragen der Oekonomie und Technik, 1956.
 Eberhard Arlt-Heinz Brandt, Gibt es eine zweite industrielle Revolution? "Die Wirtschaft" nº 43 e 44, 1956.

A propósito de «Sortilégio»

Roland Corbisier

«Qu'est-ce donc que vous espérez, quand vous otiez le baillon qui fermait ces bouches noires? Qu'elles allaient entonner vos louanges? Ces têtes que nos pères avaient courbées jusqu'à terre par la force, pensiez-vous, quand elles se relèveraient, lire l'adoration dans ses yeux? Voici des hommes debout qui nous regardent et je vous souhaite de ressentir comme moi le saisissement d'être vus».

JEAN-PAUL SARTRE

Forma e expressão de um contexto colonial, marcado pela alienação e pela dependência, refletiu a arte brasileira, até a eclosão do movimento modernista, a inautenticidade característica de nossa cultura reflexa. O colonialismo econômico não qualificava apenas nosso aparelho de produção que se esgotava em complementar as economias estrangeiras, mas afetava também toda a nossa vida cultural, que reproduzia, analogicamente, a estrutura e o funcionamento do processo econômico.

Também no plano do espírito ou da consciência, exportávamos material etnográfico e importávamos idéias prontas e acabadas, produzidas em contextos culturais estranhos para atender a exigências e resolver problemas específicos desses contextos. Importávamos assim os problemas e as soluções, ignorantes de que as idéias só têm valor operativo, funcional e só podem desempenhar o seu papel de mediadoras translúcidas do real, quando são produzidas ou reproduzidas por nós mesmos, como instrumentos que forjamos para resolver efetivos problemas, isto é, dificuldades reais que nos impedem de continuar a viver.

Vivendo da importação e do consumo do produto cultural estrangeiro, nos condenávamos ao exílio em nossa própria terra, nos condenávamos ao marginalismo e à alienação, arrastando uma existência fantasmagórica e irreal, pois a cultura em lugar de ser para nós o repertório de respostas aos desafios da «circunstância», — respostas essas cujo processo de elaboração implicaria uma prévia interpretação da circunstância bem como um esforço próprio de criação —, se esgotava na tradução, na exegese e no «pastiche» da cultura estrangeira. Cultivar-se não era incorporar-se ao processo histórico da vida nacional mas ao contrário, desligar-se desse processo, tornar-se um estrangeiro no país, alienar-se.

A cultura brasileira, ou melhor, a cultura produzida no Brasil, sob a influência dos padrões e valores estrangeiros, não era uma expressão da realidade nacional, do país como um todo, na complexidade de sua estrutura econômica, social e psicológica, mas uma expressão do marginalismo e do desenraizamento das «elites» litorâneas que, ôcas metafisicamente, vãs de densidade própria, de peso ontológico específico, não passavam de receptáculos da cultura estrangeira dominante. Voltadas para fora, limitavam-se a refletir, no sentido em que os espelhos se limitam a refletir os objetos postos diante deles, e não passavam, como diz Hegel na «Filosofia da História», de um «éco do Velho Mundo e um reflexo da alheia vida».

Assim como os demais produtos da cultura, a arte também era postiça e inautêntica. A literatura, por isso mesmo não se abria para a realidade circundante, não se envolvia no processo social e histórico do país, procurando interpretá-lo e exprimi-lo, mas era, ao contrário, uma ocupação arbitrária e gratuita de desajustados e maníacos, um passatempo inofensivo de estravagantes e boêmios, um mecanismo de compensação de burocratas pretensiosos e frustrados, o ornamento delicado das «tertúlias» e saraus, o «sorriso da sociedade», como dizia Afrânio Peixoto, a literatura, por isso mesmo, era comparável a uma flôr de papel, inodora e sem vida, porque sem raízes no povo, na terra, na alma do país.

Nada mais significativo, a êsse respeito, do que o total desprestígio em nosso meio da «literatura» e dos «literatos». Quando se quer dizer de um discurso falado ou de um texto escrito, que é vazio, que não tem importância nem significação, que é ôco, que é «nada», em suma, se diz «isso é literatura». E quando se quer desqualificar aqueles que escrevem, salientando o seu

marginalismo, a sua gratuidade, a sua inutilidade, nada melhor do que chamá-los de «litteratos».

O sentido pejorativo, quase insultuoso, que adquiririam, em nosso contexto, ainda colonial, as palavras «litteratura» e «litterato», não resulta de um hábito da comunidade mas, ao contrário, é histórica e sociológica explicável. A serviço da empresa colonizadora, alienada aos interesses dos países dominantes, a ideologia vigente nos países colonizadores domesticava as «elites» intelectuais dos países dominados, levando-os a verem o seu país e a se verem a si próprios, com os olhos, com a ótica dos colonizadores. Assim como certas classes sociais representavam os interesses e faziam o jogo da empresa colonizadora, assim também o intelectual, o artista alienado à cultura estrangeira, desempenhava a função de agente dos países dominantes, cujos prestígios e valores, cujas ideologias, inconscientemente defendia.

É próprio do ser alienado não ter consciência da própria alienação, como é próprio dos «intelectuais» dos colonizados, enquanto não se rompe o complexo colonial e se deflagra a luta pela independência do país, não ter consciência de sua situação de colonizados. Sim, porque embora não o saibam, estão «em situação». No seu «estatuto existencial», digamos, assim, o colonismo se inclui como um ingrediente essencial. O que os habita, por isso mesmo que não tomam consciência de sua condição e não a assumem, é o «complexo de inferioridade» em relação à cultura estrangeira. Gostariam de reproduzir, no contexto sonâmbulo e inculto da colônia, a aventura espiritual das nações plenamente vigilantes e lúcidas. Importam, assim, os temas, as maneiras, os estilos da cultura dessas nações e procuram imitá-los, comportando-se de acordo com eles. O resultado dessa importação, dessa «transplantação», era uma cultura, uma arte vazia, insignificante, no sentido etimológico da palavra, e perfeitamente ociosa. Que resta da literatura, da arte brasileira até 22, até a Semana de Arte Moderna? Que alimento poderíamos encontrar nos romances, na poesia e na crônica, anteriores aos anos 30?

Nossa cultura, nossa arte, nada significavam, nossa literatura não passava de «litteratura», porque estavam desfiguradas pela alienação e pela inautenticidade. Não mergulhavam suas raízes na terra, não refletiam o drama da gente brasileira, não exprimiam a consciência de nossa situação colonial, não eram um meio que nos revelasse o Brasil, que nos permitisse sentir e conhecer o país. Equivocadas em suas origens e em seu sentido, porque desvinculadas da realidade da vida nacional, a cultura brasileira em geral e a arte em particular, nos comunicavam sempre uma dolorosa e constrangedora impressão de vazio e de inutilidade.

Não seria esta a oportunidade para caracterizar, do ponto de vista cultural, a fase histórica em que estamos vivendo. Limitemo-nos a dizer que mil indícios, mil sintomas nos anunciam o despertar do país, o despertar da consciência nacional. O país que fôra até então uma colônia quer deixar de ser uma colônia e tornar-se uma

nação independente não só politicamente, mas econômica e culturalmente.

Entre esses indícios e sintomas se incluem não só as fábricas que se multiplicam em todo o nosso território, mas certas obras, certas produções literárias em que já é possível encontrar esse novo espírito, essa nova consciência. Essas obras já não são casos ou exemplos de mero virtuosismo, não são mais exercícios literários, cópias ou imitações de autores, modas e estilos estrangeiros, mas expressões do homem brasileiro consciente do seu engajamento em uma situação concreta de tempo e lugar. Pois se a tarefa do pensador subjetivo, segundo Kierkegaard, «consiste em compreender-se a si mesmo na existência», a tarefa do artista que, por analogia, poderíamos chamar de existencial, consistiria em fazer da sua obra, a forma, a expressão do descobrimento e da transfiguração, pelo ímpeto criador do próprio espírito, da situação concreta em que se acha investido.

Reconhecendo e assumindo a sua situação o artista se torna, por isso mesmo, intérprete de um «inesgotável concreto», como diria Gabriel Marcel, que o investe e o transborda, do qual se nutre e no qual se movimenta como os peixes na espessura das águas marinhas. Paradoxalmente, a grande literatura sempre foi literatura de tese ou de teses, no sentido de que sempre foi literatura de problemas, representativa de culturas, de épocas, de comunidades. A «arte pura» é uma ilusão, ou uma ingenuidade, como é uma ingenuidade o «pensamento puro» dos filósofos «abstratos». A arte se nutre de seu compromisso com a vida, da quantidade de sangue que o artista nela ousa investir. Ao exprimir a sua vida, ao transfigurar, em termos de arte a sua experiência do mundo, o artista que chamaríamos de autêntico, exprime, nessa medida, os problemas, as contradições da condição humana e da situação existencial e histórica em que se encontra.

Não se trata do propósito deliberado de provar o que quer que seja. Trata-se, inicialmente, de uma tomada de consciência e, em seguida, da configuração de uma imagem, da articulação de um discurso significativo em que se acham dialéticamente implicados não só a consciência da situação como o ideal que permite julgá-la e projeto que propõe a sua modificação. Nada há na arte que possa ser indiferente ao humano.

Assumir a sua situação significa, para o artista, abrir-se para o concreto, deixar-se invadir e fecundar pela sua «circunstância», encampar o drama do seu povo, da sua classe, da sua cor. Como poderiam os artistas negros no Brasil fazer abstração da sua «negritude», se a «negritude» é o ingrediente que marca e caracteriza a sua situação existencial? Como poderiam fazer abstração da sua qualidade de negros se essa qualidade, se essa condição, lhes é lembrada mil vezes por dia, no olhar, na conduta dos brancos em relação a eles? Como poderiam omitir a negritude em uma sociedade em que não há discriminação de raça mas há preconceito de cor, na qual os burgueses brancos, cristãos e democratas tudo fariam para impedir que seus filhos se casassem com pessoas de cor? Uma sociedade em que o negro ainda

é visto pelo branco como o descendente do escravo africano, o herdeiro da condição de coisa, de instrumento, de objeto? Em que o negro permanece à margem, na periferia, entregue às abusões e às credices primitivas, utilizado nas tarefas subalternas? Em que o negro não logrou ainda, malgrado a miscegenação, emancipar-se da servidão, da dependência econômica? Em que o próprio desenvolvimento, a ascensão na escala social lhe custa um esforço quase impossível e humilhações insuportáveis? Em que o negro ainda se vê a si mesmo com a ótica do branco, através do repertório de valores que constitui a cosmovisão do branco, na qual o negro se encontra numa posição comparável à do colono em relação ao colonizador?

Uma arte negra no Brasil, para ser autêntica, deverá, pois, exprimir não só a situação do negro enquanto brasileiro, mas também enquanto negro. Enquanto brasileiro, o artista negro que despertou para a consciência de sua realidade circundante deverá dar forma, em sua arte, à situação do país ou melhor, a todas as incidências e repercussões dessa situação em sua biografia. Enquanto negro, não poderá impedir que sua arte reflita o drama da gente de cor, a situação de dependência e de servidão em que encontram para com os brancos.

Compreende-se assim, que o artista negro tenha uma sensibilidade particularmente aguçada, uma especial acuidade para os problemas da alienação. Difusa e às vezes imponderável para os brancos, a dependência é o seu pão quotidiano, o conteúdo da sua experiência diária, o motivo de constantes humilhações. O branco é sempre o «outro», com o qual ele tem, freqüentemente, a tentação de confundir-se, de identificar-se. Porque confundir-se com o branco, «embranquecer-se», significaria vencer a sua condição de negro, quer dizer a sua condição de servo, de ser condenado, pela cor, à alienação.

O branco, porém, na medida mesma em que o vê através de todos os preconceitos da «brancura», não o «reconhece», isto é, não lhe outorga o estatuto de sujeito, titular dos mesmos direitos e dos mesmos privilégios. Pouco importa que, na letra da lei, sejam iguais se, de fato, os usos e costumes estabelecem discriminações e leis privadas. Abolida a escravatura como instituição jurídica, permanece a dependência, permanece a alienação econômica e social. Impossível confundir-se com o branco, impossível diluir-se na brancura. O «reconhecimento» pelo branco não poderá ser espontâneo nem gratuito, mas será o resultado do esforço, do trabalho, da luta.

Um dos meios de promoção dessa tomada de consciência e desse reconhecimento é a arte. A arte do artista engajado, comprometido, profundamente comprometido com a sua comunidade, com a sua classe, com a sua cor. Para transcender a negritude é indispensável assumi-la e fazer dela um instrumento de luta. De luta pelo reconhecimento do negro não como negro mas como homem.

Pois é porque o reconhecem apenas como negro e não como homem, igual a qualquer branco, que deve lutar não para renegar a sua cor, mas para afirmar a sua humanidade.

Se o artista negro for poeta, romancista ou teatrólogo, se a sua arte for uma das artes da palavra, não só lhe será lícito, portanto, como lhe será imperativo, fazer da sua arte a expressão dos problemas, das contradições ou do drama que a sua situação existencial envolve. Só assim poderá, ser autêntica e viva a sua arte. Não falará, nesse caso, apenas, por falar e para nada dizer, mas articulará o seu mundo de palavras, porque precisa falar, porque precisa comunicar-se, porque precisa, revelando-se aos outros, revelar, descobrir diante de seus olhos, a situação que é sua e que é deles, a situação que os condiciona e explica.

A sua obra não será então «literatura», no sentido em que a palavra nada significa ou significa o nada. A sua obra será um ato, um gesto, uma promoção do espírito que revelando o artista como intérprete e representante de uma comunidade ou de uma classe, permitirá que muitos nele se reconheçam e se encontrem. Assim entendida, a obra de arte é um instrumento de libertação, um ato do homem que revela o mundo e, ao revelá-lo, o julga e propõe, implicitamente, a sua modificação.

Não hesitaria em incluir «Sortilégio», de Abdias do Nascimento entre as nossas obras de arte que poderíamos considerar autênticas e revolucionárias. Essa peça, esse mistério negro, não é um exercício literário, não é variação em torno do tema gratuito ou ocioso. Resulta de um engajamento profundo, reflete a experiência, o drama de um homem negro que despertou para a consciência de sua comunidade e de sua cor. A peça é inteiriça, articulada por rigorosa lógica interior, que traduz as contradições oriundas da situação concreta em que se acha o personagem central, dividido entre a fidelidade à negritude e às sobrevivências de sua cultura primitiva e a fascinação da «brancura», que se confunde com a ideologia da classe dominante.

Não saberia dizer o que significa do ponto de vista da «teatralidade» ou do valor cênico a peça de Abdias do Nascimento. A mim me parece de grande riqueza, de grande sugestão plástica. Para compreendê-la, porém, parece-me indispensável compreender a situação em que se encontra o seu autor. Um negro brasileiro, com plena consciência dos problemas do seu país e dos problemas da gente de sua cor. Um negro empenhado na libertação de seu país e igualmente empenhado no reconhecimento e na libertação dos negros brasileiros. «Escreve com teu sangue, ensina Nietzsche, e verás que teu sangue é espírito».

O maior elogio que poderia fazer a esta peça seria dizer que foi escrita com sangue.

O nacionalismo e a participação dos socialistas

Antônio Costa Corrêa

O nacionalismo está na ordem do dia de todo debate político atual no Brasil. Vem se impondo como uma corrente de pensamento político indefinido e impreciso, mas com tal força que muito poucos são aqueles que ousam combatê-lo abertamente. Oportunistas de todos os matizes já se propõem fazer praça de «nacionalismo» como instrumento de propaganda, com os olhos postos nas próximas eleições. Por isso mesmo o debate do tema é importante. É necessário um esforço no sentido de definir o nacionalismo político, apontar as causas sociais e históricas que o condicionam, seu conteúdo e finalidade. De outra forma o movimento político de caráter nacionalista, que se afirma impetuosamente, de norte a sul do país, correrá o risco de perder-se na confusão dos conceitos, desvirtuar-se e até servir a propósitos contrários aos rumos que lhe são assinalados por sua necessidade histórica.

É claro que na base da corrente de pensamento político nacionalista, que se avoluma no Brasil, está a exigência de certas reformas estruturais que o nosso desenvolvimento econômico impõe. Este desenvolvimento, que tem se caracterizado pela industrialização intensiva em vários pontos do território brasileiro, com repercussão muito limitada em nosso sistema agrário, entra em choque cada vez mais agudo com os entraves resultantes das formas de propriedade e exploração da terra, de que decorre a debilidade do mercado interno, com a nossa estrutura política, toda ela feita na base da predominância de interesses privados de latifundiários, grandes banqueiros, industriais e comerciantes, com os órgãos estatais paralizados pela corrupção e pelo burocratismo e com a crescente pressão do imperialismo norte-americano, premido pela competição internacional, no sentido de integrar o Brasil, totalmente, no «seu bloco», econômica e politicamente subordinado aos interesses dos Estados Unidos. Dêsse choque, que se processa em larga escala na sociedade brasileira, resulta um estado geral de insatisfação e agitação política, que tende a canalizar-se, de forma ainda um tanto confusa, para um movimento nacionalista. E, como é da tradição brasileira, a maior receptividade para essa agitação ocorre entre intelectuais, universitários, militares e agrupamentos políticos representativos da classe média. A burguesia e seus expoentes políticos, sempre sobrepondo seus interesses de classe aos interesses nacionais, do conjunto da sociedade brasileira e sempre temerosos de qualquer reforma ousada no plano social e político, olham com desconfiança e hostilidade para o movimento nacionalista. Os trabalhadores da indústria e dos campos, como classe, não participam do movimento, senão em escala reduzida, na medida em que são impelidos pelos partidos políticos que têm penetração na massa trabalhadora.

A circunstância de o movimento político nacionalista ter seu principal ponto de apoio entre intelectuais, militares, universitários e agrupamentos políticos que a grosso modo exprimem o pensamento da classe média constitui, paradoxalmente, sua força e ao mesmo tempo sua debilidade. A força decorre de que, por essa forma, ele se situa numa certa tradição brasileira, que nos aponta essas forças sociais como executoras de todos os movimentos e transformações de envergadura em nosso país, como foram a República, a Abolição e a Revolução de 30. A penetração do movimento nacionalista entre os militares das três armas também é um fator de força substancial, uma vez que, em nosso país, a ausência de uma tradição democrática consolidada, a extrema debilidade dos partidos políticos e o nível político baixo da população, têm condicionado o papel decisivo das forças armadas, como força política. A debilidade resulta do perigo de o movimento perder-se, como já se perderam, tangidos pela classe média intelectualizada e por jovens oficiais, em formulações imprecisas, soluções empíricas e de emergência, reformas de superfície que apenas adiam, quando não agravam os problemas.

A participação dos agrupamentos políticos operários e socialistas no movimento nacionalista, é, por isso, a nosso ver, muito importante. Já que esse movimento se impõe como resultante de uma necessidade social e histórica, ele está na linha do nosso desenvolvimento econômico, social e político. A sua fusão com o movimento operário e socialista poderá dar-lhe maior substância, maior vigor ideológico e um desenvolvimento ulterior de largas conseqüências para o nosso país.

É claro que a contradição da presença de partidos operários e socialistas num movimento nacionalista, em nosso país, é apenas aparente. Os trabalhadores politicamente organizados e os socialistas são naturalmente internacionalistas, pois acima dos interesses nacionais os unem os interesses de classe e o ideal de uma humanidade liberta dos conflitos de nações e raças. Mas são eles, também, os mais interessados em criar, dentro do seu país, através do desencadeamento de um processo histórico determinado, condições de desenvolvimento econômico, social, cultural e político que tornem possível a libertação da classe operária das peias do sistema capitalista e o advento do socialismo. Por isso a sua participação no movimento nacionalista brasileiro é uma imposição política irrecusável. Mas é, também, essencial que essa participação se faça de forma esclarecida e com o objetivo de dar ao movimento nacionalista conteúdo conseqüente e desenvolvimento normal. Nenhum sentido teria, por exemplo, participar do movimento nacionalista para arengar patriotismo e xinga-

mentos contra o imperialismo norte-americano. A exaltação patriótica, temperada de hostilidade aos Estados Unidos, pode interessar como meio de agitação e ser útil, sob o aspecto partidário estreito, a determinados agrupamentos, como o Partido Comunista Brasileiro ou o P. T. B.. Assim, também, a participação demagógica de elementos petebistas, com a finalidade de exaltar o discutível nacionalismo de Getúlio Vargas, como instrumento de campanhas eleitorais, pode alargar o campo de agitação e penetração do movimento nacionalista. Mas isso tudo não leva a resultado algum. Ao contrário, o sentido anti-educativo de tais métodos e conduta, pode contribuir para o desvirtuamento e desagregação do movimento.

Aos socialistas, especialmente, cabe participar do movimento nacionalista com o firme propósito de evitar o seu desvirtuamento demagógico e patriótico, que só serve de pasto para pescaria de oportunidades eleitorais ou para satisfazer objetivos partidários medíocres. Pelo aprofundamento da análise e pela formulação programática baseada no exame objetivo das necessidades da sociedade brasileira, os socialistas devem exercer, dentro do movimento nacionalista, destinado a congregar elementos de várias tendências e ideologias, uma função educativa e aglutinadora de esforços.

Em primeiro lugar, parece-nos, é preciso deixar a posição defensiva e tímida em torno da qual vêm se desenvolvendo as campanhas nacionalistas: defesa da Petrobrás, defesa dos minérios radioativos, defesa da integridade nacional ameaçada pela base norte-americana de Fernando de Noronha, etc. Estes temas são muito importantes, sem dúvida, mas também muito modestos. Muita gente não quer avançar além deles pelo medo de mexer com os interesses das classes dominantes brasileiras ou pela ilusão de que agitando apenas temas dessa natureza, com o aspecto neutro de «defesa da Pátria», será possível mobilizar maior número de forças sociais e políticas, banqueiros e bancários, industriais e operários, colonos, assalariados do campo e fazendeiros, todos metidos numa espécie de «união sagrada» nacionalista. Mas isso seria negar as próprias razões econômicas, sociais e políticas que estão impondo o surgimento do movimento nacionalista. Se este nasceu apenas da necessidade de defender a Petrobrás ameaçada pelos trustes ou anular a concessão de bases aos Estados Unidos, então seria uma criação artificial, destinada a morrer na primeira oportunidade em que medidas governamentais ou legislativas atendessem àqueles objetivos.

É necessário definir certas posições de princípio e precisar objetivos programáticos do movimento, de forma clara, enérgica, sem a preocupação de ferir ou deixar de ferir este ou aquele interesse de grupo ou classe, pôr em ação a avassaladora força educativa da verdade, no debate dos problemas fundamentais que dizem respeito à soberania nacional, em contraposição ao charco de demagogia que inunda o panorama político brasileiro e já ronda o próprio movimento.

O movimento nacionalista, como posição de princípio, deve partir da constatação de que nos países de desenvolvimento retardado, como é o Brasil, não é possível superar o atraso, como uma das condições para a plena emancipação nacional, senão através de cer-

tas reformas de estrutura que permitam «acelerar» o desenvolvimento. Em primeiro lugar, o controle estatal (que tanto pode ser da União, do Estado, como do Município ou órgãos paralelos do poder público) sobre largos setores da economia nacional. Aliás, nem mesmo os países de capitalismo altamente desenvolvido e de grande tradição liberal podem progredir, atualmente, sem recorrer ao planejamento econômico, pelos órgãos do poder público, ao controle estatal. O desenvolvimento econômico vai empurrando a sociedade, gradativamente, para a estatização da economia, para o alargamento crescente das funções do Estado, que se processa de formas diversas, segundo a estrutura e a tradição histórica de cada país, mas de forma incoercível. Essa tendência é inevitável, seja considerada boa ou má, e por mais que alguns liberais fossilizados se ponham a deblaterar contra ela, em nome das excelências da «iniciativa privada». E no Brasil, como em todos os países subdesenvolvidos onde faltam os colossais capitais particulares de investimentos, que a moderna técnica exige, sendo o Estado chamado naturalmente a suprir essa falta, desempenhando a função de investidor de capitais reprodutivos, a tendência para a estatização econômica é particularmente sensível. O próprio surgimento do movimento nacionalista, que já vem ligado à idéia dos grandes empreendimentos econômicos do Estado (Petróleo e minerais atômicos sob monopólio estatal, siderurgia, etc.) é, sob certos aspectos, a própria expressão ideológica desse impulso do nosso desenvolvimento econômico na direção da estatização.

Como contrapartida da tendência para a estatização econômica do Brasil que está na linha do seu progresso material, da expansão de suas forças produtivas e plena emancipação nacional, forçoso é cuidar de reformas tendentes ao reforço do regime político democrático. De outra forma, poderíamos resvalar para um regime totalitário. A estatização econômica, criando uma massa grande de técnicos e funcionários que, sem possuírem a riqueza social dela podem fazer uso e gozar do seu poder, conjugado a parcelas do poder político, oferece sempre o risco da formação de uma casta burocrática privilegiada, que tende a transformar seus privilégios em sistema e perpetuá-los pelo despotismo político. Por isso, o reforço da autonomia municipal, a descentralização administrativa, sistemas de controles comunais ou equivalentes, nas empresas estatizadas, combate ao burocratismo e reforma eleitoral tendente a dar aos partidos políticos e órgãos eletivos verdadeira expressão popular, são medidas que se impõem, no delineamento de um programa nacionalista.

Enfim, o movimento nacionalista, definindo certas posições de princípio, como sejam a de fazer do Estado o elemento propulsor do desenvolvimento econômico e de propugnar por esse desenvolvimento dentro do alargamento da democracia política, deverá elaborar um programa básico de reformas que se fazem necessárias e urgentes em nosso país. Sem essas providências, o movimento permanecerá impreciso, flutuante, ora com coloração esquerdista, ora com tintas direitistas, quando não empolgado por demagogos e caçadores de votos. E nessa tarefa de definição e programação cabe, sem dúvida, papel importante aos socialistas brasileiros.

A Questão do Estado após a Revolução Socialista

Nelson Lontra Costa

Certos problemas, pela sua complexidade, querem de quem investiga muita objetividade e o necessário espírito de modéstia. E' sob tal anseio que procurarei tratar de uma questão, parece-me, de muita atualidade e de candente importância. Refiro-me ao problema do Estado socialista em relação com o culto da personalidade (inclusive os últimos fatos ocorridos em Moscou) e com aquilo que podemos chamar de experiência iugoslava. Para tanto, quisera inspirar-me em Dante, naqueles versos que Marx queria, tal como na entrada do Inferno, também no umbral da ciência: «Deixe-se aqui tudo que é suspeito, mate-se aqui tôda vileza». Ou naquela legenda que Marx declarou ser a sua predileta: «duvidar de tudo».

Assim é que passaremos a examinar.

Choveram telegramas procedentes de Moscou sobre os recentes discursos proferidos por líderes comunistas, quando do 40.º aniversário da Revolução de Outubro. A imprensa burguesa tentou explorar as discrepâncias entre os discursos de Kardelj e Gomulka, de um lado, Mao Tsé Tung e demais dirigentes do PC no poder, de outro lado.

Para investigar, devemos remontar a 11 de novembro do ano passado: o discurso de Tito, em Pula, complementado pelo discurso de Kardelj perante a Assembléia Federal da Iugoslávia, a 7 de setembro de 1956. A isso comparemos os dois editoriais do «Jimingipao» sobre a experiência histórica da ditadura do proletariado. Quem sabe ler e sabe entender, sabe também que se tratou de uma polémica entre os marxistas da Iugoslávia e os marxistas da China. E de grande importância. No Brasil, em debates que se travavam pelas colunas de jornais houve quem dissesse, com argúcia, embora sem maior exame, que se tratava daquilo que poderia ser chamado os dois caminhos para o socialismo. Assinalou-se mesmo que estava evidenciada a posição diferente da Iugoslávia e da Polónia no campo socialista, ambos os países na vanguarda do combate ao stalinismo. Tudo isso, entretanto, requer maior exame.

Após o XX Congresso do PCUS, a imprensa capitalista, procurando puxar sardinha para a sua brasa, passou a gastar muita tinta e papel em tórno do stalinismo. Para contrabalançar, espoucaram dos países socialistas documentos oficiais, falando da amizade e fidelidade à URSS, centro único e dirigente do socialismo no mundo. Já não se via mais a tão repetida «fidelidade incondicional», mas se alegava ainda que a palavra «stalinismo» era um desvio político. Ademais alegava-se que tal palavra, que só poderia significar o desenvolvimento prático e teórico do marxismo, estava servindo para esconder os lados positivos e ressaltar os aspectos negativos.

O outro lado dêsse argumento, mas que não era ressaltado, é que nêle também está contida uma atitude passiva para com as graves deformações sofridas pelo socialismo.

Até aí são duas posições contrárias; mas há uma outra de permeio. O que Tito e Kardelj dizem, em última instância, é que os erros e crimes de Stálin não surgiram por acaso. Sustentam que as origens dos erros e crimes de Stálin são frutos do stalinismo, que por sua vez é fruto do caminho encontrado pelos soviéticos na constituição do Estado revolucionário. De acôrdo com a análise que fazem, surgiu na URSS uma casta de burocratas, impregnados de interesses que não os da classe operária, interessados em manter a posição privilegiada com unhas e dentes. Daí porque não pode a URSS ser o centro dirigente do socialismo. E por que isso ocorreu? Acreditam os marxistas iugoslavos que tudo isso ocorreu por causa de um vício no aparelho do Estado soviético, e na URSS a ditadura do proletariado, que é a característica política do período de transição para se chegar ao socialismo, não aplicou o que ensinam Marx e Lênin, isto é, que ao proletariado só interessa um Estado (órgão de opressão de uma classe por outra) em vias de desaparecimento, que comece logo a desaparecer e constituído de tal modo que não possa senão desaparecer.

E a Iugoslávia dá o exemplo.

No início do ano de 1953, o Parlamento iugoslavo proclamou a dissolução parcial do Estado. Os ministérios do plano, da agricultura e da educação nacional desapareceram. Passaram para organismos descentralizados os poderes dêsses ministérios. O Estado administrativo desapareceu, tendo sido mantidos apenas os organismos centrais de defesa nacional, da segurança do território, relações exteriores, bem como o poder legislativo: o Parlamento. Com tais fatos, argumentam os iugoslavos, fica provado que êles não desconhecem o cerco capitalista e se organizam de modo a repelir ataques do inimigo externo. Ao mesmo tempo estão dentro da teoria do desaparecimento do Estado.

Eis o caminho pelo qual trilha a Iugoslávia, um caminho original para o socialismo. Sustentam os camaradas iugoslavos que foi exatamente isso que, em 1955, no Aeroporto de Belgrado, foi reconhecido pelo 1.º secretário do PCUS, Nikita Khruschiov.

Não há nada de assustador nisso. Há, sim, uma situação nova no movimento operário revolucionário socialista. Revela-se uma contradição nova que não é básica porque não é resultado de antagonismo fundamental de interesses entre classes, mas sim fruto de conflito entre opiniões justas e opiniões falsas, de contradição parcial de interesses, conforme bem assinala o editorial do «Jimingipao». Para os marxistas iugosla-

vos, a democracia socialista lá assumiu as características da ditadura do proletariado. Tornou possível ao fim da última guerra, quando o Estado e as relações de propriedade existentes sofreram um impacto revolucionário. Então, pois, acordem com o que ensinaram Marx, Engels e Lênin. Julgam que quem incorreu, pois, em revisionismo foi Stálin.

Por conseguinte, o que interessa saber é se a Iugoslávia tomou um caminho novo, eficaz dentro da realidade internacional, à luz do marxismo. Igualmente interessa saber se o caminho iugoslavo tem um sentido amplo, isto é, se poderá interessar ao movimento operário revolucionário socialista de outros países. Ao que me parece, os marxistas soviéticos negam a eficácia do «modelo» iugoslavo, negam-lhe valor de «modelo» e acham que tal experiência só tem sentido para a Iugoslávia. Já os marxistas iugoslavos dizem que a expressão «experiência iugoslava» não é precisa, isso lhes desagradava, pois sustentam que se trata do que, de fato, ensinaram Marx, Engels e Lênin; o resto é que é revisionismo.

Aliás, quando a questão girou em torno dos acontecimentos da Hungria e da Polónia, os iugoslavos ganharam um argumento de grande peso: a formação espontânea de conselhos operários naqueles dois países. Kerdelj imediatamente aconselhou Kadar a que transformasse em órgão do poder estatal todos os conselhos operários de Budapeste e de outras regiões, aproveitando a oportunidade para deixar de lado os burocratas.

Já por esse aspecto os camaradas chineses acharam que assim os camaradas iugoslavos foram muito longe e criticaram o camarada Tito porque apresentava duas saídas, a iugoslava e a stalinista, quando a perspectiva era de socialismo ou contra-revolução. O fato foi que os camaradas húngaros rejeitaram a proposta de Kerdelj, que com isso julgava apresentar uma solução à crise húngara: conselhos operários, surgidos espontaneamente, transformados em órgãos do aparelho estatal em bases preconizadas pelo «modelo» iugoslavo. Os camaradas chineses acharam que os camaradas húngaros agiram com inteira correção, ao dissolverem os conselhos operários, porque de outra maneira o futuro da Hungria pertenceria à contra-revolução. Nada disseram, porém, de contrário à tese iugoslava sobre a necessidade da destruição do burocratismo.

Com a leitura atenta dos editoriais do «Jimingpao» vê-se, contudo, que os camaradas chineses acreditam, como os soviéticos, que o «modelo» iugoslavo não é eficaz, nem tem valor como modelo.

Essa questão não é nova. Ao contrário. Sim, pois, que no essencial o que se vê é o ressurgimento de uma antiga discussão: o papel e a natureza do Estado na construção do socialismo. Eis a questão, eis o problema candente do momento. Resolvido, e um grande passo terá sido dado.

Vejamos. Uma pesquisa e ver-se-á que as opiniões emitidas por Marx e Engels sobre a constituição do Estado revolucionário não foram sempre as mesmas. Sofreram um ritmo progressivo. Ambos acabaram por ver no Estado algo de ruim, mas necessário. E isso porque renunciaram à idéia de fazer surgir o mais rapidamente a sociedade socialista. No terreno filosófico-político, a primeira obra de Marx foi de crítica à filosofia do Estado, de Hegel. Considerava que assim como há uma alienação econômica, social, ideológica, há também uma alienação política, tão grave e tão profunda quanto as outras. Humanizar-se-á o homem quando conseguir livrar-se das forças sociais sob forma de poder político; enquanto existir Estado, o homem, em sociedade, projetar-se-á fora de si, alienar-se-á, até ver deslocar-se e voltar contra si a força, a potência que dele mesmo se desprende.

No Manifesto de 1848, já então Marx sustenta que a classe operária deve apoderar-se da máquina do Estado e utilizá-la em função dos seus objetivos. Definia esse Estado como a classe operária organizada em

classe dominante. A classe operária ver-se-ia ante a necessidade de constituir-se em classe nacional, não para criar uma forma durável de Estado. Porque no momento em que o antagonismo de classe tivesse desaparecido, no momento em que todos tivessem em suas mãos a produção, o poder público perderia «ipso facto» o caráter político.

Só mais tarde, em virtude das polémicas travadas com Bakunine e com Proudhon, e à base das experiências da Comuna de Paris, de 1848 a 1871, Marx e Engels afirmaram: um período de transição será necessário para o salto ao socialismo. A forma do Estado burguês não serve à classe operária, e há que constituir um Estado novo sobre os escombros do aparelho estatal burguês. Prosseguiu intacta a teoria de que o «Estado não é abolido, fenece».

Esse um apanhado, em resumo.

Passemos às citações. No Manifesto Comunista diz Marx: «Como vimos acima, a primeira etapa da revolução operária é a ascensão do proletariado em classe dominante, a conquista da democracia». Aliás, Rosa Luxemburgo, em debate com Bernstein, afirmou com justeza que para Marx e Engels nunca houve dúvida quanto à necessidade da conquista do poder político pelo proletariado. O que se pode dizer é que para Marx e Engels as condições de como a conquista do poder político se efetuará não se apresentaram sempre da mesma maneira nas várias fases de suas vidas. E no Manifesto o problema do Estado é exposto de modo geral, mais ou menos abstrato: «o proletariado usará o seu poder político para arrancar, pouco a pouco todo o capital à burguesia para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dirigente, e para aumentar as forças produtivas, tão rapidamente quanto possível».

Em 1871, em carta a Kugelman, já então Marx assim formulou seu ponto de vista: «Se você prestar atenção no último capítulo de meu Dezoito Brumário verá que eu declaro que a próxima tentativa da revolução Francesa não será meramente de passar de uma para outra mão a máquina burocrática e militar, como foi o caso até agora, mas de a esfacelar». Declarou também em «A Guerra Civil na França» que a Comuna era uma República destinada a suprimir não só a forma monárquica de dominação de classe, mas o próprio Estado de classe.

Vinte anos depois, prefaciando «A Guerra Civil na França», escreve Engels:

«Na verdade, o Estado não é mais que um aparelho da opressão de uma classe por outra, e isto tanto na república democrática quanto a monarquia; e na melhor hipótese é um mal herdado pelo proletariado depois de sua luta vitoriosa pela supremacia de classe, cujos piores aspectos o proletariado, tal como a Comuna, terá de eliminar na primeira oportunidade, até chegar o tempo em que uma nova geração, criada sob condições sociais novas e livres, será capaz de jogar no lixo todos os resíduos inúteis do Estado».

Segundo Engels, em 1891, o proletariado elimina «os piores aspectos»... Em crítica ao projeto do programa de Erfurt, diz mais claramente:

«Se há uma coisa de que não pode haver dúvida é que o nosso partido e a classe operária só podem conquistar supremacia sob um regime político como a república democrática. Esta é, com efeito, a forma específica da ditadura do proletariado, como o demonstrou a Revolução Francesa».

Em carta de Marx a Weydemeyer (5 de março de 1852) há a passagem seguinte: «O que eu fiz de novo consiste na demonstração do seguinte: 1) que a existência das classes só se prende a certas batalhas históricas relacionadas com o desenvolvimento da produção;

2) que a luta de classes conduz necessariamente à ditadura do proletariado; 3) que essa própria ditadura é apenas a transição para a supressão de todas as classes e para a formação de uma sociedade sem classes».

São palavras de Lênin em «O Estado e a Revolução».

Em trecho anterior, Marx dissera não ter o mérito de ter descoberto a existência de classes na sociedade contemporânea, não a de ter descoberto a luta dessas classes entre si. Eis porque Lênin, em comentário a respeito afirmava: «limitar o marxismo à luta de classes é truncá-lo, reduzi-lo ao que é aceitável para a burguesia. Só é marxista aquele que estende o reconhecimento da luta de classe ao reconhecimento da ditadura do proletariado».

Complementando a tese da ditadura do proletariado com as experiências da Comuna, em 1891, no prefácio à «Guerra Civil na França», Engels escreveu: «contra essa transformação do Estado e dos órgãos estatais de servidores em senhores da sociedade, processo que não pudera ser evitado em todos os Estados precedentes — a Comuna lançou mão de dois expedientes infalíveis. Em primeiro lugar, confiou todas as funções administrativas, judiciárias e de educação a homens escolhidos por sufrágio universal, e reservou-se o direito de os demitir a qualquer momento por decisão de seus eleitores. Em segundo lugar, todos os funcionários, graduados ou não, só recebiam salários que não excedessem aos das outras categorias de trabalhadores».

Ainda no prefácio do livro sobre as lutas de classe na França, sustenta Engels no balanço que fez das revoluções de 1848 e 1871: «Já passou o tempo das revoluções efetuadas por meio de uma súbita tomada do poder por pequenas minorias conscientes à frente de massas sem consciência».

De Marx ainda é bom ter conhecimento do artigo «Crítica Moralizadora» do qual extraímos um trecho: «Se é verdade que politicamente, isto é, com auxílio do Estado, a burguesia «mantem a injustiça das relações de propriedade» (expressão de Heizer) não é menos exato que ela não as cria. A injustiça das relações de propriedade... não deve de modo algum sua origem à dominação política das classes burguesas; ao contrário, a dominação da burguesia é que decorre das relações de produção existentes. Por esse motivo, se o proletariado liquidar a dominação política da burguesia, a sua vitória será apenas um ponto do processo da própria revolução burguesa, e servirá à causa desta auxiliando o seu desenvolvimento».

Marx admitia, pois, a vitória quando ainda as condições necessárias à revolução socialista não estivessem maduras.

Vejamos agora, o papel desempenhado por Lênin.

Logo no início do seu raciocínio, Engels diz que, ao tomar o poder, o proletariado, «por esse meio abole o «Estado como Estado». Não se costuma aprofundar o que isso significa. Em geral, despreza-se inteiramente esse pensamento ou se vê nele uma espécie de «fraqueza hegeliana» de Engels. Na realidade, essas palavras significam (transcrição do «Anti-Duehring») em síntese a experiência de uma das maiores revoluções proletárias, a experiência da Comuna de Paris, de 1871, de que falaremos mais detalhadamente no lugar que lhe compete. De fato, Engels fala da «abolição» do Estado burguês pela revolução proletária, ao passo que as suas palavras sobre o definhamento e a «morte» se referem aos vestígios do Estado proletário que subsistem depois da revolução socialista. Segundo Engels, o Estado burguês não «morre»; é aniquilado pelo proletariado na revolução. O que morre depois dessa revolução é o Estado proletário ou semi-Estado.

O Estado é «uma força especial de repressão». Esta notável e profunda definição de Engels é de uma absoluta clareza. Dela resulta que essa força especial de repressão do proletariado pela burguesia, de milhões de

trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma força especial de repressão da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a «abolição do Estado como Estado».

São palavras de Lênin em «O Estado e a Revolução».

Igualmente claro foi Lênin ao dizer no mesmo livro: «constituir o Estado de tal modo que comece imediatamente a parecer e não possa senão desaparecer» Eis outro trecho que vem muito a propósito:

«A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar, naturalmente de suscitar um grande número de formas políticas variadas cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: a ditadura do proletariado».

Embora Lênin tivesse assinalado o risco de certas medidas a que se viu obrigado em face das intervenções estrangeiras e da guerra civil, a verdade é que manteve, quando no poder, um corpo de funcionários privilegiados e o exército permanente. Antes, todavia, havia escrito: em lugar de instituições especiais de uma minoria privilegiada (funcionários privilegiados e chefes de exército permanentes) a própria maioria do povo pode encarregar-se dessa tarefa; mais as funções do Estado são exercidas pelo conjunto do povo, menos necessário se torna esse poder». Por isso sempre advertiu os bolcheviques quanto a esse perigo.

Antes de morrer, teria escrito: «está construído um Estado operário, com deformações burocráticas».

Muito tempo depois, Stálin declarou as teses clássicas inexecutáveis, argumentando com as circunstâncias históricas da revolução russa. Eis o que disse:

«Engels disse que após a vitória da revolução socialista o Estado deveria desaparecer... Os marxistas soviéticos chegaram à conclusão de que em face do cerco capitalista... o país da revolução vitoriosa deve, não enfraquecer, mas consolidar por todos os meios seu aparelho de Estado» (discussão sobre lingüística, 1950).

No entanto, Lênin havia advertido:

«Uma das medidas tomadas pela Comuna e salientada por Marx: supressão de todas as despesas de representação, supressão dos privilégios pecuniários dos funcionários, redução de todos os ordenados administrativos ao nível do salário operário (grifado por Lênin). É nisto que mais se faz sentir a passagem brusca (grifada por Lênin) da democracia burguesa para a democracia proletária, a passagem da democracia dos opressores para a democracia dos oprimidos, a passagem para a dominação de uma «força especial» (assinalada por Lênin) destinada à opressão de determinadas classes para o esmagamento dos opressores pelas forças combinadas (grifado por Lênin) da maioria do povo, dos operários e dos camponeses».

E passa a criticar os vulgarizadores de Marx por não ressaltarem esse aspecto: «é comum calarem-se sobre o assunto, como se fôra uma ingenuidade antiquada, exatamente como os cristãos, uma vez o seu culto tornado religião do Estado, se «esqueceram» das «ingenuidades» do cristianismo primitivo e do seu espírito democrático revolucionário».

Eis porque os camaradas iugoslavos dizem que o revisionismo está em Stálin: reforçou o aparelho estatal no todo e não apenas no essencial, na parte que se impunha para fazer face ao cerco capitalista. O despotismo burocrático é que impede a descentralização do governo e a democratização do Partido. Daí o culto à personalidade, daí a disputa pelo poder político, daí os choques entre o exército, o governo e o Partido (caso Jukov). Aliás, logo após o XX Congresso do PCUS, Togliatti, comentando os fatos, declarou ser necessária a pesquisa das causas do culto à personalidade na formação do Estado soviético.

Vai, porém, que a descentralização e a democratização na Iugoslávia foram acompanhadas de uma alta

de preços. Na União Soviética já houve várias rebaixas de preços. Esse fenômeno econômico poderia ter posto em perigo um regime menos sólidamente enraizado no povo.

Essa subida de preços, sofreada desde alguns meses, arrebatou à classe operária uma parte das incontestáveis vantagens materiais e morais que lhe trouxe o «titismo». E assim beneficiaram-se os camponeses e artesão, o que não é incompatível com uma ampla democracia, mas que também não representa menos um paradoxo na construção do socialismo.

O que se vê, pois, é que a Iugoslávia procura o seu equilíbrio. Não se pode reprová-la; pode-se legitimamente falar de uma experiência iugoslava de imenso interesse. Eis o que pensamos.

As palavras de Roxa Luxemburgo, comentando a Revolução Russa, são oportunas a respeito: «os bolcheviques têm demonstrado que podem fazer tudo que um

partido verdadeiramente revolucionário pode fazer nos limites das possibilidades históricas. Não procuram fazer milagres. E seria milagre uma revolução proletária modelar e impecável num país isolado, esgotado pela guerra, premido pelo imperialismo... o que importa é distinguir na política dos bolcheviques o essencial do acessório, a substância do acidente. ... Quanto nos encontramos nas vésperas de lutas decisivas no mundo inteiro, o mais importante problema do socialismo é precisamente a questão palpitante do momento: não esta ou aquela questão de detalhe técnico, mas a capacidade de ação do proletariado, a combatividade das massas, a vontade de realizar o socialismo».

Mas isso depois de afirmar: «O perigo começa no ponto onde, fazendo das necessidades virtudes, foi criada uma teoria da tática imposta por aquelas condições fatais, pretendendo recomendá-la ao proletariado internacional como modelo da tática socialista».

LEIAM

História Sincera da República

Das origens a 1889

(Tentativa de interpretação marxista)

de LEÔNICIO BASBAUM

Uma edição da LIVRARIA SÃO JOSÉ

À VENDA NAS LIVRARIAS

Para onde vai o Partido Comunista Americano?

Vitor Orosco

Um dos PPCC onde o impacto do XX Coongresso do PCUS e da intervenção na Hungria repercutiu mais violentamente foi no PC norte-americano. A crise, já profunda, que atravessava êste partido, atingiu seu ápice com a demissão de Joseph Clark, redator de política externa do «Daily Worker», e com as críticas dirigidas pelo «Kommunist», órgão teórico do PCUS, a John Gates, líder de uma tendência opositora e também redator do jornal do PCA.

O DESENVOLVIMENTO DA LUTA INTERNA

Recapitulemos sumariamente como se desenvolveu a luta interna no PC ianque. As divergências surgiram à tona logo após a intervenção soviética na Hungria. O «Daily Worker» não se enquadrou pacificamente dentro dos esquemas explicativos de Moscou, adotando uma posição crítica. Também, no que tange às discriminações contra judeus na URSS, o referido jornal tomou posição independente. A oposição, que influencia o «staff» do «Daily Worker», rebelou-se também contra a estrita subordinação do PC americano ao Partido soviético, reclamando o direito de «interpretar e aplicar os princípios marxistas-leninistas segundo as condições americanas.»

Três tendências desenvolveram-se, então: uma, stalinista ortodoxa, pugnando pela manutenção do antigo sistema stalinista, encabeçada por Willian Foster, ex-secretário-geral do PCA e seu atual presidente; no outro polo, a tendência opositora, «liberal», liderada por John Gates e Steve Nelson, ambos redatores do «Daily Worker». Entre as alas de Foster e Gates, surgia a de Eugene Dennis, aparentemente centrista e conciliadora mas, de fato,, neo-stalinista, procurando adaptar-se às novas condições, prometendo (em palavras) algumas concessões burocráticas e verberando tanto o «oportunistismo direitista» como o «sectarismo esquerdista». (1)

(1) Qualquer semelhança com o PC brasileiro não é mera coincidência.

A 16ª CONVENÇÃO NACIONAL DO PCA

Era de se esperar que as acirradas divergências surgidas quando da apresentação do Projeto de Resolução viessem à luz no transcorrer da Convenção Nacional, realizada de 9 a 12 de fevereiro dêste ano. Tal perspectiva, porém, não se positivou, principalmente pela ausência de uma ação mais decidida e organizada da oposição «gatesista» que se furtou a um embate direto contra os stalinistas.

Nestas condições, a Convenção terminou num compromisso (efêmero) entre as três principais tendências, compromisso êsse efetuado sob a égide da defesa da «unidade partidária». Posteriormente, os fatos revelariam que a principal beneficiada com o acôrdo tinha sido a ala de E. Dennis.

Esta ala, dos «burocratas esclarecidos», surgiu manobrando hábilmente entre o grupo dos stalinistas recalitrantes e empedernidos de Foster e conseguindo a aprovação do documento principal onde as tendências «direitistas» e «esquerdistas» foram estigmatizadas.

Com relação ao «sectarismo de esquerda» (tendência Foster), a Convenção concordou que êste era o principal perigo e a principal fonte de erros. Porém, o «sectarismo esquerdista» foi retratado, tal como assinala o órgão socialista norte-americano «Labor Action», (2) como sendo apenas uma série de importantes erros individuais, derivados, em parte, da aplicação mecânica de uma linha vinda do exterior, irrefletidamente aceita». O compromisso final acentua que o «sectarismo de esquerda», não o «oportunistismo», era o principal perigo, mas que o Partido deveria lutar em duas frentes e repudiar as tendências de direita e de esquerda.

Foi dentro dêste espírito que a idéia de transformar o Partido Comunista numa Associação de Ação Política («Political Action Association»), idéia esta nitidamente de inspiração «direitista», foi rejeitada. Também a carta,

(2) 17 de junho de 1957.

destinada a reforçar os stalinistas, endereçada à Convenção pelo dirigente stalinista francês Jacques Duclos, foi rejeitada. Duclos aí afirmava que o internacionalismo proletário «implica na solidariedade à política exterior da União Soviética.» A rejeição da carta de Duclos significou uma vitória para a tendência de Gates.

Se bem que a Convenção não tenha, em si, contribuído consideravelmente para aprofundar os debates anteriores, se bem que a tendência dos «burocratas anti-burocráticos» tenha, no cômputo final, colhido os melhores resultados, nem tudo foi um céu azul na Convenção. Algumas vozes destoantes fizeram-se ouvir. Um dos delegados de Nova York, votando contra um dos trechos da Resolução Política, declarou: «Internacionalismo proletário significa que, se nós acreditamos e apoiamos a URSS e o socialismo, devemos também criticar toda política soviética, interna ou externa, que prejudique o socialismo no mundo». Outro delegado, William Mandel, protestou contra a inclusão de Foster e Dennis no novo Comitê Nacional. «Estes dois homens disse êle, perderam toda possibilidade de serem respeitados neste Partido».

A DEMISSÃO DE JOSEPH CLARK

A crise profunda que abala todos os alicerces do PC americano não poderia ser extinta na base de um compromisso formal entre as três correntes divergentes.

Assim é que o «Daily Worker» de 9 de setembro publica a resignação de J. Clark, um dos elementos que formava ao lado de Gates. Diz Clark: «Após mais de 28 anos de vida partidária, eu resigno a ambos (ao Partido e ao jornal) porque concluí que não me é mais possível continuar servindo à causa do socialismo americano através deles».

Reafirmando sua fé no socialismo, declara Clark: «Continuo a acreditar nos ideais que me levaram ao movimento comunista: um mundo livre da pobreza, do racismo, da injustiça e da guerra».

Em outra passagem de sua carta de demissão, publicada pelo semanário trotskista norte-americano «The Militant» (3), o ex-redator do «Daily Worker» explica um dos motivos que o levaram a afastar-se do PCA. «Foi um desejo de justiça, escreve, que impeliu a mim e outros para o Partido Comunista. Foi uma repulsão contra as injustiças do comunismo stalinista que impeliaram a mim e a outros a abandoná-lo. Nada me aterrozou mais na URSS do que a supressão de certos livros e idéias «perigosas». Nada me envergonhou mais do que saber que os processos de Trotsky, Zinoviev, Bukharin e outros líderes bolcheviques eram covardes falsificações, assim como os processos de Rajk, Kostov e Slansky.»

A respeito da situação atual do PCA, assinala Clark que a recente Convenção do Partido revelou que dos 17.000 membros do PC norte-americano, 7.000 o

abandonaram nestes últimos meses. «Entre aqueles que abandonaram o Partido antes que eu, está a grande maioria dos operários e negros filiados, sindicalistas ativos, escritores, cientistas, membros de profissões liberais, organizadores, prisioneiros vítimas do Smith Act, editores e jornalistas do «Daily Worker». Assevera ainda o ex-redator do órgão do PC americano que «o socialismo só poderá ser útil quando estiver completamente separado do stalinismo».

É interessante observar também que já num dos seus últimos artigos, publicado no «Daily Worker» (!), Clark procura descobrir as bases sociais para a ascensão de uma burocracia na União Soviética, apoiando-se em algumas análises de Isaac Deutscher. Clark rejeita igualmente a concepção stalinista do internacionalismo proletário expressa por Duclos em sua carta à Convenção do PCA. Para Clark, o «internacionalismo proletário, em 1956, implicava na solidariedade aos operários húngaros que resistiram à intervenção soviética, implicava no apoio aos operários que formaram uma sólida falange em torno dos Conselhos Operários e a sua poderosa greve geral».

A SITUAÇÃO DE GATES

Analisando a saída de Clark, Gates declarou: «Não concordo com Clark que o Partido Comunista se tenha transformado num obstáculo para o socialismo». Entretanto, apesar de discordar do gesto de seu ex-companheiro de redação e partido, sua atitude frente a êle foi extremamente amigável: «Nós nos separamos com tristeza, não com ódio, como amigos, não como inimigos».

Escrevendo no «Daily Worker» (10 de setembro), Gates afirmou: «É fácil condenar Clark por sua ação e é necessário discordar das posições errôneas que êle tomou. Porém muito mais difícil é analisar a causa fundamental da perda de 45% de nossos filiados no ano passado, da qual a demissão de Clark é outro sintoma.»

A tendência liderada por Gates acusa o grupo de Foster como responsável pelo afastamento de Clark e pela obstrução da aplicação das decisões da Convenção Nacional. Entretanto, os pontos básicos da divergência são a questão da subordinação do PC americano ao homônimo soviético (4) e a questão da estrutura organizatória, que deveria ser mais democrática. «No passado, escreve Gates, tivemos um máximo de centralismo e um mínimo de democracia.»

A CAMPANHA CONTRA OS «OPORTUNISTAS»

Após a Convenção Nacional, os grupos de Foster e Dennis, utilizando-se do aparelho do Partido e contando com o apoio do stalinismo internacional, passaram novamente a se movimentar visando a assegurar o controle

(3) 23 de setembro de 1957.

(4) Gates bate-se por uma organização operária americana verdadeiramente independente e por uma atmosfera partidária de respeito e consideração às opiniões contrárias.

sobre a organização partidária e o aniquilamento da tendência «liberal» de Gates. Entretanto, essa não é uma tarefa fácil, pois os «gatesistas» influenciam o órgão de massa do Partido.

Em apoio aos stalinistas (ou neo-stalinistas) do PC americano, o órgão teórico do PCUS, «Kommunist», lançou um ataque contra John Gates, condenando as posições que este havia exposto, algum tempo atrás, no «Political Affairs» (novembro de 1956). O «Kommunist» afirma que Gates pretende uma organização que inclua em suas fileiras «tanto defensores como opositores do marxismo-leninismo». Tal partido seria baseado «num princípio anarquista de «liberdade» de disciplina e da aplicação das decisões partidárias». Para não faltar à tradição, a revista stalinista deturpa «ligeiramente» o pensamento de Gates. Este reclama uma organização mais ampla que inclua, não «inimigos e defensores do marxismo-leninismo», mas que permita a existência de diferentes interpretações.

PERSPECTIVAS DO PC NORTE-AMERICANO

Tudo indica que no período a seguir, a campanha dos grupos de Dennis e Foster contra Gates tornar-se-á mais acerbada. Não acreditamos que os «liberais» tenham possibilidade de enfrentar com êxito tanto a tendência «centrista» como a «sectária de esquerda». Além disso, a própria oposição anti-stalinista não tem uma perspectiva e um programa para opor ao aparelho. Já durante a Convenção de fevereiro, os «gatesistas» se esquivaram ao combate frontal e procuraram chegar a um compromisso, que permitiu aos stalinistas se recompor e prepararem a ofensiva ulterior.

A perspectiva mais provável, a nosso ver, é o rompimento ou a expulsão dos anti-stalinistas. O embate pelo controle do Partido, então, travar-se-ia entre Dennis — secretário-geral — e Foster — presidente do Partido. Se bem não haja diferença fundamental entre Foster e Dennis, o primeiro aparece muito mais comprometido com os erros da era de Stálin, e Dennis reúne condições mais favoráveis para contar com o apoio da maioria dos funcionários ou quadros do aparelho, inclinados a apagar alguns dos aspectos mais gritantes e nefastos da prática stalinista, mas de modo algum dispostos a um verdadeiro retorno à democracia interna. É possível também que, afastado o perigo «revisionista», Foster seja tomado como o pode-expiatório. Uma advertência aos «sectários» que colocam em dúvida a transição pacífica ao socialismo, já foi feita por Sid Stein, secretário nacional de organização. Trata-se de uma referência a Foster. Teria êle duvidado dos ensinamentos de Khruschiov?

Corroído por tôdas essas lutas intestinas, já isolado das massas, tendo perdido 45% de seus efetivos, o PC norte-americano reduz-se cada vez mais a uma seita, a um núcleo de propaganda. O «Daily Worker» é agora forçado a reduzir à metade o tamanho de suas páginas, a imprimir apenas 4 páginas em lugar das 8 anteriores e a aparecer apenas 4 dias por semana, em lugar de 5.

Mas, além dos fatores intrínsecos da crise do PC americano, reflexo da decomposição mundial do stalinismo, a situação política nos EE.UU. exclui praticamente qualquer possibilidade de desenvolvimento do PCA num futuro próximo. O poderio do Estado capitalista, o atraso político do proletariado que ainda não ultrapassou o nível da mera organização sindical, o ambiente macarthysta, o sentimento chauvinista da classe média irritada e humilhada pelas conquistas técnicas soviéticas, tudo isto aliado às formas totalitárias e burocratizadas da organização stalinista, a sua subserviência à diplomacia do Kremlin (que faz com que esse partido apareça aos olhos das massas atrasadas como uma «organização estrangeira»), a sua orientação oportunista de «flirt» com o Partido Democrático, determinam a exclusão completa do PCA como força ativa, capaz de influenciar de alguma maneira no cenário político norte-americano.

Entretanto, a situação objetiva e subjetiva nos EE.UU. não é desfavorável apenas para o Partido Comunista, mas também para a esquerda no seu conjunto. Se bem acreditemos que as organizações socialistas dos Estados Unidos devam se conformar em atuar por um considerável lapso de tempo como núcleos de propaganda, julgamos que uma relativa possibilidade para a extensão do pensamento e ação dos socialistas residiam na realização de uma frente comum dos agrupamentos de esquerda e democráticos e de sua atividade em prol da criação de um Labor Party, análogo ao Partido Trabalhista inglês, partindo-se do nível da compreensão sindical da massa operária ianque. Dizemos Partido Trabalhista pois não nos parece que, salvo núcleos esparsos de vanguarda, a massa operária ianque esteja atualmente em condições de aceitar e compreender a organização de partidos estruturados em moldes marxistas-leninistas. Por outro lado, um partido trabalhista, seria um importante passo no sentido de romper o monopólio político dos democratas e republicanos, oferecendo uma forma de expressão própria e independente para a imensa massa trabalhadora dos EE.UU.

As possibilidades, no entanto, para um real e profundo desenvolvimento das lutas sindicais e anti-capitalistas do proletariado americano, dependeriam fundamentalmente da influência e repercussão de fatores externos: das derrotas e dos revezes de Wall Street além das fronteiras dos EE.UU., das vitórias e da extensão da revolução colonial e, sobretudo, dos êxitos dos movimentos socialistas não-stalinistas em outros países. Nesse particular, estamos certos que um sucesso eleitoral do trabalhismo inglês e um ascenso paralelo do proletariado britânico dariam uma notável contribuição para o despertar político das massas assalariadas da América do Norte.

Dezembro de 1957

(5) Telegramas publicados na imprensa brasileira, datados de 26 de dezembro de 1957, informam que a direção do PCA rejeitou a resolução aprovada em novembro pelos PPCC da URSS e das democracias populares. Anunciou-se igualmente que a aludida direção decidiu suspender a publicação do «Daily Worker».

TROTSQUISMO:

Fantasma que quer materializar-se

II

Calvino Filho

A mais negra reação burguesa, estimulada, estendida e apoiada vigorosamente pela oligarquia financeira apresenta e descreve o Comunismo como sendo um inferno para os trabalhadores e o paraíso de uns poucos privilegiados, de uma nova "classe". Porisso e somente porisso, dizem que a URSS é um Estado Comunista. Por que? Para tentarem afastar as massas atrasadas, amedrontando-as, da luta de classes que as levará ao Comunismo, sob a direção de sua vanguarda. Que diziam e dizem os trotsquistas, renegados do movimento comunista, sob diversas máscaras e títulos, que herdaram o ódio de Trotsqui à URSS? Que a URSS não é um Estado socialista (primeira fase ou etapa inferior do comunismo). Mas um Estado totalitário dominado por uma "classe" voraz, impiedosa, opressora e exploradora. Por que? Para criarem dúvidas e afastarem as simpatias das massas trabalhadoras conscientes de todo o mundo da URSS, para a isolarem e tornarem possível a guerra do imperialismo contra a URSS. Que diziam e dizem os fascistas contra a URSS? Reproduzem e repetem as mesmas tolices e infâmias do arsenal de Trotsqui, fonte inesgotável onde também a mais negra e estúpida reação se abastece para caluniar a URSS.

Como o ódio à URSS, e pois ao Socialismo, primeira fase do Comunismo, é comum à mais negra reação capitalista, ao fascismo e ao trotsquismo, apenas porque o Comunismo significa a libertação completa e acabada das massas trabalhadoras da escravidão capitalista, por caminhos diferentes, procuram eles — reação burguesa, fascismo e trotsquismo — desligar as massas trabalhadoras dos ideais comunistas e da URSS, a sua materialização na época atual e baluarte poderoso em que se apóiam as massas trabalhadoras conscientes de todos os países. A reação, acusando acertadamente a URSS de comunista; o trotsquismo, acusando-a falsamente de não comunista; ambos se

confundem e fundem, visando a um só objetivo: desmoralização e posterior destruição da URSS, como se fôra possível deter e retroceder a marcha da História. Ambos serão esmigalhados, porém, sob as rodas da História.

Para que os nossos leitores possam bem julgar Trotsqui e os trotsquistas, impõe-se que estudem cuidadosamente pelo menos o V capítulo do extraordinário trabalho de Lênin "O Estado e a Revolução", *sobre as bases econômicas da extinção do Estado*, onde Lênin esmiuça a fase de transição do capitalismo para o comunismo, a primeira fase da sociedade comunista e a fase superior da sociedade comunista. Lendo e estudando êsse notável trabalho de Lênin, depois, então, os leitores estarão capacitados para melhor julgar os excertos do livro de Trotsqui — "Revolução Traída" — que abaixo transcrevemos:

No prefácio à edição argentina, de 1938, Trotsqui, no México, em setembro de 1937, escreveu:

"Alguns dos "amigos" oficiais (da URSS — C.F.), cujo zelo é pago em rublos de contado e em divisas de outros países, tiveram a imprudência de reprovar o autor de que seu livro (Revolução Traída — C.F.) ajudava ao fascismo"... .. "Quem realmente servir à causa da emancipação da humanidade deve ter a coragem de olhar, a verdade de frente, por amarga que ela seja. *Este livro* (Revolução Traída — C.F.) não diz sobre a União Soviética mais do que a VERDADE. Está impregnado de um espírito de hostilidade implacável para com a *nova casta de opressores e exploradores*. Porisso serve aos verdadeiros interesses dos trabalhadores e à causa do Socialismo" (Os grifos são meus — C.F.).

* * *

Que é a URSS? Responde Trotsqui:

"A URSS é uma sociedade intermediária entre o capitalismo e o socialismo, na qual: a) — As forças produtivas são ainda insuficientes para dar à propriedade do Estado um caráter socialista; b) — A tendência à acumulação primitiva, nascida da necessidade, manifesta-se através de todos os poros da economia planificada; c) — As normas de distribuição, de natureza burguesa estão na base da diferenciação social.

d) — O desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que melhora lentamente as condições dos trabalhadores, contribui para formar rapidamente uma camada de privilegiados; e) — A burocracia, ao explorar os antagonismos sociais, converteu-se em uma casta incontrolada, estranha ao socialismo; f) — A revolução social, traída pelo partido governante, vive ainda nas relações de propriedade e na consciência dos trabalhadores; g) — A evolução das contradições acumuladas pode conduzir ao socialismo ou lançar a sociedade para o capitalismo; h) — A contra-revolução em marcha para o capitalismo, terá que romper a resistência dos operários; i) — Os operários, ao marcharem para o socialismo, terão que derrubar a burocracia. O problema será resolvido definitivamente pela luta das duas forças vivas no terreno nacional e no internacional”.

(L. Trotski — “A Revolução Traída” — pág. 209 — Editorial Claridad, 1938)

* * *

Referindo-se às obras dos “amigos da URSS”, (as aspas são de Trotski), classifica-as em 3 categorias e afirma:

“O que une essas três categorias tão diferentes é a sua adoração dos fatos consumados e a sua inclinação para as generalizações tranquilizadoras. Todos esses autores não têm a força de rebelar-se contra o seu próprio capitalismo, o que os inclina a apoiar-se sobre uma Revolução estrangeira, além de tudo, *apaziguada*. Antes da revolução de Outubro e muitos anos depois, nenhum desses homens, nenhum de seus pais espirituais, se perguntava seriamente por quais caminhos *poderia chegar* a este mundo o socialismo. Por isto mesmo lhes é tão fácil *aceitar como socialismo o que existe na URSS*. (Os grifos são meus — C. F.).

(L. Trotski — “A Revolução Traída” — prefácio escrito em setembro de 1936 — pág. 11 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

... “Não são os “restos”, impotentes por si mesmos, das antigas classes dirigentes, os que impedem, como o declara a doutrina puramente policial de Stálin, que o Estado Soviético pereça, e ainda que se liberte da burocracia parasitária, são fatores infinitamente mais potentes, como a indigência material, a falta de cultura geral e o domínio por conseguinte a indigência material, a falta de cultura geral e o domínio por conseguinte do “direito burguês” no terreno que interessa mais direta e vivamente a todo homem: o de sua conservação pessoal”.

(L. Trotski — “A Revolução Traída” — pág. 79 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

... “Marx esperava, por outro lado, que os franceses comessem a revolução socialista, que os alemães a continuariam e que a terminariam os ingleses. Quanto aos russos, ficavam em longínqua retaguarda. A realidade foi diferente. Tratar, portanto, de aplicar mecânicamente, ao caso particular da URSS, na fase atual de sua evolução, a concepção histórica-universal de Marx, é cair de pronto em inextricáveis contradições.

A Rússia não era o elo mais resistente, mas o mais débil do capitalismo. A URSS atual (1937 — C. F.) não ultrapassa o nível da economia mundial; não faz mais que alcançar os países capitalistas. Se a sociedade que devia formar-se sobre a base da socialização das forças produtivas dos países mais avançados do capitalismo representava para Marx a “etapa inferior do Comunismo”, esta definição não se aplica, seguramente, à URSS, *que continua sendo a esse respeito, muito mais pobre no que se refere à técnica, a bens e cultura, que os países capitalistas*. É mais exato, pois, chamar o regime soviético atual, com todas as suas contradições, TRANSITÓRIO entre o capitalismo e o socialismo, ou PREPARATÓRIO ao socialismo e *não socialista*”. (Os grifos e versais são meus — C. F.).

(L. Trotski — “A Revolução Traída” — pág. 49 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

Noutro local do seu livro, todavia, o próprio Trotski diz:

“Qualificar de transitório ou de intermediário o regime soviético, é eludir as categorias sociais acabadas como *capitalismo* (incluindo o “Capitalismo de Estado”) e o *socialismo*. Todavia, esta definição é em si mesma insuficiente e suscetível de sugerir a idéia falsa de que a única transição possível ao regime soviético conduz ao socialismo. Sem embargo, um retrocesso para o capitalismo continua sendo perfeitamente possível”.

(L. Trotski — “A Revolução Traída” — pág. 208/209 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

Os leitores que estudaram previamente o notável e didático trabalho de Lênin referido linhas atrás: “O Estado e a Revolução”, poderão agora julgar, com os excertos de Trotski, o valor desse “marxista”...

* * *

Como se pega um mentiroso primário!

“O Partido bolchevique preparou e alcançou a vitória de Outubro. Construiu o Estado Soviético, dando-lhe um sólido esqueleto. A degeneração do Partido foi a causa e a consequência da burocratização do Estado”.

(L. Trotski — “A Revolução Traída” — pág. 85 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

Páginas atrás, Trotski havia dito:

... “os bolcheviques não venceram a democracia burguesa (dirigida por Kerenski — C. F.) pela superioridade de seus chefes (bolcheviques dirigidos por Lênin — C. F.), mas graças a um reagrupamento das forças

(estas se fêz espontaneamente? — C. F.), quando o proletariado conseguiu por fim arrastar o camponês descontente contra a burguesia".

(L. Trotski — "A Revolução Traída" — pág. 80 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

... "Em termos objetivos: a sociedade soviética atual (1937 — C. F.) não pode abrir mão do Estado e ainda — em certa medida — da burocracia. Não são os miseráveis restos do passado, mas as poderosas tendências do presente as que criam esta situação. A justificação do Estado soviético, considerado como mecanismo coercitivo, é que o período transitório atual ainda está cheio de contradições sociais, que no domínio do consumo — o mais familiar e o mais sensível para todo o mundo — revestem um caráter extremamente grave, que ameaça continuamente surgir no domínio da produção. Portanto, a vitória do socialismo não pode chamar-se definitivamente e nem assegurada".

(L. Trotski — "A Revolução Traída" — pág. 98 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

"Jamais, nem em um só problema sério do marxismo, Trotski teve opinião firme, sempre se meteu pelo rendilhado de tais ou quais divergências, passando de um campo a outro. No momento presente se acha na companhia de membros do Bund e liquidadores". (Lênin — Obs. Escog. T. I., 901 — tem mais referências).

* * *

Trotski, máu proféta...

"... Consagrando o absolutismo "fora de classes", a nova Constituição (a de 1937 — C. F.) cria as condições políticas para o renascimento de uma nova classe possuidora" (Os grifos são meus — C. F.).

(L. Trotski — "A Revolução Traída" — pág. 223 — Editorial Claridad, 1938).

Procurando desmoralizar a URSS, Trotski pretendia criar dúvidas entre as massas proletárias de todo o mundo sobre se valeria a pena substituir o Capitalismo pelo Socialismo, mais ainda, procurava amedrontá-las, com as suas mentiras, infâmias e calúnias contra a URSS.

Vejamos mais alguns excertos:

Pondo em dúvida os resultados do desenvolvimento industrial da URSS, diz Trotski:

... "há que buscar uma causa complementar na manipulação tendenciosa das estatísticas. Já sabemos que toda burocracia tem a necessidade orgânica de maquilar a realidade".

(L. Trotski — "A Revolução Traída" — pág. 21 — Editorial Claridad, 1938).

Como "sedutoramente" apresenta Trotski a revolução.

"A revolução é uma grande devoradora de energias individuais e coletivas; os nervos não a resistem, as consciências se dobram, os caracteres se gastam. Os acontecimentos marcham com demasiada rapidez para que o afluxo de forças novas possa compensar as perdas. A fome, a desocupação, a perda dos quadros da revolução, a eliminação das massas dos postos dirigentes, provocaram tal anemia física e moral em suas fileiras, que se necessitarão mais de 30 anos para que se refaçam".

(L. Trotski — "A Revolução Traída" — pág. 81 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

Não há Socialismo porque não há igualitarismo, afirma Trotski, endossando Rakovski:

"A conquista do poder não modifica somente a atitude do proletariado para com as outras classes; muda, também, a estrutura interior. O exercício do poder se transforma na especialidade de um grupo social determinado, que tende a resolver o seu próprio "problema social" com tanta mais impaciência quanto mais alta cre seja a sua missão. "No Estado proletário, onde a acumulação capitalista não se permite aos membros do partido dirigente, a diferenciação é de pronto funcional; mais tarde, será social"... Não digo que chegue a ser uma diferenciação de classe, digo que é social"... Rakovski explica: "A posição social do comunista que tem à sua disposição um automóvel, uma boa casa, férias regulares e que recebe o máximo pelo partido, difere da do comunista que trabalhando nas minas de carvão ganha de 50 a 60 rublos por mês".

(L. Trotski — "A Revolução Traída" — pág. 91 — Editorial Claridad, 1938).

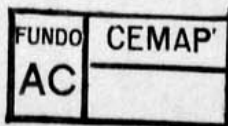
* * *

... "veremos mais longe que se não há classes possuidoras na URSS, no sentido próprio da palavra, há uma camada dirigente privilegiadíssima, que se apropria da parte do leão no consumo". (O grifo é meu — C. F.).

(L. Trotski — "A Revolução Traída" — pág. 25 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

Não tendo conseguido vencer na luta teórica e prática que desencadeara para se apossar da direção do Partido, Trotski, de longe, no estrangeiro, por despeito e ódio a Stálin, chegou mesmo a pregar uma revolução na URSS, criado o pressuposto falso de que existiriam condições para tanto. De qualquer forma, sem dúvida, o único beneficiário dessa revolução seria o Imperialismo, que se aproveitaria para restaurar o Capitalismo na URSS, dividí-la e colonizá-la. As únicas vítimas foram os ingênuos seguidores



de Trotsqui dentro da URSS e a democracia interna que se estreitava por consequência.

E para justificar perante o mundo a sua traição ao Socialismo, afirmava que o regime na URSS se confundia com o fascismo.

"O bonapartismo soviético se deve, em última análise, ao atraso da revolução mundial. A mesma causa gerou o fascismo nos países capitalistas. Chegamos a uma conclusão, à primeira vista inesperada, porém a realidade irrepreensível: que o estrangulamento da democracia soviética pela burocracia todopoderosa e as derrotas infligidas à democracia em outros países, devem-se à lentidão com que o proletariado mundial cumpre a missão que lhe atribui a História. Apesar de profunda diferença de suas bases sociais, o stalinismo e o fascismo são fenômenos simétricos; em muitos de seus traços têm uma semelhança assombrosa. Um movimento revolucionário vitorioso na Europa quebraria o fascismo e o bonapartismo soviético. A burocracia stalinista tem razão quando volta os ombros à revolução internacional; obedece, ao fazê-lo, ao instinto de conservação".

(L. Trotsqui — "A Revolução Traída" — pág. 229 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

"Durante os dez primeiros anos, a oposição de esquerda (da qual Trotsqui era o cabeça e guia — C. F.) tratou de conquistar ideologicamente o partido sem lançar-se contra ele, à conquista do poder. A palavra de ordem era: "Reforma e não revolução". Todavia, a burocracia estava disposta, desde então, a qualquer golpe de Estado para se defender contra uma reforma democrática. Quando, em 1927, o conflito se fez demasiado agudo, Stálin, voltando-se para a oposição no Comité Central, exclamou: "Esses quadros, não deixarão de existir senão pela guerra civil". As derrotas do proletariado europeu fizeram dessa ameaça uma realidade histórica. *O caminho da reforma se transforma no da revolução* — (Os grifos são meus — C. F.).

(L. Trotsqui — "A Revolução Traída" — pág. 230 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

"Não saberemos quantos bolcheviques foram excluídos, presos, deportados e exterminados, a partir de 1923 — ano que abre a era do bonapartismo —, até o dia em que se abram os arquivos da polícia política de Stálin. Não sabemos quantos permanecem na ilegalidade até o dia em que comece a derrubada do regime burocrático.

"Que importância podem ter vinte ou trinta mil opositores em um partido de 2 milhões de membros? A simples confrontação das cifras nada diz neste caso. Com uma atmosfera sobrecarregada, basta uma dezena de revolucionários em um regimento para fazê-lo passar para o lado do povo. Não é sem razão que os estados-maiores sentem um medo visceral em face dos pequenos grupos clandestinos e ainda em face dos militantes isolados. Esse medo que faz tremer a burocracia stalinista explica a crueldade de suas proscricções e a depravação de suas calúnias".

(L. Trotsqui — "A Revolução Traída" — pag. 233 — Editorial Claridad, 1938).

Nas págs. 207 a 209, de seu livro "Revolução Traída", Trotsqui escreve sobre "O problema do caráter social da URSS ainda não foi resolvido pela História" e diz:

... "Suponhamos que a burocracia soviética é derrubada do poder por um partido revolucionário..."

"Sem embargo, admitamos que nem o partido revolucionário nem o contra-revolucionário se apessem do poder. A burocracia continua à cabeça do Estado. E' evidente que não se pode pensar que a burocracia abdica em favor da *igualdade socialista*... "no futuro, será inevitável que busque apoio nas relações de propriedade". (O grifo é meu — C. F.).

* * *

... "mais de uma vez sucedeu que a ditadura burocrática, buscando a saúde em reformas com pretensões "liberais", não haja feito mais do que se debilitar. Ao revelar o bonapartismo, a nova Constituição oferece, ao mesmo tempo, uma arma semilegal para combatê-lo. A rivalidade eleitoral das camarilhas pode ser o ponto de partida das lutas políticas. O látigo dirigido contra os "órgãos do poder que funcionam mal", pode transformar-se em um látigo contra o bonapartismo. Todos os indícios nos fazem crer que os acontecimentos *promoverão infalivelmente* um conflito entre as forças populares, desenvolvidas pelo crescimento da cultura, e a oligarquia burocrática. Esta crise *não aceita solução pacífica*. Nunca se viu o diabo cortar, de boa vontade, as suas próprias garras. A burocracia soviética não abandonará as suas posições sem combate; *o país se encaminha evidentemente para uma revolução*. Ante uma pressão enérgica das massas, dada a diferenciação social dos funcionários, a resistência dos dirigentes pode ser muito mais débil do que parece. E' indubitável que neste assunto somente podemos entregar-nos a conjecturas. Seja como for, *a burocracia só poderá ser suprimida revolucionariamente* e como sempre sucede, isto exigirá menos sacrifícios desde que se ponha mãos à obra, mais audaz e enérgicamente. Preparar essa ação e colocar-se à cabeça das massas em uma situação histórica favorável, é a missão da seção soviética da IV Internacional, ainda débil e reduzida à existência clandestina. Porém a ilegalidade de um partido não significa a sua inexistência, não é mais do que uma forma penosa de existência. A repressão pode ter magníficos resultados aplicada contra uma classe que abandona a cena. A ditadura revolucionária de 1917-1923 o demonstrou plenamente, porém recorrer à violência contra a vanguarda revolucionária, não salvará a uma casta que sobrevive, se é que a URSS tem um futuro". (Os grifos são meus — C. F.).

(L. Trotsqui — "A Revolução Traída" — pág. 236 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

"Um Estado saído da revolução operária existe pela primeira vez na história. As etapas que deve atravessar não estão escritas em nenhuma parte. Os teóricos e os construtores da URSS esperavam, é certo, que o sistema ligeiro e claro dos soviets permitiria ao Estado transformar-se pacificamente, dissolver-se e morrer na medida que a sociedade realizasse a sua evolução econômica e cultural. A vida se mostrou mais complexa do que a teoria. O proletariado de um país atrasado foi o que teve que fazer a primeira revolução

socialista; e muito provavelmente terá que pagar este privilégio com uma *segunda revolução* contra o absolutismo burocrático. O programa dessa revolução dependerá do momento em que estale, do nível que o país haja alcançado e, em medida muito apreciável, da situação internacional. Seus elementos essenciais, bastante definidos até agora, foram indicados no correr das páginas deste livro. (Revolução Traída — C. F.); são as conclusões objetivas da análise das contradições do regime soviético”.

(L. Trotski — “A Revolução Traída” — pág. 237 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

“Não se trata de substituir um grupo dirigente por outro, mas de mudar os próprios métodos da direção econômica e cultural. A arbitrariedade burocrática deverá ceder o lugar à democracia soviética. O restabelecimento do direito de crítica e de uma liberdade eleitoral autêntica, são condições necessárias para o desenvolvimento do país. O restabelecimento da liberdade dos partidos soviéticos, e o renascimento dos sindicatos estão implícitos”. (Os gritos são meus — C. F.).

(L. Trotski — “A Revolução Traída” — pág. 237 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

“A “teoria” do socialismo em um só país, que Stálin não expõe e nem justifica em qualquer parte, reduz-se à concepção estranha à história e bem mais estéril, a de que as riquezas naturais permitem a URSS construir o socialismo dentro das suas fronteiras geográficas”.

(Trotski — in Apêndice à “Revolução Traída”) pág. 242).

* * *

Se a burguesia não pode deixar-se assimilar pacificamente pela democracia socialista, o Estado socialista, por sua vez, tampouco pode ser assimilado pelo sistema capitalista mundial. O desenvolvimento socialista pacífico em “um só país” não está na ordem do dia da História; uma larga série de transtornos mundiais se anuncia: guerras e revoluções. Na vida interior da URSS também se anunciam tempestades inevitáveis. Em sua luta pela economia planificada, a burocracia teve que expropriar o Kulak; em sua luta pelo socialismo, a classe operária terá que expropriar a burocracia, sobre cujo túmulo poderá gravar este epitáfio: “Aqui jaz a teoria do Socialismo em um só país”.

(L. Trotski — “A Revolução Traída” — pág. 246/247 — Editorial Claridad, 1938).

* * *

Para terminar, pois que já gastei demasiada cêra com mau defunto, passo a transcrever do livro que Osvaldo Peralva acaba de publicar, “Líderes Soviéticos” — de sua página 149, o seguinte:

... “Pode-se, no entanto, avançar a presunção de que Trotski, nos últimos anos de sua vida, tenha perdido de vista aquilo que fôra inicialmente o centro de sua luta — o objetivo político revolucionário, o socialismo — para perseguir finalidades cada vez mais pessoais, mesquinhas, fruto do ódio pessoal a Stálin. Partindo da premissa, aliás falsa, de que Stálin havia traído a revolução socialista, Trotski empreendeu uma gigantesca campanha, combinando a força interna de seus partidários deixados na URSS, com os que o acompanhavam no exterior, visando à derrubada do poder stalinista e sua substituição pelo poder trotsquista. A pretexto de salvar o socialismo, Trotski obstaculizava sua edificação. Conspirava contra o Estado Soviético pelos mesmos meios e talvez com o mesmo ardor com que conspirava contra os governos anteriores à Revolução de Outubro. Fundou uma organização paralela à III Internacional, à chamada IV Internacional, declaradamente voltada para os objetivos da realização da revolução proletária mundial, mas na prática dirigida sobretudo, quase exclusivamente, contra o governo soviético. Essa organização, a cuja sombra se abrigaram renegados do movimento comunista, alguns intelectuais que apenas posavam de esquerdistas e toda uma chusma de provocadores anti-soviéticos, sem dúvida em promiscuidade com elementos honestos porém equivocados ou simplesmente desencantados com os erros de Stálin — rapidamente se desmoralizou, antes mesmo de conquistar prestígio”.

* * *

Quanto às acusações ao “Burocratismo Soviético” e “Degeneração do Partido”, mais para adiante publicaremos estudos que esclarecerão esses assuntos.

Neste trabalho quisemos apenas mostrar quem foi Trotski através das suas próprias palavras impressas. Elas traduzem tão evidentemente o degenerado pensamento de Trotski, que nos não sentimos na necessidade de explicar ou comentar.

Ademais, de um lado, temos as previsões derrotistas de Trotski; de outro, a realidade gritante:

A URSS está construída. Está na vanguarda do desenvolvimento científico e da técnica mundiais. Hoje, é o centro já de um sistema socialista mundial, que abrange 26% da superfície do planeta, quase 35% de sua população e 33% de sua produção industrial.

Contudo, os trotsquistas e outros tantos ingênuos da mesma forma que os inimigos da classe operária, os imperialistas, ainda rodam o realejo inútil:

Ainda não há socialismo no mundo! Há uma desnaturaçãõ do regime na URSS. Há uma profunda degenerescência do sistema soviético. Há o terror socialista, o bonapartismo soviético e o cùpido burocratismo. Com tais tolices pretende, em vão porém, afastar as massas trabalhadoras de todo o mundo dos ideais socialistas.

A verdade sôbre L. Trotsky

(Resposta ao sr. Calvino Filho)

Moniz Bandeira

Ainda morto, Trotsky é uma sombra que persegue, que assusta, que apavora todos os oportunistas do movimento operário internacional, comprometidos com um passado de crimes, de erros e de falsificações. As denúncias feitas no correr do 20º Congresso do PCUS, jogando por terra o mito de Stálin e minando, nas suas bases, aquêle sistema de terror, de envilecimento e de degradação do homem, vieram confirmar a justeza de suas posições, como o primeiro dos líderes de Outubro a levantar-se contra o perigo da burocracia e a denunciar a degenerescência que ameaçava o poder do proletariado.

O 20º Congresso do PCUS foi, sem dúvida, uma vitória do proletariado, sob cuja pressão a burocracia começara o dismantelamento (embora parcial) do stalinismo. Mas, não se podia explicar que, num regime socialista, houvesse lugar para tamanhas aberrações. O culto da personalidade, em si, não as explicava. Fôra, também, um efeito. Estava positivada, portanto, a degenerescência do regime soviético. A análise de Trotsky acabava de ser atestada pelos que, durante a vida do falso mito, foram dos seus mais devotados sacerdotes.

O stalinismo — ao ver de Trotsky — era produto da pressão do imperialismo sôbre um Estado operário em isolamento e num país retrógrado. Os bolcheviques, quando levaram a cabo a revolução de Outubro, contavam com o auxílio do proletariado internacional. Os sinais da tempestade já se faziam sentir em vários países da Europa, particularmente na Alemanha. Os revolucionários sabiam, perfeitamente, que, na velha Rússia atrasada e semifeudal, apenas as bases do socialismo poderiam ser colocadas. «A continuação e o fim — dizia Rosa Luxemburg — estavam ligados ao desenvolvimento europeu» («A Revolução Russa».)

E era o próprio Lênin que proclamava:

"A revolução proletária amadurece a olhos vistos, não sômente na Europa, mas, no mundo inteiro, e foi a vitória do proletariado na Rússia que a favoreceu, precipitou e sustentou. Sem dúvida, estamos ainda longe da vitória completa do socialismo. Sôzinho, por si só, o nosso país não poderia fazer mais do que fêz".

("A Revolução proletária e o renegado Kautsky")

Mas, as núvens passaram. Entrou em declínio o surto das revoluções. Acentuava-se, dia a dia, a deformação do Estado soviético, premido na sua concha nacional, com o surgimento de uma crosta — a burocracia, que, cheia de privilégios, procurava manter, por todos os meios, aquela situação. O mesmo Lênin, no entanto, previra aquêle desenvolvimento, quando, a 27 de março de 1922, falando aos operários, advertia:

"A máquina do Estado vos escapa das mãos. Dir-se-ia que outrem a dirige, algo ilegal ou ilícito, que só Deus sabe de onde saiu, talvez um especulador, talvez um capitalista privado, ou, talvez ambos; a máquina, porém, não marcha conforme imagina quem a dirige e, muito freqüentemente, segue com destino diverso. E isto devemos ter em conta quando enfrentamos o problema do capitalismo de Estado".

(Informe do Comitê Central do P.C. no XI Congresso do P.C.R.)

Lênin não viveu para assistir à concretização efetiva dos seus temores. Coube, todavia, ao seu companheiro de revolução, Léon Trotsky, sofrer todos os revéses da degenerescência do regime, pelo qual era um dos principais responsáveis, batendo-se contra a formação de uma casta que, em nome do socialismo e da revolução, se afastava cada vez mais do socialismo e da revolução. Trotsky arrostou, sem fraquejar, tôdas as adversidades — o terror físico e moral de uma casta organizada, que manchava a bandeira do socialismo com o sangue dos companheiros de armas de Lênin. Jamais, porém, a identificou com o regime soviético. A culpa dos governantes não podia recair sôbre o povo e sôbre o regime da revolução.

A maior das crises veio, agora, irromper no movimento comunista internacional. Milhares de militantes ficaram estarrecidos com a revelação, pelos lábios oficiais de Khruschiov, dos imensos e irreparáveis danos que Stálin causou ao Estado soviético, ao socialismo e à revolução. Stálin não fôra um mal necessário. E todos se voltaram para a figura de Trotsky — daquêle revolucionário, cuja hora soou, que continua vivo como um símbolo de luta pela causa do comunismo internacional. O seu aspecto vagava pelos corredores do Kremlin, como o rei, pai de Hamlet, que o irmão assassinou para tomar-lhe o trono.

O sr. Calvino Filho, no número 3 de «NOVOS TEMPOS», apareceu com um artigo intitulado «Trotsky — fantasma que quer materializar-se», no qual pretendia denegrir a memória do companheiro de Lênin, que, durante um longo período histórico, representou, sôzinho, a consciência revolucionária do proletariado internacional.

Para o sr. Calvino Filho, contra-revolucionário e traidor não foi Stálin, por ter praticado crimes e erros, mas, Trotsky, que os denunciou. Apega-se, aferradamente, a um preconceito contra aquêle que, precedendo a Khruschiov, mostrou o caráter nocivo e pernicioso do stalinismo. E neste caso, pelo que se desprende de tal raciocínio, o atual secretário-geral do PCUS também não deve passar de um traidor e renegado.

É, na verdade, difícil contrariar o artigo do sr. Calvino Filho. Para êle, nada interessa. Trotsky foi um herege. Ousou. E isto basta. Tudo vale para combatê-lo. Inclusive transferir para a sua pessoa as qualidades negativas que Khruschiov apontou em Stálin. O sr. Calvino Filho considera Trotsky como um «dêsses famosos casos de psicopatologia», um «megalômano».

Pela primeira vez é que ouvimos essa acusação contra o fundador do Exército Vermelho. Pois, quem criou tantos prêmios e batizou grandes emprêsas e cidades com o seu nome? Quem assinou, a 2 de julho de 1951, uma resolução do Conselho de Ministros da URSS, dispondo sôbre a construção, no Canal Volga-Don, de um impressionante monumento à sua pessoa? Quem fêz inserir, administrativamente, seu nome, ao lado do de Lênin, na história da revolução de 17, contrariando todos os documentos da época? Quem promoveu os mais vergonhosos processos da história, cujos acusados, sob coação, «confessavam» «seus crimes», repudiando a si mesmos e ao suposto inspirador terrorista e enaltecendo a figura do mestre, guia e pai, que haviam «tentado» derrubar? Quem se fazia passar como o «sol dos sóis», o Marx e o Lênin de seu tempo, citado como autoridade, não só em marxismo, mas em todos os ramos do saber humano? Quem promoveu a si mesmo ao pôsto de marechal?

Trotsky? O «megalomano» Trotsky? Seria melhor que o sr. Calvino Filho consultasse o Relatório Especial ao 20º Congresso do PCUS. Êle não fica, todavia, apenas nesse diagnóstico da personalidade do líder bolchevique, diagnóstico que, também, foi feito com relação a Marx e Lênin, homens inconformados com a mediocridade pequeno-burguesa, pelos seus adversários.

Continuando, o sr. Calvino Filho diz que Trotsky «não poderia sujeitar-se a um papel secundário na história». Eis aí um assunto puramente subjetivo, colocado em base de uma afirmação gratuita. Pois, não seria possível o contrário? Que Stálin não gostasse da sombra que Trotsky lhe fazia? O sr. Calvino Filho está esquecido de que Lênin e Trotsky foram «os cérebros mais eminentes da revolução russa», segundo as palavras da inesquecível Rosa Luxemburg. Seus nomes eram inseparáveis. Vejam-se os jornais da época e todos os depoimentos, entre os quais «Dez Dias que Abalaram o Mundo», de John Reed. E se isto não satisfaz, porquanto — quem sabe? — é possível que todos estivessem, inclusive o famoso jornalista americano, a sôlto da burguesia internacional, há um testemunho insuspeito, o único, o do próprio Stálin, que escrevia:

“Todo o trabalho político da organização da insurreição fôra executado sob o comando efetivo do presidente do Soviet de Petrogrado — o camarada Trotsky. Podemos dizer, com certeza, que a rápida passagem da guarnição para o lado dos soviets e a audaz operação do Comitê Militar Revolucionário se deve ao partido, principalmente, e, em primeiro lugar, ao camarada Trotsky”.

(“Pravda” n. 241 — 6 de novembro de 1918).

Esse homem, que organizou, preparou e dirigiu, como o braço direito de Lênin, a insurreição bolchevique, fundou o Exército Vermelho e derrotou em seis frentes as tropas da contra-revolução, declinou, mais tarde, o oferecimento de Lênin no sentido de torná-lo chefe interino do governo. Trotsky poderia ter errado. Porém, mais por omissão do que mesmo por ação. Se errou, foi por ter deixado, conforme vários depoimentos, as portas abertas para a ascensão de Stálin. Hesitara em lançar-se à luta, dispondo do «testamento» de Lênin, porque temia quebrar a unidade do partido. Ou melhor, não queria ser responsável pelo esmagamento de seus próprios companheiros. Não queria ser Caim. Preferia morrer fiel à causa do proletariado a desempenhar o papel de «coveiro da revolução».

Há uma passagem curiosa, no artigo do sr. Calvino Filho, em que êste, referindo-se a Trotsky, afirma:

“... Aprofundou-se no erro, e de erro em erro, chegou ao crime de pretender que o Socialismo fôsse derrotado a pretexto de torná-lo vencedor...”

O sr. Calvino Filho, infelizmente, não tem o mérito da originalidade, muito menos de ter dito algo com fundamento. Mas é contundente. Não apresenta provas, porque a melhor prova é a que não se discute. E, quando trai essa orientação, como veremos adiante, escorrega e cai. Lamentamos ter que mostrar ao sr. Calvino Filho que Trotsky jamais identificou a sagrada família stalinista com o regime soviético. Encarava-a, aliás, como uma deformação, que se opunha aos princípios do bolchevismo e que, prejudicando o movimento operário internacional, ameaçava a própria existência do socialismo a URSS. Certo ou errado, não importa. O julgamento cabe a Khruschiov. Mas, o fato é que Trotsky, desde que, pela violência pessoal, foi expulso da União Soviética, até a sua morte, jamais deixou de pregar, e nesse ponto nunca transigiu, a defesa incondicional das conquistas da revolução de Outubro.

Numa carta ao social-democrata Vandervelde, datada de 5 de dezembro de 1932, Trotsky proclamava:

“... Em face do inimigo de classe, assumo plena responsabilidade, não só pela revolução de Outubro, mas, também, pela República Soviética, tal como ela é atualmente, com o seu governo que me exilou para o estrangeiro e me privou dos direitos de cidadão soviético”.

Essa atitude êle manteve até o dia em que tombou nas mãos de um agente da GPU. Acossado, o velho revolucionário, após o pacto Hitler-Stálin, ainda pontificava, num conhecido panfleto sôbre «A URSS na Guerra», escrito nos fins de 1939:

“A defesa da URSS concide, para nós, com a preparação da revolução mundial”.

E esclarecia:

“A defesa da URSS não significa de modo algum uma aproximação com a burocracia do Kremlin nem a aceitação de sua política e de seus aliados”.

Pode-se dizer que um homem que assim falava morreu como um menchevique, como diz o sr. Calvino Filho? É pensar que todos usam antolhos. Trotsky poderia ter feito muitas previsões em falso. Marx e Lênin também o fizeram. Aprende-se muito mais, no entanto, nos prognósticos errados de Marx, de Lênin ou de Trotsky do que nos pálicos acertos do genial guia e mestre — Stálin. Não é em vão que até hoje o nome de Trotsky preocupa homens como o sr. Calvino Filho.

Não poderíamos, num artigo, mostrar, nem pela superfície, os inúmeros pontos de vista de Trotsky que tiveram a sua confirmação plena. Dizer, acusar — isto é fácil. Expor e esclarecer, porém, é uma tarefa árdua de se vencer num artigo. Também não é difícil colocar o problema nos termos de bandido e mocinho, como o faz o sr. Calvino Filho. Stálin, o herói. Trotsky, o vilão. O primeiro pode errar, mas é redimido pelas «boas ações» que praticou. Os pecados foram veniais. Mas, o segundo era a própria encarnação do mal. Assim, é que o sr. Calvino Filho examina a questão entre Trotsky e Stálin. Um modo simplista, ou melhor, metafísico de estudar a história.

Trotsky, embora não o queira o sr. Calvino Filho, tinha orgulho da obra que, com Lênin, construiu, apesar de Stálin e seu grupo. E, numa conferência pronunciada a 27 de novembro, de 1932, no stad'um de Copenhague, para os social-democratas, declarava:

"A República Soviética não tem por que abaixar a cabeça nem desculpar-se ante os seus acusadores capitalistas. Para apreciar o novo regime do ponto de vista do desenvolvimento humano, devemos colocar, antes de tudo, essa questão: de que maneira se evidencia o progresso social e como se pode medi-lo? O critério mais objetivo, o mais profundo, o mais indiscutível é: o progresso pode ser calculado pelo crescimento da produtividade do trabalho social. A estimação da revolução de Outubro, sob este ângulo, já foi feita pela experiência. Pela primeira vez na história, o princípio da organização socialista demonstrou sua capacidade, apresentando resultados de produção jamais obtidos num curto período.

As cifras índices apresentadas requerem, todavia, uma reserva essencial: os êxitos indiscutíveis e brilhantes à sua maneira da industrialização soviética exigem uma verificação econômica ulterior, desde o ponto de vista da harmonia recíproca dos diferentes elementos de economia, de seu equilíbrio dinâmico e, por conseguinte, de sua capacidade de rendimento. O socialismo não surge, em sua forma acabada, do plano quinquenal, como Minerva da cabeça de Júpiter ou Vênus da espuma do mar. Achamo-nos, no entanto, diante de décadas de trabalho obstinado, de faltas, de correções e de reconstrução. Por outro lado, não esqueçamos que a edificação socialista não pode alcançar o seu coroamento senão no plano internacional".

Essas palavras de Trotsky dão uma idéia clara de como ele concebia o desenvolvimento do socialismo na União Soviética. O sr. Calvino Filho, entretanto, após aludir às controvertidas polémicas em torno do «socialismo num só país» e da «revolução permanente», para finalizar o seu artigo, faz a seguinte citação:

«Em 1927, março, a "oposição de esquerda", ou seja, Trotsky, espalhava ilegalmente um documento em que se lia:

"Se admitirmos que (o capitalismo) possa desfrutar de um novo período de prosperidade que dure algumas dezenas de anos, falar do socialismo em nosso país atrasado será uma triste necessidade; teremos que reconhecer que nos enganamos ao considerar a nossa época como a de putrefação do capitalismo. Neste caso, a República dos Soviets será a segunda experiência da ditadura do proletariado, mais longa e mais fecunda que a da Comuna de Paris, porém, ao fim e ao cabo, uma simples experiência".

O sr. Calvino Filho, aí, faz um corte e vai adiante:

"... A parte somente poderá vencer com o todo. O proletariado europeu necessita um tempo muito menos longo para tomar o poder, que o de que nós necessitamos para superar, do ponto de vista técnico, a Europa e a América..."

Embora o pensamento exposto seja lícito a qualquer revolucionário, está fundamentalmente alterado pelo corte do sr. Calvino Filho. Vejamos, no entanto, o texto integral, incluído num apêndice à «Revolução Traída», de onde o tirou o sr. Calvino Filho:

"O Socialismo terá que "sobrepajar", ineludivelmente, o capitalismo, em todos os domínios. — escrevia a oposição de esquerda num documento divulgado em março de 1927. — mas, nesse momento, não se trata das relações do socialismo com o capitalismo, em geral, senão do desenvolvimento econômico da URSS, com relação ao da Alemanha, da Inglaterra e dos Estados Unidos. Que entendemos por um prazo histórico mínimo? Cairemos longe do nível dos países capitalistas avançados durante os próximos períodos quinquenais. Que sucederá, a esse tempo, no mundo capitalista? Se admitimos que possa desfrutar de um novo período de prosperidade, que dure algumas dezenas de anos, falar do socialismo em nosso país atrasado será uma triste necessidade; teremos que reconhecer que nos enganamos ao considerar a nossa época como a de putrefação do capitalismo. Neste caso, a República dos Soviets será a segunda experiência da ditadura do proletariado, mais longa e mais fecunda que a da Comuna de Paris, mas, ao fim e ao cabo, uma simples experiência... Teremos razões sérias para rever tão resolutamente os valores de nossa época e o sentido da revolução internacional? Não. Ao concluir seu período de reconstrução (depois da guerra), os países capitalistas voltam a encontrar-se com todas as suas antigas contradições internas e externas, mas aumentadas e agravadíssimas. Essa é a base da revolução proletária. É um fato que construímos o socialismo. Mas, como o todo é maior que a parte, também é um fato não menos certo, porém maior, que a revolução se prepara na Europa e no mundo. A parte só vencerá com o todo..."

Como se pode ver, o pensamento de Trotsky é diferente daquele que o sr. Calvino Filho apresenta em fragmento, da mesma forma que, ignorando que não se deve mudar a ortografia de sobrenome, procura escre-

(Conclui na pág. 33)

A fábula de Cassiano Ricardo

Elyseu Maia

«Um automóvel de corrida com sua carroceria adornada de grossos tubos, que se diriam serpentes de hálito explosivo; que parece correr sobre metralhas, é mais bela do que a Vitória de Samotrácia». Estas palavras são de Marinetti, no Primeiro Manifesto Futurista, publicado em «Le Figaro» de 20-2-1909. (1)

O movimento modernista no Brasil, como o futurismo, teve os seus momentos de exacerbação contra tudo que representasse herança cultural, classicismo. Era necessário substituir os mitos gregos, pois, como dizia Cassiano Ricardo em nome do Grupo Verde e Amarelo, a fonte do modernismo era a «reação nativista em face das correntes migratórias». Para esse fim, segundo Oswald de Andrade, já Mário de Andrade escrevera a nossa *Odisséia*, criando de uma tacada «o herói cíclico e por cinquenta anos o idioma poético nacional». (2)

Não importava que o próprio Cassiano Ricardo já tivesse publicado um livro intitulado «A Frauta de Pã», em 1917, prestando, dessa forma, seu tributo à mitologia clássica. Mais adiante, procuraria acertar a mão batizando os seus novos livros de «Vamos Caçar Papagaios» «Deixa Estar Jacaré» ou «Martim Cererê», onde não somente os títulos mas toda a temática é puramente verde e amarelo. Nos poemas enfeixados nesses volumes, estão presentes insistentemente a flora, a fauna e a zoologia fantástica de nosso país.

Parecia ser o rompimento cultural com o velho mundo, o abandono de uma vez, e agora para sempre, de todos os laços que nos pudessem ligar com a literatura européia, na sua tradição greco-romana. Os mitos nacionais, sistematizados em *Macunaíma*, haviam, aparentemente, vencido o Olimpo. O herói sem nenhum caráter da rapsódia Mário-de-Andradina, substituiu o solerte Ulisses; não mais sereias, mas Uieras.

Não que os europeus se fôssem sentir ofendidos por esse rompimento. Bastante ciosos são eles do seu patrimônio de fábulas. Vejamos o que diz, por exemplo, Luiz Díez Del Corral: «A exemplaridade da Antiguidade foi essencial para a formação da cultura européia, mas se trata de algo concretamente enraizado no velho solo

européu, algo que pertence à cultura européia, em sentido estrito e não à cultura ocidental, e portanto não é expropriável e raptável como a ciência, a técnica e as formas de organização social da Europa». (3) Elas por elas.

Mas os modernistas, assim como o modernismo, evoluíram. A fase de turbulenta revolta dos anos vinte, foi pouco a pouco sendo superada. E eis que em 1951-1953, o mesmo Cassiano Ricardo escreve os poemas de «João Torto e a Fábula», em que retorna aos mitos, desde o título. («João Torto e a Fábula» — Livraria José Olympio Editôra — 1956).

Em Ovídio de *As Metamorfoses*, o poeta vai encontrar um paradigma para cantar o mundo atual, o mundo das deformações atômicas, que substituiu as metamorfoses do mundo mágico de outrora. É a reinterpretação dos mitos, notada já por Gilbert Highet: «Na época presente, o aspecto mais interessante da influência clássica no pensamento e na literatura é a reinterpretação e revitalização dos mitos gregos». (4)

Como o Livro Primeiro de *As Metamorfoses*, «João Torto e a Fábula» se inicia com a descrição do caos:

Ao claro tempo, ao tempo
das metamorfoses,
não havia horizonte
na alegria do ser
e do acontecer.

Havia a graça aérea
com que as coisas brincavam
de ser e de não ser
no jardim da matéria.

e adverte que não se irao ver as metamorfoses de Ovídio, mas as deformações, divindades de agora. Na estrofe seguinte, referindo-se aos disfarces com que Júpiter vinha à Terra para suas aventuras galantes, o poeta fala apenas em que o deus se mudava «em cisne, em t'ouro».

(1) «El Futurismo» — F. T. Marinetti — Editorial Prometeo Valência — 1919.

(2) «Introdução à Literatura Brasileira Moderna» — Wilson Martins — «Estado de São Paulo» — 30-11-57 e 7-12-57.

(3) «La Funcion Del Mito Clássico en la Literatura Contemporanea» — Luiz Díez Del Corral — Editorial Gredés — Madrid — 1957.

(4) «La tradición Clássica» — Gilbert Highet — Fondo de Cultura Economica — México — 1954.

Com a separação, por meio de um apóstrofo, do «t» de touro, alude simultaneamente a duas formas adotadas por Júpiter: a de touro e a de chuva de ouro.

O poeta se utiliza de recursos formais que empregam muitas vezes uma grande expressividade ao verso, quando nada mais fez do que cortar uma palavra em duas, como no exemplo seguinte, do poema «Canto Imediato»:

Que eu mordia o seu lábio,
carnudo mas terrível-
mente sabio.

Em outro poema («O fruto e a fruta»), são as rimas inesperadas dos versos: «vinde para verdes/ a graça imaterial/ que há nos seus olhos verdes». Ou, mais adiante, esta novidade gramatical: «(E explicou-me que o verbo/ morrer é transitivo,/ tem algo de vivo.)» Em «Indomitus», o jôgo de palavras dos versos: «A horta é do vento/ pela prôa, ou a maubordo (não bombordo)».

Todo o livro conta a história de João Torto, cuja mulher caiu morta pela bomba atômica e êle mesmo, o personagem, ficou torto, deformado, pela explosão letal. Inicialmente, não quer acreditar na morte da mulher e pergunta:

Mas como poderia
estar súbito morta
a única que sabia
a origem do fogo
que o beija-flôr da fábula
lhe contara, em segrêdo?

Aquela que inda há pouco
entre as luzes da sala
era uma coisa viva?
Viva como a certeza
de um rosto que ri,
de uma boca que fala?

Depois, já convencido, tenta enterrar a morta. Mas, nem na areia do deserto, nem nas raízes mais fundas consegue esconder o corpo jovem. Certo dia, entretanto, ela se transforma em planta agreste e João Torto a recorta e faz com ela uma flauta, que se põe a tocar. Vai, então, em visita aos deuses para convencê-los a voltar à Terra, espoliada da fábula, ao mundo mágico. Mas os deuses não lhe dão crédito e o expulsam. Eis um trecho do discurso do herói:

E Pã entra a dizer, reunida a coorte,
diante de um grande espelho azul:
«Aqui fica a Anglo Iranian Oil, ao norte,
aqui, a Corêia do sul».
«Quem mora está, por isso, dividido,
por êste paralelo, em dois.
Do lado esquerdo, herói, do direito, bandido.
Só o mapa o dirá, depois».

Logo após, no barco de Ulisses, vai visitar os que morreram por nós. Ao toque de flauta, os mortos se levantam e um deles diz: «morremos lutando por uma manhã luminosa e feliz/ e aqui estamos no escuro, e vocês continuam no escuro/ aí fora. Onde a sonhada aurora?». Adiante, o herói tem um encontro com dois antropófagos, os gigantes Belfugor e Fulgobel, os quais, como Sila e Caribdis, representam igual perigo, pois: «E o coração, como irá — de tão frágil no peito dos homens/ optar, um dia, entre dois lírios ou duas bombas atômicas?»

O livro é todo cheio de alusões à história recente, como por exemplo, as de «O Cacto»: «Que iríamos fabricar luas/ (se não fôra, para Seu gáudio,/ o espião nos ter furtado a fórmula)/ mais bonitas do que as Suas»; ou em «A Cadeira Elétrica», poema de enorme dramaticidade, em que, apesar da advertência de que qualquer semelhança com fatos, pessoas e firmas, é mera coincidência, fica claro que se refere à execução do casal Rosenberg.

São inúmeras, por outro lado, as alusões literárias, interpolações e paráfrases, de que daremos alguns exemplos mais flagrantes: «que me disse as seguintes, palavras aladas» — O fruto e a fruta — (Homero); «Já não houve a rainha que — depois de morta — o rei por sua lei, decretou andorinha? E de vestido novo, governou seu povo?» — Lamento em Si Bemol — (Alusão a Inez de Castro);

«Como se não fôra para tão longa morte tão curta a minha vida» — Lamento em Si Bemol — (Paráfrase de Camões);

«Tudo parecia em ordem, o céu pernalta,/ as aves egípcias, os troncos que simulam/ primitivas colunas de algum templo, a lisa/ epiderme do rio enrolado na cauda.» — O Hipopótamo — (Paráfrase de Castro Alves);

«um anjo torto» — O Festim Terrestre —; a roupa de vidro; «Uma fotografia não sente mais a mínima dor./ Mesmo que doa em nós quando mais dói... — O Entêrro dos Vivos — (Carlos Drummond de Andrade).

A muitas pessoas, certos recursos empregados por Cassiano Ricardo parecerão vestígios de um ultrapassado modernismo, ou simples jogos florais, divertimentos. Entretanto, o conteúdo do livro é tão enormemente trágico, que necessário se tornava ao poeta amenizá-lo com êsses processos.

Plenamente amadurecido, de posse do seguro manejo do vocabulário e da técnica do verso, Cassiano Ricardo nos trouxe uma pungente mensagem, advertindo-nos contra a «Grande luta de fel», o «sol falso», ou «Um sol final, de cem pétalas» — a bomba atômica.

E êle pede pouco: apenas «o mínimo de ternura/ de que o mundo precisa/ para ser salvo», ou «simplesmente uma vida, parecida com a vida» e «uma morte, parecida com a morte». Pede, finalmente, «um quase nada,/ uma rosadada», pede «que amanheça na cabeça de Júpiter».

POR UM NOVO PARTIDO DA CLASSE OPERÁRIA

Leôncio Basbaum

Não creio que a importância da existência de um Partido da classe operária, chame-se êle Comunista ou tenha qualquer outro nome, seja ainda motivo para dúvidas ou debates. Um partido político principalmente da classe operária, não surge pela vontade de um ou mesmo vários indivíduos. Êle surge como uma resultante necessária da própria condição de classe social dentro da sociedade burguesa, ou de qualquer outra sociedade dividida em classes. Um partido político é uma contingência inevitável da luta de classe e êle expressa os interesses de uma classe ou parte dessa classe.

Ao focalizar-se o problema de um novo partido da classe operária, outra preliminar deve ser levantada: pode existir mais de um partido da classe operária?

Teoricamente não é possível. A classe operária, cientificamente, é uma classe homogênea, sem contradições internas, salvo aquelas inerentes à própria natureza das coisas. Historicamente, porém, isso é possível, principalmente nos países em que essa classe não é ainda homogênea e está em formação. E' o caso do Brasil. Em nosso país, a classe operária não se constitui apenas de um proletariado já existente de longos anos. O processo de industrialização crescente de nosso país amplia os quadros do proletariado. E êsses novos quadros se originam principalmente de elementos provenientes das zonas rurais, isto é, do campesinado, ou da proletarização das classes médias. Êsses novos quadros, embora integrando-se, pelas suas relações de produção, na classe operária, não perdem facilmente suas vinculações, suas inclinações, suas ilusões pequeno-burguesas. São precisos anos, lutas, experiências de organização para que essas novas camadas se integrem na ideologia do proletariado. O que somente se verifica na medida em que perdem suas ilusões e sua ideologia pequeno-burguesa.

Só êsse fato já nos permite concluir que havendo várias camadas ideológicas no seio do proletariado em formação, é possível historicamente, admitir a existência de mais de um partido dessa classe. Também êsse fato nos permite explicar e compreender por que não foi possível ainda um verdadeiro partido da classe operária em nosso país. O P. C. B., surgido em 1922, representava ideologicamente a consciência social e política do pro-

letariado jovem da época, sem grande tradição de classe, imbuído ainda de todos os preconceitos e ilusões das camadas sociais de que provinha.

Durante todos êstes anos, a partir daquela época, o proletariado progrediu não somente em número, mas principalmente em consciência de classe. Mas apenas parcialmente, não em seu conjunto. A afluência de elementos de outras classes ao mesmo tempo que impediu a formação de uma classe homogênea, dificultava a formação de uma ideologia de classe homogênea. Assim, enquanto uma parte, mercê de suas lutas e experiências, consolidava uma consciência de classe verdadeiramente proletária, outra permanecia ainda agarrada às suas ilusões e preconceitos pequeno-burgueses.

Entretanto, enquanto a maior parte do proletariado, amadurecia ideologicamente, o PCB permanecia o mesmo, aferrado às mesmas concepções pequeno-burguesas de um proletariado que ainda não havia consolidado sua ideologia e consciência de classe.

Em 1945, mercê de condições excepcionais, o PCB cresceu a ponto de chegar a possuir cerca de 200 mil membros e 15 deputados federais. Seus dirigentes, entretanto, não compreenderam que se tinham de avir com uma classe operária mais evoluída e mais consciente. Julgavam estar ainda em 1922, 1930 ou 1935. O resultado foi o desmoronamento gradual, o abandono paulatino por parte dêsses 200 mil membros das fileiras do Partido, deixando apenas atrás de si uma velha carcassa ou como diz o sr. Prestes, em seu último informe ao CC do PCB, uma seita desligada das massas. Enquanto uma nova classe operária, mais consciente, mais homogênea, procurava um caminho, um verdadeiro partido da classe operária, liberto de concepções pequeno-burguesas, o PCB oferecia o mesmo Partido de 20 anos atrás, agarrado ainda ao velho sectarismo caracteristicamente pequeno-burguês e dos velhos métodos de trabalho e direção em que o marxismo-leninismo era substituído pelo dogmatismo e o centralismo democrático, pelo caudilhismo e pelo culto da personalidade.

Em 1956 a contradição entre o velho PCB e o novo proletariado se tornara mais profunda e também mais aguda. O XX Congresso do PCUS ao denunciar o culto

da personalidade como contrário aos princípios do marxismo-leninismo, teve para o PCB uma importância histórica inestimável, ao apontar todos os erros e falhas de um velho partido que estava sendo superado pelas novas condições do mundo de após-guerra e que, entretanto, nada faz para se enquadrar dentro d'ele. O PCB, ou melhor, a sua direção, apesar da pressão que sobre ele se fazia, resistiu a qualquer mudança, permaneceu onde estava, com os seus dirigentes tão agarrados aos seus postos quanto às superadas teorias sectárias e dogmáticas. E' porque ele continua a representar o velho partido de uma classe operária ainda cheia de ilusões e preconceitos pequeno-burgueses.

O novo proletariado, o que se formou à base de lutas e experiências, de prisões e espancamentos, de deportações e assassinatos, de vitórias e derrotas, este proletariado que abandonou o PCB ou que jamais nele ingressou, este ficou sem partido.

Eis porque um novo partido da classe operária sera fatalmente organizado.

Há atualmente três principais partidos atuando dentro da massa operária ou pelo menos à margem dela:

1) O PTB, que não é um partido da classe operária, mas de alguns setores da burguesia nacional. Esse partido procura apóio na classe operária, necessita dela eleitoralmente. Em certo sentido, alguns de seus interesses coincidem com os interesses do proletariado. Mas, sendo um partido da classe burguesa, defende os interesses do proletariado somente quando estes coincidem com os seus, o que nem sempre acontece. Ele agrupa em seu seio, além de elementos da burguesia, uma camada da classe operária ainda não muito politizada, que não acredita em suas próprias forças. A linha sectária do PCB, combatendo Getúlio Vargas como «instrumento do imperialismo americano», afastou-a d'ele, PCB, e do caminho do socialismo.

2) O PSB — que também não é um partido da classe operária. E', antes, um Partido de determinados setores das classes médias, caracteristicamente pequeno-burguês. Ele busca conquistar não apenas as camadas mais radicalizadas das classes médias, como parte desse proletariado que ainda não perdeu suas ilusões pequeno-burguesas, reformistas. Sua atuação no cenário da política nacional não é a de um partido operário e menos ainda da classe operária. E' antes um partido de esquerda, um partido de oposição, sem programa definido. Admite o socialismo, mas num futuro remoto, ao qual não tem pressa de chegar. Seus quadros operários são, todavia, muito pequenos e se constitui de certas camadas operárias intelectualizadas, de tendências reformistas.

3) O PCB, que é teoricamente, um partido da classe operária e se constitui, em sua maioria, de operários. Na prática, ele é apenas, atualmente, um pequeno grupo de pequeno-burgueses e de alguns operários radi-

calizados, mas presos ainda às velhas concepções pequeno-burguesas que sempre caracterizaram o PCB e o proletariado de 1922 a 1935: o sectarismo, o dogmatismo, o culto da personalidade.

A verdadeira massa operária, que já possui uma consciência de classe, absoluta receptividade para o marxismo-leninismo, e que constitui sem dúvida a vanguarda da sua classe, essa não tem ainda o seu partido. E' preciso fundá-lo.

Existem já as condições para a fundação de tal Partido? Sim, existem. E podemos encontrá-las não somente no quadro da política internacional como nas novas condições de nosso país.

Internacionalmente:

1) O proletariado ocupa hoje um terço da superfície da Terra e quase metade de sua população, o que não acontecia antes da guerra.

2) O extraordinário progresso dos países socialistas e das democracias populares, material e cultural, indica a superioridade da classe operária sobre a burguesia e sobretudo sua capacidade de realização.

3) O aumento de forças do campo da paz é ainda uma importante característica dos novos tempos. Foi rompido o cerco capitalista ao socialismo, que durante muitos anos teve de enfrentar poderosas forças combinadas do imperialismo para sobreviver. A paz é a grande inimiga do capitalismo, é a sua destruição. O cerco capitalista se está transformando em cerco socialista.

4) Finalmente temos a assinalar o despertar dos movimentos de libertação nacional, de povos há séculos oprimidos por nações mais fortes e o papel que o proletariado tem desempenhado nessa luta, demonstrando absoluto amadurecimento político.

No Brasil, a época presente se caracteriza por:

1) o mesmo despertar nacionalista que já encontramos em outros povos;

2) crescente interesse do proletariado e dos intelectuais em torno do marxismo-leninismo e de um conhecimento mais aprofundado da realidade brasileira. Nunca se estudou tanto como agora. O número de jornais e revistas que se ocupam de estudos econômicos e políticos é hoje superior aos puramente literários. E o próprio movimento literário vai aos poucos se libertando das viseiras laterais da «arte pela arte».

3) Ao mesmo tempo, o proletariado amadurece politicamente, à medida que se consolida socialmente. Ele não se constitui apenas de camadas sociais providas da pequena burguesia proletarizada e desamparada ou das massas incultas do campo. É um proletariado consciente, constituído, como na Europa, de filhos e netos de operários, com uma ideologia proletária definida, herdeira das lutas operárias do começo do século e que já deixou longe, muito para trás, suas antigas concepções anarquistas ou anarco-sindicalistas, que marcaram os primeiros anos de sua formação. É um proletariado já calejado pela experiência de árduas lutas e muito sofrimento. A maior prova de amadurecimento político, deu-a abandonando o PCB.

Esse é o proletariado que se acha agora à procura de um partido.

4) Já vimos que o PCB representa, na realidade, uma parte da classe operária que não evoluiu politicamente e que permanece no sectarismo e no culto da personalidade. O simples fato de que quase dois anos decorridos do XX Congresso do PCUS, ele não se aproveitou ainda da lição e da experiência para se adaptar resolutamente às novas condições do mundo e do próprio país, e, ao contrário, luta contra, resiste a qualquer modificação — que só poderá, aliás, ser radical, prova que o PCB não está em condições de se transformar no partido de que a nova classe operária necessita. Seu destino será o mesmo do antigo anarquismo e anarco-sindicalismo. Será apenas um episódio na história da classe operária brasileira.

Eis por que pensamos se acham maduras as condições para a fundação de um novo e verdadeiro partido da classe operária.

* * *

Já existem, de certo modo, as premissas para a fundação desse novo partido. A profunda crise que penetrou o PCB, após um longo período de degenerescência, e cujas origens já mencionamos, provocou o afastamento voluntário de grande número de antigos militantes, desejosos de dar um novo rumo ao movimento político da classe operária.

Esses elementos se constituíram em grupos, em vários Estados, alguns com nomes particulares, outros subordinados à mesma denominação do grupo sediado no Rio, **Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro**. Todavia, a eficiência desses grupos está muito longe do que deles se devia esperar, em primeiro lugar porque ainda não encontraram uma unidade de pensamento, quer quanto à organização, quer quanto à sua própria ideologia sobre o papel de um partido político no movimento revolucionário. Há mesmo em alguns grupos tendências de certo modo dissolventes e liquidacionistas, que não admitem um partido da classe operária e acreditam antes em que a classe operária e os marxistas devam formar

«uma ala esquerda» dentro dos organismos amplos de massa. Em segundo lugar, porque ainda não tomaram a iniciativa de uma ligação com a massa, principalmente o proletariado do qual permanecem distantes.

É preciso não desconhecer o fato de que dentro desses grupos dissidentes se acham infiltradas algumas pessoas cujas concepções ideológicas se aproximam mais da pequena burguesia do que o proletariado, com tendências mais reformistas que revolucionárias e para as quais o movimento nacionalista, para somente dar um exemplo, é um fim de si mesmo.

Assim a definição e a unificação ideológica são no momento, para esses grupos, problemas não apenas importantes mas também prementes, sob o risco de suas atividades terminarem no vazio.

* * *

Quais devem ser as características essenciais desse novo Partido? A meu ver são as seguintes:

1) Adotar como doutrina filosófica e política o marxismo-leninismo, tal como o queriam os seus fundadores: com um profundo e agudo espírito crítico. O marxismo-leninismo deve ser compreendido e não decorado. Deve ser aplicado e não servir apenas para citações. O estudo do marxismo-leninismo, sem o estudo paralelo das condições específicas de cada país, se transforma num conhecimento acadêmico e vazio. O marxismo-leninismo não pode ser dissociado da prática. O novo partido da classe operária não se limitará a estudar o marxismo; deverá, ao contrário, transformar o marxismo-leninismo em guia para a ação, de acordo com as particularidades do Brasil, tendo em vista as peculiaridades do seu desenvolvimento econômico, político e social.

2) — Ser independente. Isto é, ele deve manter relações estreitas com partidos da classe operária de outros países, aceitar sua crítica fraternal mas sem reconhecer a existência de hierarquias partidárias, sem subserviências, mas dentro de um espírito de igualdade de todos os partidos. Ele deverá resolver os seus problemas com soluções brasileiras, servindo aos interesses da classe operária brasileira, dentro do marxismo-leninismo. O internacionalismo proletário não é uma doutrina, nem mesmo um princípio. Ele é inerente ao marxismo-leninismo, é da própria natureza da classe operária e dos povos em geral que não precisam disputar mercados ou fontes de matérias primas. Esse internacionalismo se expressa pela solidariedade mundial da classe operária.

3) Deve ser um partido de massas. Embora sendo um partido da classe operária, ele não poderá nem deverá ser um partido apenas de operários. Nas condições brasileiras, principalmente agora, os interesses da classe operária se fundem em muitos pontos com os interesses da maior parte do povo brasileiro. Ele deve assim ter abertas as suas portas para elementos de outras

classes sociais que aceitem o seu programa e o marxismo-leninismo.

Os principais inimigos desse novo partido são o sectarismo e o dogmatismo, que o impedem de se ligar não somente à própria classe operária, de que é fruto, mas a outras classes sociais e respectivos partidos. Ser sectário e dogmático é, sobretudo, julgar-se dono exclusivo da verdade, é pretender possuir o monopólio do patriotismo e da honestidade. É esta concepção exclusiva que afasta os comunistas das massas e de suas relações e alianças com outros partidos em torno de objetivos comuns, mesmo que sejam partidos de outras classes. É essa concepção exclusivista que isola os partidos e os transforma em seitas.

Outra característica desse sectarismo é ver em cada partido não-operário, em cada não-comunista um adversário quando na realidade, é mais provável que seja, pelo menos, durante algum tempo, um aliado, que como tal deve ser tratado.

Sendo um partido de massas, grande número de elementos de outras classes e camadas sociais ingressarão certamente em suas fileiras. Grande será, sem dúvida, o número de intelectuais desejosos de figurar em seus quadros. Por isso mesmo, nesse novo partido serão garantidos aos intelectuais os mesmos direitos de quaisquer outros membros, e, sobretudo, absoluta liberdade de criação artística.

4) — Deve ter existência legal. O novo partido da classe operária deve e pode ser legal.

Deve ser legal, a) porque a legalidade oferece melhores condições para um contato estreito com as massas; b) porque favorece os meios de combate ao sectarismo e ao dogmatismo; c) porque facilita a crítica das massas ao Partido e lhe permite conhecer os seus dirigentes, porque permite uma fiscalização do partido por parte da classe operária. Enfim, não é possível enumerar todos os motivos pelos quais o novo partido da classe operária deve ser legal. E quando dizemos legal, não queremos apenas dizer ter existência legal, mas sim que se deve adaptar às condições legais do nosso país, aos termos de sua Constituição.

Pode ser legal, a) porque um Partido que age dentro da Constituição e dentro da legalidade tem uma existência legal implicitamente parantida; b) porque os interesses e o programa imediato do Partido serão a defesa dos termos essenciais da Constituição, a liberdade, a democracia, governo representativo, etc; 3) porque os interesses de tal Partido se identificam com os interesses da maioria absoluta do povo brasileiro; 4) porque o pensamento democrático avança no mundo e só tende a crescer, enquanto as forças reacionárias perdem terreno dia a dia, não só no mundo inteiro como no Brasil em particular.

Basta ver que os jornais e livros marxistas-leninistas circulam livremente e nem mesmo os grupos mais reacionários encontram ambiente para levantar a voz contra esse fato. Poucos anos atrás, seria inadmissível que artistas e esportistas soviéticos ou das Repúblicas populares sequer passassem pelo pôrto, onde eram trancados em

seus camarotes. Hoje eles se exibem em nossas casas de espetáculos, nos campos esportivos, e andam livremente pelas ruas. Até mesmo jornais como O Globo, que representa alguns dos mais reacionários grupos do País, admite a exibição de um artista soviético em seu auditório. Por outro lado, milhares de pessoas de todas as tendências políticas, estudantes, operários, cientistas, escritores, esportistas e políticos têm viajado à União Soviética, à China e às Repúblicas Populares sem que isso tenha significado para eles perseguição policial ou política.

Essa liberdade ou «tolerância» por parte das autoridades brasileiras em relação aos que se interessam pelo marxismo-leninismo, ou têm simpatias ou mesmo professam essas idéias, não é obra do acaso, mas o resultado de um avanço do pensamento democrático em todo o mundo, da ampliação do campo da paz e do progresso do mundo socialista.

Esses quatro pontos que devem caracterizar o novo partido da classe operária são inseparáveis e indivisíveis. Que falte um apenas, qualquer deles, e ele deixará de ser o partido que o proletariado e o Brasil necessitam. Sua linha política, sua estrutura orgânica serão apenas corolários naturais dessas características.

* * *

O problema de modo de estruturação de um partido da classe operária é, sem dúvida, importante; mas não é fundamental. O que importa realmente é a sua ideologia básica, os seus princípios filosóficos, a sua linha política. Estes são os fatores que condicionam a sua estrutura, ou melhor, o seu funcionamento.

Qualquer que seja essa estrutura, seja ela a mais democrática possível, se a ideologia dominante na organização for oportunista, sectária, caracteristicamente pequeno-burguesa, essa excelente estrutura degenerará fatalmente.

A atual estrutura estatutária do PCB é, sem dúvida evitada de profundo espírito sectário e dogmático. Ela foi visivelmente calcada nos estatutos do PCUS, o que é verdadeiramente ridículo, além de absurdo, de vez que este partido se encontra no poder, o que como sabemos, não acontece com o PCB. Mas esse servilismo era uma característica de toda a linha do Partido e não apenas de sua organização. Há todavia, nos seus estatutos, certos princípios básicos imutáveis, como por exemplo o centralismo democrático. Se esse centralismo foi falsificado, deturpado e transformado em farsa não cabe a culpa ao princípio em si, mas ao espírito ideológico que imperava no PCB.

Creio assim que não se deve dar aos problemas de estrutura maior importância do que merecem realmente. O fundamental é estabelecer uma linha dentro de um espírito realmente marxista-leninista, anti-sectário, anti-dogmático, cuidando de evitar principalmente aquelas formas

e princípios que são caracteristicamente anti-democráticas que impeçam a livre discussão, a fiscalização da base, sobre a direção e a ligação com a massa.

2 — Sem dúvida, será necessário levar em conta a estrutura maior importância do que merecem realmente. O todos esses anos e evitar cometer os mesmos erros. De qualquer modo, entretanto, um fato deve ser levado em conta: não há estatutos ou estruturas eternas nem mesmo em sociedades recreativas. Eles mudam com o tempo e a experiência, estão sempre se modificando e adaptando às transformações ambientais, à vida, enfim, pois uma doutrina ou um organismo que não se transforma pela prática da vida é um organismo morto. Determinadas posições podem ser justas hoje e erradas amanhã. Podemos hoje tomar tal ou qual medida e mudá-la no dia seguinte, se ela demonstrar, pela experiência, ser errada ou insuficiente.

Com isso quero dizer que, ao tratar-se da organização de um novo Partido da classe operária, o problema de organização e estrutura não deve ser um obstáculo intransponível para a unidade.

3 — Os comunistas anti-dogmáticos sofrem hoje uma espécie de complexo político infenso a qualquer tipo de organização. É sem dúvida pesada herança legada pelo PCB. Os seus métodos de direção anti-democráticos, autoritários, dogmáticos, que sufocavam as inteligências, a liberdade de opinião, a cultura, criaram um verdadeiro temor a qualquer espécie de organização centralizada por mais que se intitule de democrática.

Não obstante, sou de opinião que o centralismo-democrático é um princípio organizativo que não pode faltar a um partido da classe operária. Que é o centralismo-democrático? Ele significa, em resumo, que as questões, depois de debatidas por todo o Partido livremente, são submetidas a voto, vencendo o ponto de vista da maioria. E a minoria, mesmo discordando, deve seguir na prática esse ponto de vista. É pois, o direito da maioria sobre a minoria, mas é também a unificação das forças, a concentração dos esforços, a possibilidade única de transformar um partido de massas em um bloco homogêneo. E só um partido homogêneo ideológica e organicamente, pode almejar a disputar o poder.

A existência de minorias é incompatível com a necessidade de um partido homogêneo. A liberdade de opinião de cada membro do Partido é sagrada. Todos têm direito de manifestar, interna ou publicamente o seu ponto de vista sobre qualquer tema. As discussões não cessam nem mesmo quando o Partido, por maioria, já tomou uma deliberação sobre qualquer assunto. Mas creio que essa discussão deverá ser regulamentada.

A crítica e a autocrítica devem ser permanentes e contínuas, quer de cima para baixo, isto é, da direção às bases, como no sentido inverso, e não esperar pelas reuniões do CC ou do Congresso.

Penso ainda que a direção do Partido só deve deliberar sobre questões de política nacional ou interna-

cional, sobre educação e formação de quadros, sobre questões sindicais e de massas. Questões de caráter filosófico, artístico, literário ou científico, cada membro pode debater e escrever o que quiser, certo ou errado, a fim de que se promovam discussões amplas atingindo a todos os setores do Partido e mesmo da massa. Que floresçam mil flôres diferentes.

Mas esses direitos individuais invioláveis dentro de um Partido democrático não justificam a existência de minorias. Essas minorias se transformariam em pequenos partidos dentro do Partido, quebrariam sua unidade de ação, afrouxariam os laços internos, a homogeneidade, enfraqueceriam o Partido. Minorias, alas, frações, transformariam o Partido numa babel incontrolável.

4 — É possível admitir a autonomia das direções regionais para determinados problemas específicos, regionais, cuja solução está ao seu alcance mais do que para a direção nacional do Partido.

Isso não deve ser confundido com a possibilidade de se formarem pequenos partidos regionais.

5 — A questão da disciplina partidária também deve ser focalizada. Ela significa, em suma, obediência às resoluções coletivas. Mas essa disciplina deve ser regulada. Ninguém pode ou deve ser obrigado a fazer alguma coisa que não lhe pareça justa ou acertada, isto é, de cuja justiça tenha dúvidas. Isso talvez seja, ou pareça ser, um individualismo sobrepujando os interesses coletivos do Partido. Mas, na atual etapa da renovação dos métodos de trabalho, parece-nos indispensável que a «disciplina férrea» que durante tantos anos marcou o dogmatismo e os métodos brutais e violentos da direção do PCB sobre os seus membros, seja compreendida sob um novo conceito, mais liberal. Tal nova concepção deve constar dos estatutos. A persuasão deve ser a base da disciplina.

Também deveria ser determinado estatutariamente que nenhum membro do Partido é obrigado a executar tarefas ou tomar medidas que lhe tenham sido designadas individualmente, por outro membro do Partido, mesmo que este pertença à sua mais alta direção. É fato sabido que, abusando de sua posição de «dirigente», muitos membros do C. C. do PCB usaram e abusaram da prática de explorar o sentimento partidário de outros membros do Partido, transformando-os em chauffeurs particulares e meninos-de-recados, etc.

A regulamentação da disciplina deve também ferir o problema das contribuições financeiras extras, que sacrificaram inutilmente muitos bons militantes, obrigando-os a contribuírem financeiramente com quantias muito acima de suas posses reais. Tal método, como é sabido, de que usaram e abusaram dentro do PCB, causou a ruína de muitos membros do PCB, para que alguns dirigentes pudessem fazer turismo.

6 — A base do Partido deve pousar sobre três tipos de organização básica: a) círculos de empresas; b) de

rua ou bairro; e c) profissionais. Sobre a importância dos círculos de empresas, não há o que discutir. Quanto aos de rua ou bairro, eles já se revelaram, na prática, sobretudo nas grandes cidades, absolutamente inúteis e ineficientes. Reunir, por exemplo, em uma rua de Copacabana, 1 motorneiro, 2 jornalistas, 1 arquiteto e 1 professora, só porque moram na mesma rua ou ruas próximas, é constituir apenas uma organização formal sem qualquer possibilidade de ação prática. Ao passo que reunir, por exemplo, arquitetos e jornalistas que morem perto, já permite que se constitua algo capaz de operar em algum sentido. É um problema a encarar sem dogmatismos.

Penso que estes círculos deveriam e poderiam reunir com pessoas não pertencentes à organização ou ao Partido, participando igualmente de todas as discussões e executando tarefas voluntárias, distinguindo-se apenas dos membros do Partido por não poderem votar, pelo menos em questões de eleições para os quadros internos. Será, penso eu, uma forma de eliminar a separação estanca que existe muitas vezes entre os partidos e a massa.

Serão membros do Partido os que aceitarem o seu programa, pagarem uma mensalidade e militarem em alguma de suas organizações. Qualquer um será livre de abandonar o Partido. Será obrigatório pertencer e militar em seu sindicato.

Não poderá haver no Partido distinções e privilégios baseados em origens ou condições sociais. O fato de ser alguém operário, intelectual, industrial ou comerciante, não o coloca em posição superior ou inferior em relação a outros membros, para ocupar, por exemplo, certos cargos eletivos dentro ou fora do Partido.

O obreirismo deve ser considerado uma concepção pequeno-burguesa prejudicial ao Partido.

7 — O Comitê Central eleito pelo Congresso, elegera um Presidium que elegerá por sua vez, entre os seus membros um secretariado político. O Secretário geral do Partido será eleito pelo secretariado político dentre os seus

membros. Cada um dos membros do Secretariado exercerá o cargo em rodízio por um período predeterminado. 6 meses, por exemplo.

Este secretariado, assim como o Presidium, não tem período de vigência determinado, podendo ser modificado, total ou parcialmente, a qualquer momento.

8 — Como um meio de garantir os direitos individuais dos membros do partido ou de organismos básicos e intermediários contra abusos de organismos superiores, deverá ser criada uma Comissão Central de Controle — a CCC que será eleita pelo Congresso simultaneamente com o CC, mas do qual será independente. Essa CCC funcionaria como uma espécie de Superior Tribunal de Justiça, e suas decisões, mesmo contra o CC, serão inapeláveis, só devendo contas ao Congresso do Partido.

Suas funções consistiriam em dirimir e resolver questões que possam surgir entre membros e organismos de que façam parte, ou entre organismos inferiores e superiores. Já tem acontecido o CC do PCB determinar a dissolução de Comitês Regionais ou distritais sem motivo justificado. A CCC, uma vez provocada, poderia decidir se o CC tinha ou não razão e direito de fazê-lo, dentro dos estatutos.

Um membro do Partido que receba ordens de se transferir para qualquer outra parte do país, ou de abandonar o emprego, ou a realizar tarefas que não se adaptem às suas possibilidades, ou que, por qualquer motivo, se sintam ferido em seus direitos, poderá apelar para a CCC, expondo os seus pontos de vista. A CCC decidirá se o seu protesto é ou não justo. As decisões da CCC somente poderão ser modificadas pelo Congresso.

A CCC será constituída de 5 a 7 membros, com igual número de suplentes para casos de vacância permanente ou temporária, devendo estes membros ser de idoneidade comprovada, com pelo menos 20 anos de militância revolucionária. Os membros da CCC assistirão às reuniões plenárias do CC com direito de voz. Do mesmo modo um membro do CC, devidamente credenciado, poderá assistir às reuniões da CCC com direito de voz.

(Conclusão da pág. 25)

ra um Presidium que elegerá, por sua vez, entre os seus deiramente nova e original no seu artigo. Porque, nem mesmo alterar os textos de Trotsky é descoberta recente. Essa prática data desde a aurora do stalinismo e, durante muito tempo, a GPU transformou-a em hábito e sistema. Não há melhor maneira de acertar um alvo do que trazê-lo e colocá-lo na boca do fusil. Não se procuram provas para um crime. Arranja-se um crime para as provas.

Ao contrário do que pretendeu o sr. Calvino Filho, fazendo aquela citação, Trotsky nunca pensou, seriamente, em rever os seus conceitos. Morreu insistindo na tese de que a época era de putrefação do capitalismo. Para ele, a sociedade soviética não se identificava com

o stalinismo. E, ao cair sob os golpes traiçoeiros de um agente da GPU, sonhava «com uma humanidade libertada — e, sobretudo, livre dos látigos da burocracia».

"Esses mesmos látigos são a mais lamentável herança do mundo antigo. Eles devem ser quebrados em pedaços e publicamente queimados, para que se possa falar de socialismo sem enrubescer de vergonha".

("A revolução traída")

Os látigos estão sendo quebrados. Mas, nenhum comunista pode esquecer que, diante dos negros anos do Termidor stalinista, revelados, oficialmente, por Khrushchiov, o mundo operário corou de vergonha ao saber que monstruosos crimes foram praticados na pátria do Socialismo.

«Introdução ao estudo do desenvolvimento econômico do Brasil»

Garcia Ramos

É cêdo para apreciar o merecimento dos trabalhos de Ignácio Rangel. Os únicos livros publicados, "Desenvolvimento e Projeto" e "Introdução ao Estudo do Desenvolvimento Econômico Brasileiro" não nos permitem conhecer, em tôda a perspectiva, a sua teoria. Inéditos estão a "Duplicidade da Economia Brasileira" e "Desenvolvimento Econômico no Brasil", o primeiro em breve a sair pelo ISEB e este apenas apresentado, no ano de 1954, à Comissão Econômica para a América Latina, num curso de capacitação em Santiago do Chile.

A obra de Gilberto Paim, ainda desconhecida do grande público, é também indispensável à teoria rangeliana, pois estão profundamente vinculadas ambas as contribuições. Mas, apesar de tudo, a influência de Rangel-Paim acentua-se dia a dia, em virtude do magnífico esforço cultural do Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Explica-se pois a referência a tais pesquisas em vários trabalhos especializados.

A inteligência brasileira poderá, enfim, travar conhecimento com uma das mais sérias contribuições à cultura nacional, a teoria rangeliana do desenvolvimento, com a publicação, pela Universidade da Bahia, da obra ora registrada. (Parte-se do processo do desenvolvimento em sua forma mais geral, seguindo o da divisão social do trabalho: a seguir, baseado na definição e no estudo do motor primário do desenvolvimento, buscam-se os meios essenciais de comando deste motor e são propostas certas bases para o planejamento.

Nossas observações se restringem a alguns dos princípios metodológicos que serviram de base ao trabalho introdutório à análise. Isto por duas razões: primeiramente, porque seria impossível apreciá-lo em poucas páginas; depois, porque em sua elaboração, o método é de importância fundamental, já que afasta o economista dos postulados da velha Lógica formal e o mantém alheio ao pernosticismo de certas escolas.

Rangel parte dos fenômenos objetivos, rompendo com a tradicional aplicação de esquemas mortos à realidade. O lastro filosófico transparece nos princípios de que se socorre. A importância do método está discretamente salientada quando o nosso economista se refere à caracterização do processo de desenvolvimento. Compreendê-lo como um processo histórico é a grande força de sua teoria, isto é, como um processo ao longo do qual tudo muda na vida da sociedade: a distribuição da população, as condições do trabalho e produção, a distribuição da riqueza social e seu modo de apropriação, a quantidade e a qualidade do capital necessário ao processo produtivo, a técnica de produção, bem como a cultura, isto é, a idéia que o homem faz de si mesmo e do mundo em que vive.

O encadeamento de processos recorda-nos que tudo se encontra em ligação e interdependência. Engels observou que quando submetemos a natureza, a história da humanidade ou nossa própria atividade à análise do pensamento, o que inicialmente se apresenta é o quadro de um infinito entrelaçamento de relações, de ações e reações, no qual nada permanece o que era, no lugar em que estava, como estava, mas tudo se movimenta, se transforma, surge e desaparece. Na verdade, Rangel não se preocupa com os princípios metodológicos. Dominando-os, deixa-se empolgar pela realidade viva que disseca. O anti-dogmatismo coloca-o prudentemente atento a qualquer contribuição. No entanto, não se afasta dos postulados de vanguarda. A conceituação implica na idéia da historicidade da ciência econômica, num sentido que parte da unidade da matéria econômica e de um processo evolutivo duplo, fenomenal e nomenal. Alcança-se a especificidade da economia brasileira. Há estruturas superpostas, cada uma submetida a leis próprias. Coexistem-se e se condicionam mutuamente a Idade Moderna e a Idade Média, sendo a primeira representada por duas es-

truturas distintas. Formações superpostas numa reação permanente, a saber, uma economia natural, caracterizada pela produção para o consumo do próprio produtor; uma economia de mercado, no seio da qual domina um capitalismo que, apesar de tôdas as distorções, responde, no fundamental, as características do capitalismo europeu no século XIX; e uma economia capitalista de monopólio, orientando-se para o capitalismo de Estado. Decorre uma interação dos três strata, isto é, nosso desenvolvimento econômico pode ser entendido essencialmente como resultado da ação que a segunda formação exerce sobre a primeira, respondendo a estímulos partidos da terceira.

A formação natural transfere sua população para o nível da segunda formação, um processo de transição da economia natural para a economia capitalista. No campo desta segunda formação sócio-econômica, onde domina o capitalismo privado nacional, é que se realiza o aumento da produtividade e essencialmente devido a estímulo gerado no nível exterior, onde se firma o capitalismo do Estado.

Sob determinadas condições, formou-se no Brasil o complexo rural, onde ao lado da economia natural desenvolveram-se relações mercantis. Mas tais relações mercantis, voltadas para o mercado externo, entravam em contradição com a economia natural da fazenda, porque, como relações mercantis, constituíam a sua negação. Do aprofundamento de tais contradições e numa nova conjuntura, desenvolveu-se o capitalismo. Partimos, inicialmente, de uma unidade de contrários — a economia natural e a mercantil — dentro do complexo rural. Atendendo a influência do mercado externo no século passado, a economia mercantil provoca a rutura do complexo rural. Mas a economia mercantil traz em seu seio o capitalismo.

MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA

Instituto de Economia da Academia de Ciências da U.R.S.S. — Editorial Grijalbo — México — 1956

Com a assinatura C.F., iniciais do nome de eminente economista patricio, a revista «Econômica Brasileira» (nº 1 — janeiro-março de 1956) publicou uma crítica sobre o «Manual de Economia Política». Dado o interesse dessa nota crítica para o debate, especialmente sobre a economia socialista, reproduzimos data venia o referido trabalho.

Críticar um tratado de economia política escrito na U.R.S.S. é oportunidade que se apresenta raramente, pois os soviéticos se têm preocupado muito mais com transformar as economias de seus países

Face ao processo histórico em que os elementos contraditórios de economia natural e capitalista se intercomunicam, os conceitos fundamentais teriam que ser necessariamente entendidos no critério da conexão mútua e da interdependência entre os fenômenos da natureza e da sociedade. Verifica-se o encadeamento de processos, produzido pela força interior de cada stratus e numa ação recíproca permanente. Não se pense que o volume apenas trata de aspectos teóricos, alheio aos problemas do país. O capítulo final analisa questões primordiais de planejamento e as idéias expostas são resultantes da teoria elaborada. No Prefácio, há uma advertência, cuja transcrição merece ser feita:

"Estamos agora assistindo ao aparecimento de um otimismo perigoso, porque pode gerar uma atitude de quietismo, de indiferença pelos problemas. Depois de, por tantos anos, ouvirmos a lamúria dos que acreditavam que o país estava permanentemente à beira do clássico abismo, ouvimos agora a cantiga embaladora dos que creem que, ou o abismo não existe, ou o Brasil é maior que o abismo. Isto pode ser pretexto para omissão, para capitulação diante dos problemas, razão pela qual urge denunciar também essa atitude. Se não caímos no abismo, não foi porque este não existisse, nem porque fôssemos maiores que ele, mas porque, às tontas, por instinto, reagimos oportunamente. Nada nos autoriza a confiar cegamente em que sempre acharemos a melhor saída — nem sequer a dizer que as saídas foram as melhores possíveis. Acresce que quanto mais avulta o papel do Estado, menos espontâneo e mais consciente deve ser o nosso comportamento".

Nossa ciência econômica era até há pouco uma disciplina compiladora de dados. Com Rangel nasce uma ciência da economia nacional, do desenvolvimento e das conexões que ligam todos os processos históricos brasileiros num grande todo.

do que com escrever sobre o que nelas está ocorrendo. Alguns manuais — como o de Segall e o de L. Lontief — publicados antes da guerra, não são mais do que re-exposições simplificadas do primeiro livro de «O Capital» e de partes da obra de Engels.

No «Manual», publicado em 1954 pelo Instituto de Economia da Academia de Ciências da U.R.S.S., se expõem pela primeira vez as transformações ocorridas na economia russa a partir da revolução de 1917, mais precisamente a partir da introdução do sistema centralizado de economia planificada. O livro está dividido em três partes. Na primeira se estudam os chamados «modos pré-capitalistas de produção», na segunda o «modo capitalista de produção» e na terceira o «modo socialista de produção».

A terceira parte da obra, é, indubitavelmente, a mais interessante,

particularmente a seção em que se descreve o «sistema socialista de economia nacional». Infelizmente, os autores do manual não abordam problemas técnicos, limitando-se a descrições sumárias e incompletas do sistema de organização de produção na economia soviética. Nenhuma referência é feita aos problemas técnicos da planificação, nem se indicam as dificuldades com que certamente se depararam os planejadores soviéticos em suas etapas iniciais.

O problema da distribuição da renda só é abordado lateralmente. Ora, não há dúvida de que aí está a medula central de uma economia planificada. Faz-se referência ao «desenvolvimento harmônico» da economia nacional, mas não se deixa claro o que se entende exatamente por isso. Sendo a economia soviética de caráter monetário (o poder de compra do consumidor está definido por uma renda monetária) é

óbvio que o planejador terá de prever de alguma forma as reações do consumidor em face de modificações nos preços relativos, bem como no nível de sua renda real. Nenhuma referência é feita a problemas desse tipo. O mesmo se pode dizer com respeito à técnica de previsão da procura de produtos intermediários (interrelações do sistema produtivo), aos critérios em que se funda a distribuição da renda entre as populações urbanas e o setor agrícola, etc. De maneira geral, toda essa parte do «Manual» é extremamente elementar e decepciona o leitor curioso de ver um pouco mais de perto as engrenagens do sistema econômico soviético. Contudo, não se deve esquecer que se trata de um livro escrito para servir de texto nas escolas secundárias da União Soviética e não para uso de especialistas.

A primeira parte do «Manual» tem um interesse totalmente distinto. Trata-se de uma exposição dos fundamentos da economia marxista. Para apreciar o valor de um texto desse gênero cabe compará-lo a outra obra marxista, ou melhor, ao próprio «O Capital». Ora, uma leitura mesmo superficial logo evidencia que o «Manual», do ponto de vista de sua consistência lógica interna, é muito inferior a «O Capital». A preocupação de não se afastar formalmente das categorias fundamentais do esquema de Marx e de introduzir nesse esquema uma série de problemas ou realidades atuais da economia capitalista, responde provavelmente por muitas das contradições em que se emaranham os autores do «Manual». Assim, para justificar a tese de que os salários reais dos operários dos países capitalistas estão baixando continuamente, usa-se o argumento da modificação na composição orgânica do capital (pág. 137). Ao substituir operários por equipamentos, os capitalistas criaram desemprego e forçaram os salários para baixo. Ao mesmo tempo se afirma que «todo industrial com iniciativa, substituiu cada vez mais operários por máquinas, barateia a produção...» (página 159). Dessa forma a modificação na composição orgânica do capital criaria simultaneamente desemprego e barateamento da produção, forças que atuam em sentido inverso e que podem anular-se. Por outro lado, como a modificação na composição orgânica do capital também determina redução da taxa de lucro (página 159), resulta que o desenvolvimento econômico capitalista traz

consigo simultaneamente redução nas remunerações do trabalho e do capital. É fácil compreender que tais reduções só poderiam ser de caráter monetário e são a contrapartida daquela redução de preços referida como barateamento da produção.

Não se deve perder de vista que, quando Marx construiu o seu esquema, seguindo de perto a Ricardo, o capital era um fator relativamente muito mais escasso do que é hoje nos países mais industrializados. Ainda assim, ele viu na tendência à redução da taxa de lucro a principal contradição da economia capitalista e não na redução do salário real. Para Marx, como para os economistas clássicos em geral, o nível dos salários estava dado pelas condições de subsistência que prevaleciam na região. A criação do «exército de reserva» teria por objetivo evitar que os salários se elevassem por cima do nível de subsistência e não fazer com que eles se reduzissem continuamente, pois neste caso a classe operária tenderia simplesmente a exterminar-se.

Os autores do «Manual» não se limitam a afirmar que os salários reais se reduzem («com o desenvolvimento do modo capitalista de produção, vai-se reduzindo o salário real da classe operária» (pág. 128), também, procuram prová-lo estatisticamente. Afirmando, por exemplo, que entre 1900 e 1938 os salários reais nos Estados Unidos se reduziram em 26 por cento. Para chegar a esse resultado escolhem o ano de 1938, de grande depressão nos Estados Unidos, e incluem entre os operários todos os desocupados. Se o cálculo se fizesse com relação a 1937, o resultado seria distinto, sem lugar a dúvida. Ainda com o objetivo de demonstrar a mesma tese fazem-se afirmações como esta, que não merecem nenhum comentário: «Como consequência do aumento da depauperação dos trabalhadores, desde os anos 70 do século XIX até o quarto decênio do século XX, o número de nascimentos por cada mil pessoas decresceu, na Inglaterra, de 36 para 15; na Alemanha, de 39 para 19, e na França de 26 para 15» (pág. 142).

A leitura desse «Manual» dá a impressão de que existe na União Soviética um grande desconhecimento do que vem ocorrendo nos últimos decênios nos países de economia capitalista madura, ou de que muito pouco esforço tem sido realizado para compreender e explicar as extraordinárias mutações dessas eco-

nomias no que vai deste século. De todo o livro transparece a convicção de que as condições atuais de uma economia como a da Suécia ou dos Estados Unidos são as mesmas que provocaram o colapso da velha economia da Rússia czarista. Destarte, dificilmente se poderia admitir que esse «Manual» constitua uma verdadeira contribuição dentro da economia marxista.

C. F.

*

SOCIALISMO MODERNO, Estudo Socio-jurídico, Ed. Goitacazes, B. H. de Sebastião Machado Filho.

Acabamos de receber, como oferta do autor, *Socialismo Moderno*. Trata-se de obra de jovem escritor mineiro onde alguns problemas, dos mais importantes, do socialismo de hoje, são focalizados com espírito objetivo. O sr. Sebastião Machado Filho revela bom conhecimento do assunto, detendo-se com mais atenção nos aspectos jurídicos, analisando com alguma acuidade, a última Constituição da URSS.

O autor, apresenta uma excelente bibliografia, e embora procure ser objetivo revela simpatias pelo socialismo, sem desejar entretanto tomar partido.

A obra foi oferecida à revista *NOVOS TEMPOS* com significativa dedicatória que abaixo reproduzimos:

«À Revista do pensamento avançado e progressista, *NOVOS TEMPOS*, que cultua a verdadeira democracia. Meus parabéns.

«Ofereço-lhes minha modesta contribuição que, espero, seja considerada pela crítica imparcial, honesta e sem os costumeiros melindres «camufladores» do despeito e da inveja dos «críticos» sem cabedal, que se julgam monopolizadores do pensamento marxista no Brasil.

Acredito que merecerei a consideração por parte de quem conduz com tanto brilhantismo, com imparcialidade, uma revista realmente necessária para a cultura de nosso povo».

O livro, que está merecendo toda a atenção da Direção de *NOVOS TEMPOS* foi entregue ao Departamento Político da Comissão de Redação e esperamos em nosso próximo número, deter-nos com mais vagar e profundidade sobre o mesmo.

Agradecemos o livro e as referências elogiosas.

L. B.

A NOVA CLASSE — (Uma Análise do Sistema Comunista) — Milovan DJILAS, Livraria Agir Editora, Rio, 1959. Trad. Waltensir Dutra.

O tão anunciado livro de Djilas (já em edição brasileira) é uma autêntica decepção. Pouco ou nada contribui, como é sua intenção, para esclarecer alguns problemas do socialismo democrático. Pouco, ou nada, contribui, como é também sua intenção, para derrubar alguns dogmas perniciosos que se enquistaram no pensamento e atividade marxistas. Não consegue atingir nenhum de seus objetivos principalmente pela superficialidade de sua análise e pelo dogmatismo de seus argumentos.

Abandonando as posições marxistas («No Ocidente o marxismo já pereceu... No Oriente... ficou apenas um resíduo de formalismo e dogmatismo...») Djilas mostra-se incapaz de romper com o pensamento formal e vazio de uma argumentação baseada nos frágeis moldes da escolástica estalinista. Querendo abandonar essa escolástica Djilas renuncia à utilização da dialética materialista, enquadra-se em um esquema pré-estabelecido e alinha afirmações sobre a justiça desse esquema. Com esse processo, e com a evidente trivialidade de seus conceitos, não é de admirar o pífio resultado.

Curiosamente não tem o Autor qualquer consciência disso: «O leitor não deve procurar neste livro qualquer filosofia, social ou outra, nem afirmações generalizadas». Difícilmente encontrará o leitor, elementos alheios a uma filosofia social (de curto fôlego) e a afirmações generalizadas com pequeno conteúdo concreto.

No primeiro capítulo de seu livro («Origens») Djilas pretende traçar um quadro da evolução do pensamento marxista. Não é um quadro objetivo mas eminentemente emocional e subjetivo, contraditório e confuso. Parece haver amargura no Autor ao constatar que o marxismo não nasceu do dia para a noite na cabeça de Marx. Cuidadosamente, com meticulosidade, Djilas afirma mui sãbiamente que isso não aconteceu. As idéias do marxismo «não tiveram sua

origem nos teóricos da doutrina, em Marx e Engels. Foram tomadas de empréstimo e fundidas num conjunto...» Adiante tem bastante cuidado em afirmar que a teoria do valor é de Adam Smith, que Marx apenas adotou. Sem discutir a afirmação de que Marx e Engels não contribuíram intencionalmente para a formulação de um novo sistema filosófico (as idéias foram fundidas em um conjunto, «formando, assim, inintencionalmente, a base de uma nova concepção do mundo») é curioso realçar essa posição de Djilas. A surpresa diante de um fenômeno tão comezinho (seria de admirar se o marxismo se tivesse formado sem ligação com todas as correntes filosóficas, sociais, políticas e econômicas anteriores) não será uma demonstração muito evidente de sua imaturidade filosófica?

Ainda nas «Origens» Djilas analisa a importância do marxismo («Como ciência a filosofia marxista não foi importante, já que se baseou principalmente, em idéias hegelianas e materialistas») e o que encara como a sua morte determinada pela evolução industrial. Só nos países não desenvolvidos pode, ainda o marxismo florescer (Por que?...)

No segundo capítulo («O caráter da Revolução») são analisados os complexos conceitos de transformações sociais e de revolução. Os pontos de vista de Djilas são confusos. A revolução (em geral) não é feita para garantir ou estabelecer uma nova ordem social (entendido por isso todo o conjunto das complicadas relações econômicas, políticas, culturais, morais etc. de uma sociedade). As revoluções são feitas para eliminar o «sistema político» que impede o desenvolvimento de uma ordem econômica já estabelecida. A revolução comunista foi a primeira que pretendeu estabelecer, no todo, uma nova ordem social e, por isso mesmo, assumiu características especiais. Pela primeira vez os revolucionários sobreviveram à revolução e colheram seus frutos (?). Pode-se concluir, daí, não ser a revolução consequência de necessidades econômicas (que os comunistas aliás, afirma Djilas, não conheciam) mas sim da ação e do desejo de determinados grupos sociais ati-

vos e dispostos à luta. Motivos fundamentais para a ação desses grupos Djilas não apresenta (afóra afirmações mais ou menos estapafúrdias sobre o «culto à violência», a volúpia do «Poder» etc.) Contraditoriamente Djilas afirma em alguns trechos que a revolução foi feita para «industrializar» (o termo é utilizado no sentido mais vulgar, sem qualquer implicação econômica mais aprofundada). Só com a industrialização a «nova classe» alcançou o poder.

Chega-se assim ao grande problema — A nova classe, uma concepção muito especial. Djilas julga enquadrá-la dentro de «qualquer definição científica de classe, mesmo a marxista...» As características da nova classe porém são «sui-generis». Ela tem apenas uma «débil relação com a estrutura econômica e social» apesar de ser a «proprietária de todos os bens nacionalizados». A nova classe não existia na sociedade russa anterior à revolução. Nem mesmo seus embriões, como classe, tinham existência. Ela só se formou «definidamente, após a subida ao poder». Com essa ascensão desenvolveu-se sua consciência «antes de seu poder econômico e material». A nova classe é assim uma formação social nova, imposta (por que meios?) à sociedade, de alguma forma alheia e estranha ao desenvolvimento da sociedade. Seu crescimento foi garantido por que defendeu seus interesses («estreitos interesses», diz Djilas, sem formular quais sejam) com enorme violência. A razão principal, porém, não foi esta. «A origem direta e real da nova classe, porém, está em Stálin». Eis uma nova qualidade do ilustre soviético. Ei-lo agora, verdadeiro Deus «ex-machina» a criar, graças aos «reflexos rápidos», ao seu «dogmatismo incansável», à sua grande capacidade de «administrador» e à «utilização de métodos dos mais bárbaros», a nova classe da União Soviética revolucionando, com sua gigantesca vontade, a outrora soberana marcha da história...

A nova classe não é um grupo social que ocupa um lugar determinado no processo geral da produção. Para Djilas ela, à semelhança da burguesia nos países capitalistas, «usa,

goza e dispõe da propriedade nacionalizada». Nesse problema (talvez mais do que em qualquer outro) é muito nítida a falta de profundidade de Djilas. Confundindo o particular com o geral, não analisando diferenças de conteúdo que podem estar ocultas em semelhanças formais fortuitas, desconhecendo conceitos básicos da economia capitalista, Djilas deixa toda sua construção sem qualquer base séria, criando problemas que não resolve. Que determina os interesses (econômicos e políticos) da nova classe, por exemplo? Será, ou teria sido, a genialidade de Lênin? Ou a dureza de Stálin? Ou a mediocridade (é de Djilas) de Khrushchiov? Por que a nova classe caminhou para a industrialização? Seria êsse, realmente, o único meio de consolidá-la? Se ela tinha tão poucas relações econômicas com a sociedade por que não criou ligações iniciais fortes com os camponeses? Qual o interesse da nova classe na planificação econômica? Por que a nova classe não adota os esquemas da «iniciativa privada»? Por que existem diferenças radicais (a classificação é de economistas burgueses) entre a economia da URSS e a dos países capitalistas? Os desejos gratuitos da nova classe são razão suficiente para explicar essas diferenças? O progresso técnico, científico e cultural da URSS (real, apesar de negado por Djilas) pode ser explicado apenas por um acerto ocasional da nova classe? Ou foi determinado por ter essa pseudo-nova classe atuado em correspondência com as necessidades econômicas intrínsecas da sociedade? Se assim foi, por que? A que necessidade correspondeu? Por que a essas e não a outras? etc. etc.

A nova classe não é o partido comunista. Esse é apenas «sua base». Nem todo membro do partido pertence à nova classe (Djilas tem uma imagem infeliz: «assim como nem todo artesão ou membro do partido cidadão era um burguês»). A nova classe é o «aparêlho» («aparato» na tradução brasileira), é a burocracia se bem que nem todo burocrata pertença à nova classe. Djilas sente a dificuldade inerente a essas afirmações («Parece estranho que de um partido político possa originar-se uma

nova classe»). Resolve-a, porém, da maneira mais dogmática, fazendo a afirmação decisiva justamente no ponto em que era necessário e imprescindível demonstrá-la: «não há nisso nada de estranho ou de acidental...»

A nova classe não é um produto específico da União Soviética. É consequência necessária (por que?...) do comunismo. Esse em sua evolução cria, inexoravelmente, a nova classe (por que? é ainda a pergunta que fica sem resposta).

Dentre os capítulos restantes do livro é muito curioso o denominado «O Dogmatismo na Economia». «O desenvolvimento da economia no comunismo não é a base, mas sim o reflexo da evolução do próprio regime, de uma ditadura revolucionária para um despotismo reacionário». A economia soviética (ou de qualquer país onde os comunistas estejam no poder) abdica, assim, de sua influência determinante na sociedade. Passa a existir em função do regime para satisfazer à famosa nova classe que o dirige. O próprio Djilas, porém, se encarrega de negar essa conclusão ao afirmar que «todo sistema político é a expressão de forças econômicas e uma tentativa para administrá-la». Em que ficamos? Indagará o leitor. Ficamos por aí mesmo pois o livro não resolve a contradição. Na verdade não se preocupa com ela.

Ainda nesse capítulo existem várias teses que mereceriam exame mais acurado. A relativa ao «pleno emprego», por exemplo. Para Djilas o pleno emprego na URSS resulta não de uma organização mais ou menos harmoniosa (inclusive com muitos defeitos) dos vários ramos da produção. «O emprego total é consequência da desarmonia e da ineficiência na produção e não revela força mas fraqueza de economia». Será interessante que os economistas do capitalismo estudem a tese para ve-

rificar se vale a pena esforçar-se tanto para conseguir o pleno emprego nos seus respectivos países. Não será (a idéia é de Djilas) o desemprego um indicio das excelentes condições econômicas e sociais do capitalismo? Não será até muito saudável fomentar ou estimular o desemprego?

Mais cinco capítulos tem o livro. Não os analisaremos nesta pequena nota. Nêles Djilas coloca em plano universal suas afirmações sobre o comunismo e procura determinar qual a essência do comunismo moderno. Depois de várias análises (?) sobre comunismo e religião, tirania sobre o espírito («Apesar de seu progresso técnico nenhuma descoberta científica moderna foi feita no governo soviético» por causa da falta de liberdade), ética comunista, o autor chega à essência do comunismo «O poder é alfa e ômega do comunismo contemporâneo, mesmo quando o comunismo procura evitá-lo». Definição nebulosa. Pouco explica mas justifica sejam escritas várias páginas na tentativa de sua interpretação.

O livro de Djilas tem um grande mérito. Não podemos deixar de sublinhá-lo. É êle a demonstração cabal das terríveis consequências do dogmatismo que predominou (e ainda predomina) no pensamento comunista mundial. Não deixa de ser surpreendente e melancólico ver um homem que dedicou vários anos de sua vida à revolução socialista, que deteve em suas mãos imensa soma de poderes, que influenciou fundamente a vida de milhões de pessoas, que elaborou a linha política e econômica de um grande país, demonstrar tanta falta de conhecimento, tanta imaturidade política e filosófica, tanto dogmatismo superficial em seu modo de pensar.

O livro de Djilas é um grande motivo para meditação. Não pelo que contém. Mas pelo que deixou de conter.

H. M.

Enderêço para a remessa de livros:

NOVOS TEMPOS

Avenida Rio Branco, 185 - Sala 509 - Rio

REVISTA DAS REVISTAS

REVISTA DO CONSELHO NACIONAL DE ECONOMIA — N. 46

Pesquisa do Nordeste

Definir esta revista é definir o próprio órgão que a edita. Criado pela Constituição (art. 205) e em funcionamento desde 1950, o Conselho Nacional de Economia já nasceu frustrado. Numa época em que as questões econômicas passam a primeiro plano, sob o impacto da industrialização do país, com o desajustamento inevitável da própria estrutura da economia brasileira, surge o Conselho moldado na velha fórmula «cartorial» com seus 9 conselheiros e algumas dezenas de técnicos incapacitados para cumprir um papel positivo na política econômica do país. Quanto às tendências, prepondera no colegiado do Conselho o grupo entreguista, com o sr. Otávio Gouveia de Bulhões à frente, seguido de perto pelos srs. Teixeira Leite, Garrido Torres, Dodsworth Martins. Algumas atitudes mais justas se devem a conselheiros ou técnicos de seus quadros. Como tudo na vida, também o CNE tem suas contradições internas. Gente boa fazendo pesquisas, debates interessantes onde ponteiavam soluções justas para problemas da vida nacional, são observados por quem acompanha a atividade do CNE, espelhada na Revista que temos em mão.

A Revista do CNE divulga estudos teóricos de economia. Infelizmente, vivendo à margem dos reais interesses da economia, é dada preferência visível a estudos abstratos, «teóricos» no mau sentido da palavra, desses que não conduzem a nada. Citamos, por exemplo, uma transcrição do pesadíssimo trabalho sobre «programação linear», instrumento matemático de aplicação na economia que em nenhuma hipótese temos no Brasil condições para aproveitar. Sucedem-se as exposições sobre técnicas de planejamento, contabilidade social etc. sempre com o vício da transposição mecânica de metodologia criada em países desenvolvidos para as condições de um país como o nosso. Transposição aliás, de que

se beneficiam alguns «iniciados» nos últimos estilos da moda.

O número 46 contém interessantes trabalhos sobre temas concretos: «A energia atômica na economia do Brasil», do sr. A. Vilela, «A procura dos derivados de petróleo», do sr. W. de Souza, e «Aspectos do desenvolvimento econômico do nordeste», dos srs. J. Barroso e W. Natal. Como vemos, nem tudo é «metafísico» no órgão do CNE. Em artigos como estes encontramos material efetivamente útil para quem se dedica a pesquisas os problemas da realidade brasileira. Em particular a pesquisa sobre a economia do Nordeste. Vale a pena examiná-la.

Z. C.

*

REVISTA BRASILIENSE

BIOGRAFIAS

Acaba de aparecer, ao fecharmos a edição, o n.º 15 da Revista Brasiliense, contendo, como sempre, alguns artigos de interesse geral. Destacamos: Castro Alves, O Tempo, a Vida e a Obra, de Dorian Jorge Freire, e Direrot, O Homem e a Obra, de Carrera Guerra, recentemente falecido, e possivelmente um de seus últimos trabalhos. Há ainda, artigos sobre Feijó e Casimiro de Abreu. Como se vê, um número essencialmente biográfico. Digno de atenção, para os interessados no assunto, é ainda O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de Fernando de Azevedo. Quanto ao sr. Pinto Ferreira, continua falando sobre a «sociologia dialético-marxista».

LB

*

NOUVELLE CRITIQUE

RESPOSTA A HENRI LEFEBVRE

Nos números 87-88, de «La Nouvelle Critique», Jean Kanapa respondeu ao artigo de Henri Lefebvre, transcrito nesta revista no seu número 3, de dezembro de 1957, sob o título «O Marxismo e o pensamento francês».

«É uma triste nova, diz Kanapa, que Henri Lefebvre nos dá em um artigo publicado pela revista polonesa «Toworzose», dirigida pelo escritor católico Iwaszkiewicz: o marxismo vai mal em França».

Kanapa discute largamente muitas das afirmações contidas no artigo de Lefebvre, lamentando de início que o autor não se limitasse a informar, mas a vilipendiar os seus próprios camaradas.

Examina particular e extensamente a teoria dos dois campos, mostrando quão equivocado se encontrava Lefebvre e demonstrando, apoiado em Lênin, de que na luta ideológica, o problema se impõe somente assim: ideologia burguesa ou ideologia socialista. Não há lugar para uma terceira.

Finaliza o excelente trabalho crítico, afirmando que o ecletismo visa a conciliar, de alguma forma, o idealismo com o materialismo, o que não pode ser aceito pelos marxistas-leninistas.

Pode-se e se deve, sem dúvida alguma, quando se é marxista, procurar todas as parcelas de verdade e de progresso nas pesquisas filosóficas ou ideológicas dos pensadores idealistas, embora adversários declarados do marxismo e do proletariado revolucionário, porque essas pesquisas são um elemento da realidade, ainda que forneçam uma imagem invertida, deformada ou truncada.

Todavia, é preciso não confundir a integração de novas verdades ao marxismo com a dissolução do marxismo na ideologia que lhe é adversa.

Não se pode ajudar a luta pela vitória do marxismo-leninismo entre as massas da classe operária e seus aliados, notadamente os intelectuais, em lançando ao descrédito tudo o que constitui o marxismo na França.

Estranha que Lefebvre haja encontrado grãos de verdade nas obras dos pesquisadores e pensadores burgueses, e jamais nas dos intelectuais marxistas, comunistas. Lefebvre não procurou ajudar os seus camaradas com uma crítica construtiva, pois se atribuiu outra tarefa. Não é contra a burguesia que ele dirige os seus golpes, mas contra os seus camaradas, contra a política do primeiro Estado Socialista da história, contra os princípios que animam a política do Partido Comunista da França.

Não é a crítica construtiva dos esforços feitos pelos intelectuais comunistas a que ele se entrega, mas a denegrir-los sistematicamente.

Dir-se-á que Lefebvre, entretanto, leva à burguesia que ele dirige os seus golpes, mas contra os seus camaradas, contra a política do primeiro Estado Socialista da história, contra os princípios que animam a política do Partido Comunista da França.

se limita a afirmar: o marxismo não é um dogma, não é um dogma, não é um dogma... Isto é pior do que um dogma — é uma ôca ladainha. Ou uma conjuração mágica, cuja conclusão prática não pode ser mais do que a imobilidade do pensamento, a paralisia da pesquisa.

Kanapa termina o seu estudo crítico do artigo de Lefebvre nos seguintes termos:

«É de se desejar que Henri Lefebvre proceda, êle próprio, a uma análise mais científica da realidade actual como da realidade de ontem. O menor rigor em uma tal análise o convencerá de que «a luta contra o inimigo de classe não pertence sômente à história, pertence também ao presente». E um simples regresso ao leninismo lhe mostrará, mais simplesmente ainda, que o princípio da coexistência pacífica não pode se transportar para o plano ideológico se não ao preço do abandono pelo proletariado dessa arma insubstituível em sua luta libertadora — «a arma da crítica». Da crítica radical à burguesia capitalista.

«Não deixaremos jamais que nos tirem essa arma». Conclui Kanapa. CF

*

O OBSERVADOR ECONÓMICO E FINANCEIRO

DESAPROPRIAÇÃO DA BOND & SHARE

Está em circulação o nº 263 do ano XXII, correspondente a janeiro de 1958, dessa revista que tanto tem contribuído para o estudo dos problemas económicos nacionais. Não será exagêro dizer que, através da palavra dos especialistas, cujos trabalhos divulga em suas páginas, «O Observador Económico e Financeiro» tem impulsionado a formação de uma consciência nacional do desenvolvimento.

Como os demais, êste último número apresenta, ao lado de interessantes estudos, farto material informativo, especialmente nas habituais seções de Comércio Exterior (Afrânio Melo), que desta vez apresenta um rápido balanço de 1957 —, Vias de Comunicação, Crônica Parlamentar (José Augusto Guerra), Livros e Idéias (Valdemar Cavalcanti), Observações industriais, No Mundo dos Negócios e Observações Financeiras.

De interessante leitura é o trabalho do Engº Alexandre Fontana Beltrão sobre Política de Eletrificação do Nordeste, transcrição de palestra pronunciada no Curso de Desenvolvimento Económico patrocinado pela Universidade do Ceará e pelo Banco do Nordeste. O estudo apresenta sinteticamente o exame do mercado actual e futuro de energia eléctrica

no Nordeste, as necessidades de energia segundo quatro hipóteses de desenvolvimento, e um balanço bem elaborado dos recursos disponíveis para a expansão do sistema, demonstrando assim a viabilidade dos empreendimentos programados. De facto, como bem diz o autor ao concluir esta parte do trabalho, «os recursos grosso modo correspondem às necessidades. Os recursos necessários são de 8,8 bilhões a 15,4 bilhões, no máximo, e os recursos disponíveis variarão de 6,1 a 11 bilhões.»

Após alinhar os argumentos contrários a o Estado encarregar-se da distribuição, mostra êle que estamos diante de uma situação nova, no Nordeste, já que «hoje o estrangulamento mudou de posição e está na distribuição, não na produção». Destaca depois os prejuízos para a CHESF da oposição de interesses entre os dois monopólios, o de distribuição e o de vendas, e depois de expor outros argumentos favoráveis à desapropriação do sistema distribuidor, conclui:

«Não é exagêro admitir que estamos na ocasião propícia para a desapropriação, pois daqui para a frente apenas se inoculará energia nos sistemas dessas emprêsas (concessionárias de distribuição), aumentando-lhes os lucros compulsoriamente, e com isso fortalecendo-as para ocupar melhor posição de regateio quando se tornar evidente e improrrogável a encampação.»

Escrita no dia mesmo em que o nº 263 de «O Observador» foi às bancas, esta nota não poderia deter-se em muitos aspectos da revista. Ainda assim, mesmo um exame rápido basta para destacar o interesse de outro estudo regional: Conjuntura Económica Rio Grandense, de H. Baarsch. Mencionamos ainda dois estudos sobre normas de produção:

- Mercado e reservas mundiais de minério de ferro, de H. C. Alves de Souza.
- Economia e Indústria Alcooleiras de Nelson Coutinho —, que completam o aspecto principal do número emprestando-lhe uma feição harmoniosa.

ALC

*

ECONOMIE ET POLITIQUE PROBLEMAS SOVIÉTICOS

O último número de 1957 da conhecida revista francesa — Novembro-Dezembro - Ed. Sociales - Paris — é inteiramente dedicado a um balanço da economia soviética. Publica informações até agora inacessíveis aos leitores ocidentais. Uma equipe especializada da redação da revista realizou a coleta preliminar

de dados na própria U.R.S.S. onde teve acesso às mais variadas fontes de informações oficiais. A revista condensa em três estudos especializados alguns resultados do inquérito. O primeiro («La Grande Reforme Industrielle», J. Pronteau) trata dos problemas da indústria soviética e das modificações que sofre atualmente a estrutura industrial. O segundo («Essor et Possibilités de l'Agriculture Soviétique», J. Triomphe) é dedicado aos problemas da agricultura publicando em primeira mão números absolutos sobre a produção agrícola soviética. O terceiro («L'U.R.S.S. dans la Competition», P. Noirot) é um estudo comparativo da economia soviética e capitalista e fornece dados preciosos e inéditos sobre ritmos de crescimento, produtividade, volume de produção, etc. Este grupo de três artigos engloba uma soma muito apreciável de informações permitindo se faça uma idéia actual sobre a situação económica da U.R.S.S.

Um conjunto de outros artigos aborda aspectos específicos da conjuntura soviética. A formação de técnicos e especialistas de nível superior é minuciosamente analisada («Savants, Ingénieurs et Techniciens Soviétiques», L. Lavallee) no período de 1941 a 1956 com especificações referentes a cada uma das Repúblicas. A estrutura e o desenvolvimento económico da República do Usbequistão merecem um estudo particular de Jacqueline Vernes enquanto a evolução do nível de vida na U.R.S.S. é estudado por Jacques Lambert no período de 1913 a 1956. São muito interessantes as informações relativas aos salários e à estrutura da despesa dos trabalhadores soviéticos.

Dois artigos teóricos completam o número da revista, incontestavelmente um dos melhores já publicados. O economista soviético K. Ostrovitianov analisa os problemas da produção de mercadorias e a lei do valor na economia soviética, criticando várias teses apresentadas por J. Stálin. É um trabalho apresentado no curso da discussão que se trava na U.R.S.S. em torno das questões económicas do socialismo. Finalmente L. Lavallée estuda num longo ensaio o significado das experiências soviéticas na construção do socialismo. Suscita questões, não esgota o assunto.

Recomendamos aos estudiosos das questões soviéticas a leitura deste número de «Economie et Politique». É uma fonte de informações mais ou menos objetivas e elemento indispensável para abordar qualquer questão económica referente à União Soviética.

HM

Conselhos aos Socialistas Brasileiros

Sylvio Romero

Se bem esteja em consonância com o conteúdo, o título com que apresentamos a matéria que segue não pertence a Sylvio Romero. Escolhe-mo-lo como sendo a característica geral de uma seleção de trechos extraídos da introdução escrita por Sylvio Romero a «O Evolucionismo e o Positivismo no Brasil» (2ª edição, 1895, Livraria Clássica de Alves & Cia., Rio). A palavra conselhos não pode ser compreendida, aqui, no seu sentido comum. Sylvio Romero não era homem de paternalismos. Ele não sabia fazer indicações sem fazê-las decorrer da crítica. Estamos, pois, diante de um trabalho crítico cujo autor lhe empresta, pela vasta obra realizada e pelo prestígio do nome, uma alta importância.

Incluimos esta matéria em nossa seção de documentos históricos por uma razão transparente aos leitores que se interessam pela introdução das idéias do socialismo em nosso país. E, ainda, para elucidação dos que militam na causa do socialismo ou dela se aproximam, pois Romero já dedicava páginas substanciais ao socialismo, ao movimento operário e a seu partido em fins do século passado.

E crítica, embora ainda superficialmente, a transplantação mecânica de concepções elaboradas na Europa. Isto tem um duplo valor documentário. Primeiro, comprova que o movimento socialista no Brasil é bem mais antigo do que procuram fazer crer certos pretendentes atuais ao monopólio das idéias de vanguarda em nossa pátria. Em 1895, numa segunda edição, um homem da envergadura de Sylvio Romero debatia e criticava, de um ângulo positivo, tendências no movimento socialista brasileiro. O movimento não só existia como a intelectualidade dêle se ocupava com carinho. Em segundo lugar, o texto de Sylvio Romero permite identificar um brado contra o papel carbono, o mecanicismo dogmático, já naqueles distantes anos do século passado. E o fazia em nome dos princípios científicos que exigem a análise prévia da realidade e repelem o messianismo dos charlatães que querem «transformar o mundo» munidos da mais espessa ignorância e de uma citação dos clássicos a propósito de tudo e de nada. E o exemplo que aponta, para ser seguido, é o de Marx e Engels.

As palavras de Romero são úteis, como documento, e oportunas pela sua atualidade.

Pois bem; no meio desses incandescentes debates é que o socialismo tomou posição, pretendendo em tudo tocar, porém tomando a si, mais especialmente, a questão econômica das relações de trabalho e do capital, e a questão social da extinção das classes e reorganização da vida pública.

Não entra em nosso plano fazer a história, tantas vezes já feita, do socialismo, nem mesmo a discussão doutrinária dos meios que ele pretende pôr em prática para solver o problema que se propôs.

Altamente simpáticos a esse movimento ingente, que é um dos sinais mais elevados de nosso tempo; inteiramente convencidos de ser uma

necessidade fatal da história o advento da democracia social, a vitória do quarto estado; sectários até de algumas das idéias que andam na liça, estudamos apenas uma questão brasileira.

.....

Temos nós aqui também o nosso partido operário, segundo todos os sintomas; têmo-lo até já dividido em três ou quatro grupos, conforme não menos evidentes sinais.

As seguintes questões a seu respeito estão a pedir uma resposta pronta e decisiva: possuímos já nós aqui condições indispensáveis à existência de um proletariado político, propondo lutas e projetando reivindicações?

Corresponde a criação de um par-

tido proletário no Brasil a necessidades e aspirações ineludíveis, senão de todo o povo, ao menos de uma grande classe da sociedade?

Qual, das muitas existentes na Europa, a doutrina abraçada por nossa democracia social?

Qual a propaganda de seus diretores, que pretendem êles fazer, que questões vão agitar e resolver?

Tais os fatos que deviam estar elucidados, discutidos e claros diante da opinião do país.

Infelizmente não o estão. A nossa literatura socialista ainda não existe e por si êste sintoma original é digno de séria meditação: nós aqui tivemos o partido antes de havermos tido a propaganda... E singular! Irrecusável prova da artificialidade do movimento.

Fazemos crônica sem nomes próprios; não temos em mira molestar ninguém; mas não abrimos mão do nosso direito de dizer a verdade.

As grandes leis da história hão de se cumprir também no Brasil; nós também havemos de ter o nosso quarto estado triunfante. Não há dúvida.

Mas para que, por prazer de imitação, ou por qualquer outro móvel ainda menos desculpável, havemos de fantasiar fatos que não possuímos, problemas que não nos assentam e só podem servir para aumentar a confusão, desnortear os espíritos e dificultar a vida da nação?

Um dos caracteres mais pronunciados do coletivismo europeu é o estudo profundo da vida das classes operárias.

São célebres os estudos de Carlos Marx e de Engels sobre as classes operárias na Inglaterra; os de Bebel e Liebknecht sobre as da Alemanha.

Que estudos sobre a vida econômica, sobre as classes produtoras do Brasil já tentou algum dos aclamados chefes do nosso socialismo? Onde os seus escritos demográficos e estatísticos? São até hoje um mistério, uma incógnita. Entretanto, por aí é que se deveria ter começado.

Por Deus, caríssimos senhores, não matem pelo ridículo o nosso bom, o nosso grande socialismo. Apressamo-nos em declarar que essas notas dissonas, mal-soantes de nosso proletariado parecem oriundas dos chefes, os desorientados chefes de certos grupos.

Precisam todos reforçar suas idéias pelo estudo sério das condições de nosso país.

Resta a classe dos operários e aqui daremos o nosso modo de ver especial sobre o socialismo.

Neste grande partido universal, dividido em umas poucas de ramificações, parece-nos bem fundada e digna de aplausos a aspiração para um melhoramento das classes pobres, das classes trabalhadoras. Tudo quanto teórica e praticamente tender a esse alvo superior tem a razão de seu lado e há de contar com o futuro. O quarto estado há de emancipar-se e florescer como poderoso fator.

Até aí nenhuma dúvida. O quarto estado há de chegar, como chegou o terceiro. Negar a evolução que se faz neste sentido, é cair nas mesmas aberrações da nobreza quando desdenhava da classe média, da burguesia. Parece-nos porém, que o socialismo de todos os matizes, ou, pelo menos, das principais ramificações, labora em dois graves equívocos, um de alvo doutrinário e outro de prática e aplicação. O erro geral doutrinário vem a ser esse otimismo quase pueril e quase inacreditável em nossa civilização, já tão experimentada por tantas desilusões: a crença de que os males humanos são remediáveis.

Esse velho mito de um Eden, ou no passado, como queria a teologia, ou no futuro, como querem os socialistas, não passa de sonho e fumaça. A realidade é outra e bem diversa: os males humanos, os flagelos morais e físicos, que nos atormentam, estão em nossa índole, em nosso sangue, como estão no mundo e na natureza; são uma parte integrante da vida e constituem, senão o fundo, ao menos um dos lados da existência.

O otimismo imponderado gera a afoiteza, produz ilusões irrealizáveis, desequilibra o andar da vida, atira os homens e os partidos atrás de quimeras. Esse mundo de aspirações aéreas e insondáveis, não achando aplicação prática, sendo derrotado pela realidade, vem a produzir depois o mau humor, o desespero, o pessimismo intratável dos anarquistas, dos nihilistas, das bandeiras negras e de outras modalidades do gênero.

Eis porque o pessimismo moderado, que inspira apenas a desconfiança pelas teses absolutas de felicidade indefinida, que nos adverte da improficuidade dos esforços que tendem a um alvo impossível, é útil porque serena o espírito e afasta-o das agitações temerárias.

O problema do operariado, parece, deve consistir em tomar êle vida e força, como nos primórdios fêz a nobreza e mais tarde fê-lo igualmente a burguesia. Para isso largue o sonho da felicidade, do messianismo, e outras variantes do paraíso e do reino de Deus sobre a terra; deixe os planos de fantásticas reorganizações sociais e trate de empregar, que processos? Justamente aquêles mesmos processos que as classes rivais empregaram. Esta idéia é aproveitável; porém vemos que não é aqui o lugar de a desenvolver.

Nosso operariado fará, pois, bem em organizar-se e crescer, deixando de lado certas pretensões, inoportunas aqui no Brasil, sistematizações engendradas para a situação da Europa, que não é precisamente a nossa situação.

CARTAS ABERTAS

OS RENOVADORES E O ESTUDO DO MARXISMO

Acompanhado de uma carta, chega às nossas mãos um trabalho de nosso leitor B. Santana. Trata-se, diz o autor, de uma «tentativa de artigo» em que a natural inexperiência de quem se lança à tarefa de transmitir e expor ao debate os resultados de seus estudos e meditações, por vezes prejudica a clareza da exposição. Parece-nos justo, pois (e sem prejuízo de novas «tentativas» com maior êxito do articulista), considerar o trabalho como parte integrante da carta. Passamos à reprodução de seus itens essenciais:

1 — «Meu objetivo é contribuir para que os termos dogma e dogmático não sejam transformados em rótulo e aplicados levianamente. Entendo por dogmático um homem que se prende a um conceito sobre uma ou várias questões e dele não se afasta, embora a realidade evidencie que tal conceito é errôneo. O conceito pode ter sido emitido com propriedade em determinada época. Entretanto, o desenvolvimento da questão tornou-o impróprio. Chamo ainda de dogmático o indivíduo que aplica a certos casos teses que são somente aplicáveis a outros casos diferentes. Entretanto, ao julgar algum como dogmático, devo precaver-me e ter muito cuidado, para não prejudicar minha própria compreensão, afastando arbitrariamente como errado algo que pode estar certo. Na luta contra o dogmatismo não se trata, pois, de tomar uma posição de árbitro, mas de compreender, verificar, analisar cientificamente, com isenção.»

2 — «O XX Congresso do PCUS rompeu com a divindade de Stálin e com o caráter sagrado de tudo quanto vinha da URSS e das democracias populares. Em consequência disso, inúmeros marxistas brasileiros passaram de uma posição de idólatras, de verdadeiras beatas, para a de irreverentes, blasfemadores, tal como pessoas que, depois de desobrirem que não existe o sobrenatural, passam a atacar os entes que, antes, foram objeto de sua fé.

Muitos há que, ansiosos por gozar um bem recém-adquirido (a liberdade de crítica), lançam-se a classificar de superadas, após raciocínio rápido e superficial, teses de Marx, de Lênin e outros eminentes marxistas.»

3 — «Longe estou de negar que algumas teses marxistas já não correspondem às atuais necessidades.

Isto está implícito na própria doutrina que analisa os fenômenos em contínuo movimento e compreende a história em evolução constante. Portanto, o que está certo hoje pode estar errado amanhã. Mas isto não obriga ninguém a concluir que o marxismo está superado porque foi concebido no século passado. O marxismo ainda é válido porquanto se refere a um processo de transformação social que não chegou ao fim. Analisa um sistema social que ainda predomina no mundo, embora com particularidades diferentes das do século passado. Portanto, o que está superado na doutrina de Marx é aquilo que se refere a tais particularidades. As relações de produção atuais são, em essência, as mesmas do século anterior. Por conseguinte, a essência da economia política marxista é perfeitamente aplicável aos nossos dias.»

4 — «Assim, tem muita razão o sr. Calvino Filho ao refutar («Revisionismo econômico que revive», «Tempos Novos», nº 1) a afirmação do sr. Caio Prado Júnior, ao criticar o «Manual de Economia Política» soviético. A tese contraditada pelo sr. CF é a seguinte: «Não é a capacidade de produção do capitalismo que se acha comprometida, derivando daí a crise geral em perspectiva do sistema; e sim, de certo modo, pelo contrário, é o excesso de capacidade de produção, em confronto com a incapacidade relativa de consumo, que tem criado crescentes embaraços para o funcionamento do capitalismo e que já o ameaça de aniquilamento. Há cem anos, Marx observara e previra isto.»

Aparentemente, Caio Prado tem razão. Mas, refletindo, verifica-se que enveredada por um caminho errado, por ter considerado as forças produtivas do sistema capitalista como sendo o próprio sistema, quando capitalismo é a forma como estão organizadas as forças produtivas. Estas têm muito maior capacidade de produção do que a que lhes permite a forma capitalista com que estão organizadas. Na realidade, a forma capitalista de relações de produção limita a atividade das forças produtivas e, conseqüentemente, entravam seu desenvolvimento.

5 — Verifica-se, pois, que o artigo do sr. Calvino Filho não é dogmático. Defende concepções marxistas que ainda correspondem à realidade. Não obstante foi rotulado de dogmático. Isto foi feito sem exame da questão. E prejudicou o esclarecimento dos rotuladores. Entendo que devemos combater essa maneira irrefletida de classificar como dog-

mas as teses marxistas. Isto leva, como acontece com um ativo renovador que conheço, a pensar que hoje é desnecessário estudar as teorias marxistas. Considero que isto é incompatível com o caráter do movimento marxista renovador. É idéia digna da velha seita».

B. Santana

*

RESPOSTA AO LEITOR

O leitor Álvaro Moura, em carta a esta redação, publicada no número anterior, estranha e condena a tese da coexistência pacífica entre os países de regimes diferentes, notadamente entre os países socialistas e capitalistas. Assevera que isso, essa tese, é produto do stalinismo, da «auto-satisfação» oportunística da burocracia soviética, cujos interesses «passaram a ser diferentes dos interesses históricos do proletariado».

Dá assim a entender que a tese da coexistência pacífica é incompatível com os objetivos revolucionários do proletariado dos países capitalistas. Eis aí, a nosso ver, um exemplo bem típico do dogmatismo trotskista, mais rígido do que, em geral, o dogmatismo stalinista que durante tantos anos e ainda hoje prejudicou e prejudica o avanço do marxismo.

O missivista parte evidentemente da tese trotskista da «revolução permanente» e da impossibilidade da construção do socialismo num só país. Mas nesse terreno o debate não é propriamente com Stálin, e sim com Lênin. Este já em 1917, vencendo a obstinada resistência de Trotsky, conseguiu firmar a dolorosa Paz de Brest-Litovsk, com prejuízos imediatos, inclusive territoriais, para a Rússia Soviética, mas com vistas a salvar a Revolução de ser derrotada militarmente pela Alemanha, então mais forte.

A vida demonstrou a inconsistência da tese de Trotsky, segundo a qual o socialismo não poderia ser construído num só país. Mas, além disso, houve transformações imensas no mundo, após o infame assassinato de Trotsky. Houve a derrota do nazismo, o surgimento das democracias populares na Europa, a vitoriosa revolução chinesa, etc. Mas a referida tese de Trotsky continuou sendo válida como um dogma para os trotskistas, ao menos para o autor dessa carta.

Ora, que significa a «coexistência pacífica»? Significa admitir a necessidade de que os países de regimes diferentes mantenham relações

comerciais e diplomáticas amistosas entre si, sem que isso implique na obrigação por parte dos operários dos países capitalistas de ensarilhar as armas na sua luta de classe. Coexistência pacífica tem havido, durante anos e anos, entre países socialistas e capitalistas, desde 1917 (com exceção de alguns períodos), o que não impediu a vitória do povo chinês, nem a formação das democracias populares.

A revolução proletária mundial, isto é, vitoriosa simultaneamente nos principais países, não aconteceu. Isto é um fato. Isto pertence ao domínio da história. Hoje existe um grupo de nações socialistas e outro grupo, maior, de nações capitalistas. Também isto é um fato. Por outro lado, existem as novas armas de destruição em massa, as armas hidrogênicas. A «coexistência pacífica» será o único meio de impedir que a humanidade se suicide numa guerra atômica.

Decerto, o que existe atualmente não é bem uma coexistência pacífica; é uma coexistência armada e inamistosa, uma «guerra fria» que pode degenerar em quente, se não se chegar a adotar um código de coexistência pacífica e respeitá-lo.

Ademais, opor à «coexistência pacífica» a tese da «revolução permanente», a esta altura dos acontecimentos, seria querer fazer a revolução por decreto, seria o pior dos subjetivismos, pois seria desconhecer que não basta a organização, a propaganda, o desejo de fazer uma revolução; é necessário, sobretudo, que existam aquelas condições revolucionárias objetivas que Lênin, mais de uma vez, tão justamente definiu.

Neste momento em que as organizações marxistas procuram «desestalinizar-se», desvencilhando-se dos métodos e teses falsas que por tantos anos adotaram; neste momento em que se procura corrigir as deformações do marxismo e do leninismo,

introduzidas por Stálin, é preciso cuidado para que não se jogue fora, juntamente com a água do banho, também a criança...

Isto não quer dizer que quando Stálin seguia fielmente a Lênin, estava certo, e quando se desviava dele, estava errado. Stálin, além de crimes hediondos, cometeu erros colossais. Mas também teve acertos, que devemos saber apreciar. Por outro lado, a grandeza de Lênin, sua genialidade política não o eximem de erros, que também os teve.

Penso que o essencial é, adotando o método dialético de raciocinar, dentro das bases filosóficas materialistas, e aproveitando a experiência histórica, examinarmos atentamente a situação atual do mundo e de cada país, em particular, para que possamos atingir nossos objetivos finais: o estabelecimento do socialismo, a sociedade sem classes.

O Diretor

Venezuela: o povo como protagonista

A queda do tirano Perez Jimenez, da Venezuela, fundamentalmente em consequência da greve geral do povo, é um sinal dos novos tempos que vive a América Latina e um de cujos traços mais notáveis é esse sentimento e consciência das liberdades públicas que empolga as multidões e que se vem transformando numa imensa força material capaz de remover montanhas.

Depois de anos a fio no poder que usurpara dos governantes democraticamente eleitos, e que conspirara com a prática diária dos mais nefandos crimes, o novo «tirano dos Andes» já estava bem desgastado. Nessas condições, não seria difícil que os trustes estrangeiros do petróleo, a quem êle servia, o declarassem falido e tratassem de substituí-lo, através de mais um golpe, por um outro soba novo em fôlha.

É prova de amadurecimento da consciência política do povo o fato de que êste se tenha adiantado aos trustes, tomando a iniciativa de apear seu títere do governo, por meio de uma greve geral, aos primeiros indícios de que a camarilha militar que o cercava queria desfazer-se dêle, segundo a velha fórmula de «fazer a revolução antes que o povo a faça».

O método de luta empregado — a greve geral da população, isto é, greve geral não só da classe operária, como também das camadas mais numerosas da classe burguesa — é um fenômeno extremamente significativo que se vem observando nos últimos acontecimentos da política latino-americana. É certo que em Cuba, por ex., vêm de há muito tais manifestações, conhecidas como «cidades mortas», mas têm sido atos isolados de protesto, em algumas localidades. Já a greve geral da população se distingue por sua amplitude, abar-

cando as principais regiões do país, e por seu caráter quase insurreccional.

Com efeito, quando o ditador Odria, no Peru, ensaiou medidas para se manter no poder através de uma farsa eleitoral, foi a greve geral da população da importante cidade de Arequipa que decidiu de seu destino e dos destinos do país, que assim regressou às normas democráticas de vida. Algo semelhante ocorreu no Haiti, na Colômbia, na capital da província cubana do Oriente, Santiago (numa espécie de ensaio para a greve geral da população do país, que se prepara contra o ditador Batista) e agora na Venezuela. Neste último, o povo não se limitou a derrubar o tirano; exigiu e obteve participação na Junta Governativa, que logo se formou com os chefes militares egressos do navio da ditadura; apoia ou recusa apoio e exige a renúncia de certas autoridades, segundo mereçam ou não a sua confiança, e assim por diante.

A época dos governos de força, que neste século teve seu auge no intervalo entre as duas grandes guerras, entrou em rápido declínio. As liberdades democráticas, denegridas e pisoteadas pelo fascismo e inclusive pelo stalinismo, encontram no mundo atual terreno e clima propícios a seu reflorescimento. É o que se verifica na América Latina, em franco processo de redemocratização e de alijamento dos governos ditatoriais. Daí que essas operações, de palacianas que eram, passassem a ser de massa. E o povo, que atuava na periferia, tenha avançado para o centro dos acontecimentos. Em outras palavras, o povo, outrora mero espectador, sobe agora à cena política como protagonista.

OP

SOCIALISTAS JAPONESES E SÍRIOS NA IUGOSLÁVIA

Delegações do Partido Socialista Japonês e do Partido Socialista do Renascimento Árabe da Síria visitaram a Iugoslávia, em outubro e novembro de 1957, respectivamente. A delegação japonesa foi chefiada por Tatsu Kataiama e a delegação Síria, por Miguel Aflak. Sobre as conversações mantidas com a Aliança Socialista da Iugoslávia foram expedidos comunicados comuns.

Ambas as declarações coincidem nas indicações sobre a manutenção da paz e se referem expressamente a problemas específicos das áreas em que os respectivos partidos atuam.

Diz a declaração socialista nipoiugoslava: «Nas condições que atualmente predominam no mundo, a luta pela paz se identifica com a luta pela superação dos blocos militares, com o estímulo ao desarmamento e à segurança coletiva, a salvaguarda da independência dos povos e o desenvolvimento das economias nacionais, a elevação do nível de vida das populações, bem

como com a luta contra o colonialismo e o imperialismo.»

O comunicado destaca o papel positivo que cabe às Nações Unidas e reafirma os cinco princípios da coexistência já ratificados em Bandung. Sobre a China, afirma:

«O Partido Socialista Japonês considera que não existem duas Chinas. A questão de Taiwan é um assunto interno da China, que cabe ao povo chinês resolver por si mesmo. A tensão provocada pelo problema de Taiwan deve ser eliminada por negociações pacíficas. É o governo da República Popular Chinesa que deve representar a China nas Nações Unidas. A delegação da Aliança Socialista da Iugoslávia aprovou êste ponto de vista.»

A declaração Sírio-iugoslava afirma que «as forças socialistas e progressistas do mundo assumem a grande possibilidade salvaguarda e da consolidação da paz e que, hoje mais do que nunca, é necessário realizar esforços em prol de sua colaboração, e mais estreita e fecunda possível».

Acentua que «deve ser permitido

aos povos árabes realizar integralmente sua independência econômica e política. As duas delegações condenam a política de pressão e de ingerência praticada atualmente em relação a certos países árabes, particularmente em relação à Síria». Concluindo, proclamam: «Todo apoio aos métodos colonialistas superados no setor do Próximo e Médio Oriente põe em perigo o progresso social e econômico dos povos desta região, bem como a paz do mundo inteiro.»

*

CIENTISTAS CONTRA ARMAS ATÔMICAS

A suspensão das experiências com armas atômicas está no interesse de todos os governos, diz uma petição assinada por 9.235 cientistas de 44 países e que foi entregue à ONU, na pessoa de seu secretário geral, sr. Dag Hamarskjold, na primeira quinzena de janeiro.

Com sua autoridade de cientistas, os signatários da petição advertem que cada explosão atômica difunde elementos que atingem a saúde do

homem e podem aumentar o número de crianças anormais nas gerações futuras. Em nome da ciência, advogam a suspensão das provas nucleares tendo em vista objetivos políticos em profundidade — o desarmamento geral e a supressão das armas atômicas.

A mensagem dos sábios foi entregue pelo dr. Linus Pauling, prêmio Nobel de Química, de nacionalidade americana. Entre os signatários figuram 36 laureados do Prêmio Nobel, entre os quais da envergadura de Albert Schweitzer e Lord Boyd Orr, Prêmio Nobel da Paz, e Bertrand Russel, Prêmio Nobel de Literatura. Russos e americanos uniram-se, nessa iniciativa que foi apoiada por 2.705 cientistas dos Estados Unidos, dos quais 101 membros da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, 216 membros e correspondentes da Academia de Ciências da URSS. Figuram também 64 cientistas franceses, 304 britânicos, dos quais 35 membros da Real Sociedade de Londres e mais todos os professores da Universidade Livre de Bruxelas.

A petição oferece o quadro do importantíssimo papel reservado aos cientistas nos negócios mundiais e de sua aproximação ativa das massas de milhões de pessoas que desejam a paz em todos os recantos do globo. Entretanto, alega-se, a ONU não poderá tomar nenhuma medida em consequência da gestão unida dos cientistas do mundo inteiro. Pois, tecnicamente (ou melhor, burocraticamente) não se trata de petição emanada de nenhum governo, não tendo, por isso, caráter oficial algum.

Seria necessário, portanto, que a delegação de algum governo a encampasse. Não está claro que seria um título de glória para o Brasil que nossa delegação na ONU, em perfeita consonância com os interesses de nosso país e de toda a humanidade, tomasse essa iniciativa exigida pelo regulamento dos trabalhos da ONU?

Eis aí uma questão que se propõe espontaneamente aos cientistas brasileiros.

*

CARTILHA SOCIALISTA

Recebemos de São Paulo um folheto de autoria de Marcelino Serrano, intitulado «Cartilha Socialista». Trata-se de uma explicação dos conceitos que encerram determinados termos e expressões correntes no linguajar socialista.

A explicação abrange as coisas mais rudimentares, nem outro era o objetivo do Autor, que logo no início da Cartilha declara: «Este pequeno trabalho sobre socialismo é feito especialmente para os traba-

lhadores em geral. Destina-se também a todos os que, interessados em conhecer algo sobre o socialismo, por falta de oportunidade ou de maiores conhecimentos, não podem extrair das obras dos grandes mestres na matéria, os ensinamentos que procuram».

Ele dá, assim, sucintas explicações sobre o significado de luta de classes, sistemas escravagista, feudal, capitalista e socialista, mais-valia, concorrência capitalista, etc.

*

ANTE-PROJETO DE DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS DO «C.I.M.»

O original do documento que a seguir transcrevemos foi entregue em nossa redação acompanhado da seguinte nota: «O presente ante-projeto foi elaborado por uma comissão eleita em assembléia, por voto secreto, e será objeto de discussão em todos os círculos do C.I.M. Os organismos do C.I.M. receberão com antecedência o referido ante-projeto, afim de que cada militante, ao reunir para discuti-lo, possa estudar cuidadosamente as questões apresentadas. É facultado e, inclusive, desejável, que elementos de idéias socialistas que não pertençam aos quadros do C.I.M., opinem, também, a respeito do documento. A aprovação final será em assembléia geral do C.I.M.»

O Centro Independente Marxista surgiu em Niterói. O ante-projeto é do seguinte teor:

Ante-projeto de declaração de princípios do «C.I.M.»

1º) O QUE É O «C.I.M.» — O Centro Independente Marxista é uma instituição de caráter político-filosófico, que se destina a congregar as diversas tendências de esquerda, a fim de unificá-las em um movimento socialista popular.

2º) O PORQUE DO «C.I.M.» — A fundação do C.I.M. é decorrente da atual crise ideológica do movimento comunista mundial, tal como ocorreu nos Partidos Socialistas da II Internacional, antes da 1ª Guerra (Grande Guerra). Tal crise consideramos ter como causa a infiltração, nas fileiras do movimento marxista, dos princípios ideológicos da burguesia.

A degenerescência do movimento socialista decorreu de causas históricas que consideramos serem fundamentalmente as seguintes:

1) A eclosão da Revolução Proletária, apenas na velha Rússia Czarista, país atrasado em relação aos mais desenvolvidos, no que tange ao aspecto econômico e político. Não obstante, tal fato histórico foi função de circunstâncias objetivas.

2) O CÍRCULO CAPITALISTA que determinou a existência de um

Estado Centralizado, em luta constante contra os ataques externos e internos ao jovem sistema socialista, o que propiciou o surgimento da burocracia e as conseqüentes deformações, tais como o culto à personalidade do camarada Stálin.

3) As derrotas das revoluções socialistas na Alemanha, Áustria, China (1.927), Espanha, etc.

— Deve-se salientar que o florescimento econômico e cultural da U.R.S.S., e dos demais países do sistema socialista, bem como as revoluções Iugoslava e Chinesa, e ainda as lutas de libertação nacional nos países coloniais e semi-coloniais, entraram em contradição com as deformações do movimento comunista, o que determinou a eclosão no XX Congresso do P.C.U.S. das críticas ao sistema de culto à personalidade, conseqüência, a nosso ver, das deformações determinadas pelo burocratismo.

3º) PRINCÍPIOS GERAIS DO «C.I.M.» — O Centro Independente Marxista norteia-se pelos seguintes princípios fundamentais:

1) Lutar pela instauração do SOCIALISMO, que compreendemos como o sistema econômico-social em que é extinta a propriedade privada dos meios de produção, razão das injustiças sociais e entrave ao progresso da humanidade.

2) Considerar a CLASSE OPERÁRIA como a que tem a responsabilidade histórica de realizar, liderando as demais camadas exploradas, a REVOLUÇÃO SOCIALISTA.

3) Analisar a realidade à luz do MARXISMO-LENINISMO, por considerá-lo fiel intérprete do processo histórico e elemento básico ao aceleramento do progresso humano propiciando ao homem o conhecimento real das leis que regem o desenvolvimento da sociedade, a Ciência Marxista-Leninista transmuta-o de um estado de existência alienada à condição de HOMEM LIVRE.

4) Achar que, uma vez superada a atual crise ideológica, seja necessária a existência de uma VANGUARDA que se expresse em um partido marxista, que unifique todas as atuais correntes de esquerda, a fim de acelerar a instauração do socialismo.

5) Defender os princípios do INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO por serem fundamentais à causa socialista. Conseqüentemente, apóia a União Soviética, a China e os demais países do campo socialista, bem como os movimentos de libertação nacional dos povos oprimidos. Compreende, não obstante, que o direito de crítica construtiva é uma necessidade para a aplicação correta dos princípios internacionais.

6) Julgar que a U.R.S.S. é o país mais autorizado a liderar o campo socialista, por ser historicamente o primeiro ESTADO PROLETÁRIO DA HUMANIDADE e o sustentáculo da REVOLUÇÃO SOCIALISTA INTERNACIONAL; Que essa prerrogativa, porém, não implique na deturpação dos princípios marxistas-leninistas de auto-determinação dos povos e dos partidos.

7) Pugnar pelo respeito à personalidade de cada indivíduo, considerando inalienável o direito da pessoa humana.

*

A FALSA GREVE DOS MARÍTIMOS

Nem sempre a greve, forma específica de luta de classe operária, é conveniente e útil.

Temos visto mais de um exemplo de greves determinadas não em função dos interesses e objetivos dos trabalhadores, mas como instrumentos de pressão em benefício de interesses políticos e econômicos alheios e mesmo hostis à classe operária.

Daí têm resultado o que se pode chamar de falsas greves, como é o caso da paralisação inconsequente que foi tentada em três setores marítimos — oficiais de náutica, maquinistas e radiotelegrafistas. A fração udenista, com o apoio de certos setores governamentais, jogou com a greve parcial como um meio de arrastar os trabalhadores do mar a uma greve geral. A magríssima experiência dos udenistas, de um lado, e o amadurecimento dos trabalhadores do mar, de outro, levaram a aventura ao fracasso. A UDN e associados confiaram quase exclusivamente na agitação e adotaram os métodos já condenados do sindicalismo paralelo: organizaram uma grande cobertura jornalística e desencadearam a luta contra a Federação dos Marítimos, passando da oposição à cisão. Esqueceram-se do principal: não se pode fazer uma greve sem reivindicações.

Acontece, entretanto, que o Governo encarou positivamente as exigências dos marítimos com o propósito declarado de evitar a greve. Uma comissão interministerial reuniu-se para tratar da execução dos itens propostos pelos trabalhadores através de seus Sindicatos e de sua Federação. Os resultados do trabalho dessa comissão de ministros (na qual foi integrado como um dos membros um representante dos marítimos) foram altamente positivos e os interessados tiveram comunicação prévia, antes da greve parcial.

Os elementos mais reacionários da UDN, entretanto, forçaram a greve.

O governo foi levado a erros como a intervenção nos três sindicatos grevistas. E as coisas foram dispostas de forma a que os petebistas com cargo no governo aparecessem publicamente como os executores de medidas anti-operárias, lesivas à autonomia sindical.

A intervenção devia ser o rastilho da greve geral, o que daria à fração udenista uma posição de preponderância na Federação. O seu cálculo era — ou o controle da Federação ou a divisão da Federação. De qualquer forma, isto aumentaria as forças da UDN em detrimento do PTB, como partido de vinculação nos meios operários. Não se tratava, portanto, de interesses dos marítimos mas de uma disputa interpartidos pelo controle das organizações dos marítimos. Por isso dizemos que foi uma falsa greve, tanto do ponto de vista dos interesses econômicos como políticos dos trabalhadores do mar.

Chamou a atenção, a conduta de neutralidade benevolente dos armadores ante a greve, que pretendiam e pretendem utilizá-la como instrumento para obtenção de aumentos de tarifas e de subvenções, tendo em vista exclusivamente seus objetivos privados.

Tão somente com os elementos de análise da luta estritamente sindical, os trabalhadores não poderiam enfrentar com eficiência a audaz manobra. Provou-o a iniciativa da assembleia intersindical na sede dos aeroviários, iniciativa de uma corrente sindical de tendência esquerdista para uma ampla unificação contra a intervenção nos sindicatos. Considerada isoladamente dos fatos concretos, a iniciativa era justa. Mas sua realização não podia desligar-se da luta real que se trava. Em consequência, na prática, permitiu-se que, em nome da defesa da autonomia sindical, fossem desfechos violentos ataques à Federação — violentos e injustos — com a justificação pública da cisão. Assim, defendeu-se a autonomia com muitos arranhões na unidade sindical. Este foi o grande ponto negativo da reunião da sede dos aeroviários.

O governo, por sua vez, premido por injunções partidárias, reintegrou os líderes grevistas da UDN nas direções de seus sindicatos. Assim, a greve ficou completamente sem sentido e terminou como começou, sem tratar das reivindicações — terreno que permaneceu sob a liderança da Federação.

A falsa greve parcial dos marítimos coloca na ordem-do-dia a questão candente e vital da independência do movimento sindical ante o

governo e os partidos políticos. Pois mostrou que os sindicatos são a sede de uma surda luta entre os partidos, numa situação em que a expressão conseqüente dos interesses políticos da classe operária ainda está para ser elaborada, ainda consta apenas de alguns elementos e indicações esparsas como reflexo da extrema divisão que grassa no seio de todas as tendências e grupos socialistas no Brasil.

I. A.

*

TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NA POLÔNIA

Noticiário oriundo de Paris assinala que o «Boletim Internacional de Ciências Sociais», publicado sob os auspícios da Unesco, divulga importantes aspectos da transformação social operada na Polônia.

Observa não ser fácil estabelecer uma teoria geral sobre as modificações sofridas pela nação polonesa no curso dos últimos cem anos — modificações no domínio populacional, na agricultura, etc. Contudo, os especialistas tentam fixar em forma preliminar alguns princípios que contribuirão para dar aos países estrangeiros uma noção mais precisa sobre o assunto.

No prefácio a esse volume, o prof. J. Tepicht, Diretor do Instituto de Economia Agrícola de Varsóvia, faz uma síntese dos propósitos estabelecidos pelos diversos autores. A Polônia passou de uma população multinacional a um país quase homogêneo do ponto de vista étnico, e o último censo indica a presença de apenas 2 milhões e meio de alemães e de outros 400 mil habitantes não-poloneses, num conjunto total de vinte e quatro milhões de cidadãos.

A reforma agrária, segundo essa publicação da Unesco, é outro dos grandes fenômenos, assim como a industrialização em regime socialista — o que deu lugar ao aparecimento de novos quadros, vindos das massas populares e indo galgando os diversos escalões técnicos, culturais, administrativos e políticos, o que provocou uma mobilização social muito característica.

O livro assinala ainda o interesse dessas transformações, tanto na cidade como no campo, os efeitos de uma democratização intensa e os incentivos encontrados para excitar a renovação e a atividade do meio agrícola.

COEXISTÊNCIA PACÍFICA

Da mensagem de Ano Novo do chefe do governo iugoslavo, Josip Broz Tito, damos os seguintes trechos:

Os povos do mundo ingressam no Ano Novo de 1958 com muitas preocupações e temores, mas também com certas esperanças. A preocupação sobre o que reserva o futuro perpassa hoje todo mundo e creio que os povos estão com plena razão temerosos acerca do seu destino, pois novo fantasma de guerra paira sobre a humanidade e ameaça destruí-la. A nova era, atômica, e os primeiros prenúncios da penetração do homem no espaço sideral, ao invés de encher as gentes de plena felicidade e orgulho pelas vitórias do homem sobre a natureza e pelas grandiosas perspectivas que com isso se lhe abrem, fizeram com que os homens temam essas geniais conquistas da inteligência humana, pois se temia usá-las como meios de intimidação e como instrumentos de guerra que podem transformar o mundo em ruínas e acarretar a mais pavorosa catástrofe.

O pensamento da necessidade da coexistência ativa dos povos e Estados penetra hoje cada vez mais vigorosamente na consciência dos homens como única solução possível para salvar a humanidade do horror da destruição com armas atômicas, de hidrogênio e outros dos mais modernos engenhos de guerra. Temos que prosseguir pertinazmente na luta para que afinal vença essa idéia da coexistência pacífica e ativa entre povos e Estados. Temos que nos esforçar para que a lei do mais forte seja repudiada como conceito indigno nas relações humanas, sobretudo nesta época de inaudita extensão das conquistas científicas. A cultura dos homens e o humanismo têm que estar à altura das atuais conquistas civilizadoras na técnica e

na ciência em geral. De outra forma, essas conquistas poderão transformar-se em maldição para o homem.

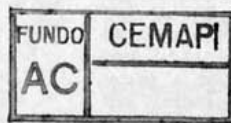
Algumas potências coloniais não podem conformar-se com o fato de que o tempo do colonialismo já passou, que os povos das antigas e atuais possessões reclamam seus direitos, exigem o que outrora lhes foi tomado pela força, a sua plena independência e integridade, pois se sentem capacitados a governar-se por si mesmos. Exigem que a comunidade mundial os trate como membros iguais em direitos. Lamentavelmente, hoje temos a temer que a Indonésia se torne um novo e perigoso foco de conflito de caráter internacional, pois através de diversas tramas externas se procura provocar dissensão interna para impedir que o povo indonésio edifique sua vida como melhor lhe convém e seja, além disso, impedido de alcançar a plena integração dos seus territórios, por exemplo com a inclusão do Irian Ocidental. Toda a grita em torno da Indonésia desenvolve-se sob o mesmo lema da levantada em torno da Síria e, anteriormente, em torno do Egito, sob o slogan de suposto perigo comunista, porque nas eleições em Java os comunistas conquistaram o maior número de votos e de mandatos. Não é isso pura intervenção nos assuntos internos da Indonésia? Naturalmente que é, da mesma forma que o é em alguns outros países, aos quais se contesta o direito de resolverem por si mesmos acerca do seu desenvolvimento e da sua política exterior. As perigosas ameaças de força hoje dirigidas contra a Indonésia merecem a condenação de todos os que desejam a paz.

Não é possível, como alguns pensam hoje, existir uma coexistência construtiva mais duradoura entre blocos. Isso na verdade não seria coexistência, mas apenas certa trégua que conteria em si muitos e

variados perigos de novos conflitos. A coexistência tem que vir tomar o lugar dos blocos, pois a divisão do mundo em blocos é contrária à idéia de coexistência, pois os atuais blocos representam justamente a divisão ideológica do mundo e com isto, é claro, aguçam-se cada vez mais. A divisão ideológica do mundo representa divisão em sistema capitalista e sistema socialista. Entretanto, o valor de um sistema social pode encontrar expressão em competição pacífica, em se evidenciando qual o sistema que pode proporcionar relações sociais tais que correspondam ao atual grau de desenvolvimento das forças produtoras e utilização dessas forças pelas mais amplas massas de gente trabalhadora e não em se evidenciando quem estará mais forte e modernamente armado.

Partindo desse ponto de vista, de que a única saída da atual situação é a coexistência pacífica ativa entre Estados e povos com sistemas sociais diferentes, no decorrer do ano findo, 1957, a Iugoslávia lutou pertinaz e coerentemente pela vitória dessas idéias, pela ajuda às nações subdesenvolvidas, pela liquidação do sistema colonial, pela não intromissão nos assuntos internos de outros países — pois todo povo tem o direito de governar-se por si mesmo e de criar seu sistema interno e organizar sua vida como melhor lhe corresponde. No ano findo também nos empenhamos, e continuaremos a fazê-lo no futuro, no sentido de que se alcance o quanto antes o desarmamento gradual e a proibição dos engenhos bélicos nucleares. A Iugoslávia aplica também na prática o princípio de colaboração com todos os países, independente de sistema social, e prosseguirá nessa política também no futuro. Desejo que também no futuro nos seja dado apoio nesse sentido, pois só assim a nossa política exterior pode ser eficaz.

Doação
de Danilo Lima
14-11-90



Últimas Edições de CONQUISTA

LUIZ EDMUNDO

O RIO DE JANEIRO NO TEMPO DOS VICE-REIS, 4ª edição, 3 vols.	210,00
A CÔRTE DE D. JOÃO NO RIO DE JANEIRO, 2ª edição, 3 vols.	210,00
O RIO DE JANEIRO DO MEU TEMPO, 2ª edição, 5 vols.	350,00
RECORDAÇÕES DO RIO ANTIGO 2ª edição (Todos os volumes profusamente ilustrados)	70,00

MINISTRO EDUARDO ESPINOLA

A FAMÍLIA NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO, enc.	350,00
DOS CONTRATOS NOMINADOS NO DIREITO CIVIL BRASILEIRO, 2ª ed. enc.	350,00
POSSE, PROPRIEDADE, CONDOMÍNIO, DIREITOS AUTORAIS, enc.	350,00

B. CALHEIROS BOMFIM

JURISPRUDÊNCIA DO CONTRATO DE TRABALHO	200,00
JURISPRUDÊNCIA DO PROCESSO TRABALHISTA	250,00
DICIONÁRIO DE DECISÕES TRABALHISTAS (1956)	200,00

J. C. DE MELO E SOUSA

FOLCLORE DA MATEMÁTICA	100,00
MEU ANEL DE SETE PEDRAS (folclore)	80,00

IVETE CAMARGOS

DIREITO ADMINISTRATIVO (para concursos)	60,00
DIREITO CONSTITUCIONAL (para concursos)	60,00
DIREITO CIVIL (para concursos)	50,00
DIREITO PENAL (para concursos)	30,00
ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DA UNIÃO (com toda a legislação posterior)	60,00

VALMIRO RODRIGUES VIDAL

CURIOSIDADES, 2ª vol. (2ª edição)	70,00
CURIOSIDADES, 4ª vol.	60,00
CURIOSIDADES, 5ª vol.	70,00
CURIOSIDADES, 6ª vol.	70,00
EXTRANUMERÁRIOS (tôda a legislação sobre o assunto)	80,00

ÁLVARO MOREIRA DA SILVA

DO MONTEPIO E PENSÕES DOS MILITARES (tôda a legislação sobre o assunto)	150,00
---	--------

OTTO ALCIDES OHLWEILER

A ENERGIA ATÔMICA NA PAZ E NA GUERRA	50,00
--	-------

ABGUAR BASTOS

SOMANLU, O VIAJANTE DA ESTRÉLA (novela)	100,00
---	--------

MALBA TAHAN

A SOMBRA DO ARCO-ÍRIS, 3 vols.	150,00
O HOMEM QUE CALCULAVA	70,00
MINHA VIDA QUERIDA	50,00
MAKTUB (estava escrito!)	50,00
CÉU DE ALLAH	50,00
MIL HISTÓRIAS SEM FIM, 1ª vol.	50,00
MIL HISTÓRIAS SEM FIM, 2ª vol.	50,00
LENDAS DO CÉU E DA TERRA	50,00
LENDAS DO POVO DE DEUS	50,00
LENDAS DO DESERTO	50,00

JURACI SILVEIRA

LER E BRINCAR (Cartilha), 7ª edição	25,00
---	-------

HELOÍSA RAPOSO LAGE

A CARTILHA QUE EU QUERIA (Histórias e Cantigas), 10ª edição	25,00
---	-------

NAZIR CARDOSO

LITERATURA INTERMEDIÁRIA	20,00
ENSINO SUPLETIVO — Preliminar	35,00
ENSINO SUPLETIVO — Básico, 1º ano	50,00

MARIA HELENA, EPONINA e ELLEN PORTILHO

TRECHOS PARA DITADOS (5ª Série e Admissão. Principais dificuldades ortográficas)	30,00
--	-------

IRENE DE ALBUQUERQUE

JOGOS E RECREAÇÕES MATEMÁTICAS, 2ª edição	80,00
---	-------

CÉLIA CÔRTEZ ABDON

PRIMEIROS PASSOS NA LINGUAGEM, 2ª edição	60,00
--	-------

LUCY SERRANO VEREZA

LINGUAGEM PARA A QUARTA SÉRIE	60,00
-------------------------------------	-------

AD. FERRÈRE

EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA ABANDONADA	25,00
---------------------------------------	-------

JOAQUIM DE SALES

DICIONÁRIO DE ELEMENTOS GREGOS	35,00
--------------------------------------	-------

A TENÓRIO D'ALBUQUERQUE

A ARTE DE ESCREVER	50,00
ANÁLISE LÉXICA E SINTÁTICA	40,00
CORREÇÃO DE FRASES	40,00
DICIONÁRIO DE LINGUAGEM, 2ª ed.	60,00
GEOGRAFIA DO BRASIL	60,00

Atende-se pelo Reembólso Postal para todo o Brasil. Pedidos a

CONQUISTA

AVENIDA 28 DE SETEMBRO, 174 — RIO DE JANEIRO

Um documento impressionante:

A acusação de IMRE NAGY

No próximo número de NOVOS TEMPOS daremos um amplo resumo da estarrecedora acusação feita por Imre Nagy, em documento enviado ao Comitê Central do Partido dos Trabalhadores Húngaros — antes do XX Congresso do PCUS! — contra a camarilha de Rakosi.

Nesse trabalho, ainda inédito em português, Nagy falava para o seu Partido, o partido dos comunistas húngaros. Falava para os seus companheiros, os comunistas oprimidos, desonrados, enganados e aterrorizados. Falava para o seu povo de belas e nobres tradições, afirmando-lhe que não, que aquilo não era o socialismo, que os homens de Rakosi não mereciam o nome de comunistas.

Com uma perspicácia aguda Nagy previu a revolta das massas. Apontou as conseqüências dos delírios esquerdistas do grupo Rakosi. Condenou, em nome do Socialismo, a política de terror policial. Condenou, em nome do internacionalismo e da paz, a política de blocos. Sem romper com muitos dos tabus do stalinismo, Nagy apontava, porém, um caminho viável para o socialismo em uma Hungria livre, soberana, independente e feliz.

Sua voz não chegou ao povo. Não chegou nem mesmo ao Partido. Quando pôde falar novamente às massas trabalhadoras, no dia 23 de outubro de 1956, era muito tarde. A insurreição preparada e alimentada pela criminosa política de Rakosi, tomara o freio nos dentes.